UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA
E CULTURA ÁRABE

Orientalismo na Imprensa Brasileira

A representação de árabes e muçulmanos nos jornais
Folha de S. Paulo e *O Estado de S. Paulo* antes e depois
de 11 de setembro de 2001

Versão corrigida

Isabelle Christine Somma de Castro

**São Paulo
2007**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA
E CULTURA ÁRABE

Orientalismo na Imprensa Brasileira

A representação de árabes e muçulmanos nos jornais
Folha de S. Paulo e *O Estado de S. Paulo* antes e depois
de 11 de setembro de 2001

Versão corrigida

Isabelle Christine Somma de Castro

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabe.

Orientador: Prof. Dr. Mamede Mustafa Jarouche

De acordo: _____

São Paulo
2007

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Castro, Isabelle Christine Somma de
Orientalismo na imprensa brasileira: a representação
de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S.Paulo e
O Estado de S.Paulo antes e depois de 11 de setembro
de 2001 / Isabelle Christine Somma de Castro ; orientador
Mamede Mustafa Jarouche. – São Paulo, 2007.
180 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Árabe.

1. Orientalismo. 2. Análise do discurso. 3. Jornalismo
impresso - São Paulo (SP). 4. Árabes. 5. Muçulmanos.
I. Título. II. Jarouche, Mamede Mustafa.

À minha mãe, Walderez,
e ao meu pai, Welton,
patrocinadores,
técnicos e torcedores.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que fizeram parte desse trabalho, mesmo que não saibam disso.

À minha avó Sylvia por todo apoio que vem me dando ao longo dos anos. Sempre carinhoso, desinteressado e incondicional. Ao meu irmão, Baby, pelo exemplo que me deu sendo sempre o bom aluno da casa.

À Denise Bernardes, meu obrigado pela inabalável amizade dessas mais de duas décadas e por compreender o meu afastamento nos últimos tempos. À Luciana Lancellotti, pela força que sempre me dá nos momentos difíceis. À Paula Passarelli, pelos murmúrios que escutou nesses últimos tempos e pela amizade leal. À Renata Mirândola Bichir, intelectual que tem me iluminado com um pouco de seu brilhantismo. À Patrícia Gaiao, que confeccionou fichas sob medida no programa Access, que foram muito úteis neste trabalho. E a William W. Pickett, pela tradução para o inglês do Resumo deste trabalho.

Quero agradecer aos contribuintes paulistas, que com seus impostos apóiam duas ilhas de excelência como a Universidade de São Paulo e o Arquivo do Estado, cujas instalações, acervos e recursos humanos foram essenciais para a realização desta dissertação, além da Biblioteca Mário de Andrade. Aos contribuintes brasileiros em geral, que têm parte de seus impostos aplicados na Capes. E à própria Capes, que gentilmente me cedeu uma bolsa através do Departamento de Letras Orientais. Sem ela, este trabalho certamente seria prejudicado.

Ao meu marido, Rogerio Schlegel, agradeço pela ajuda na pesquisa do arquivo de OESP, pelos comentários pertinentes, apoio emocional e torcida incondicional.

E, finalmente, gostaria de agradecer ao mentor intelectual deste trabalho, Mamede Mustafá Jarouche, que me ajudou a considerar a hipótese de me aventurar no meio acadêmico e que me deu apoio acima da competência de um orientador. Pela amizade e confiança também, a ele dedico meu eterno *chukran*.

No fundo, o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou os convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público.

Edward W. Said

But if thought corrupts language, language can also corrupt thought. A bad usage can spread by tradition and imitation even among people who should and do know better.

George Orwell

Resumo

Este trabalho verificou como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* cobriram assuntos relacionados a árabes e muçulmanos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e seis meses depois. Com base no Orientalismo, tese desenvolvida por Edward W. Said, e na Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough, foram analisadas as escolhas lexicais de ambos os jornais em relação aos assuntos que mais apareceram nos dois recortes. O estudo concluiu que dogmas orientalistas se mostraram presentes nos dois períodos e que os jornais naturalizaram discursos hegemônicos, que se colocaram em contraposição aos de árabes e muçulmanos.

Abstract

This paper analyzed how the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* covered issues relating to Arabs and Muslims six months before the September 11, 2001 attacks and six months after. Based on the thesis of Orientalism, developed by Edward W. Said, and on the Social Theory of Discourse by Norman Fairclough, lexical variations from both newspapers were analyzed with regard to the issues that most appeared in the clippings. The paper concluded that Orientalist dogmas were present in both periods and that the newspapers frequently crystalized hegemonic discourse, contrary to Arabs and Muslims ones.

Palavras-chave/Key words

Orientalismo; Análise Crítica do Discurso; Jornalismo; Árabes; Muçulmanos

(Orientalism; Critical Discourse Analysis; Journalism; Arabs; Muslims)

Sumário

Resumo/Abstract.....	7
Índice.....	10
Siglas.....	12
Introdução.....	13
Capítulo I – O Orientalismo	
1.1 – Apresentação.....	18
1.2 – O Orientalismo na Imprensa.....	31
Capítulo II – Análise do Discurso	
2.1 – Apresentação.....	38
2.2 – A abordagem de Norman Fairclough.....	40
2.3 – A análise lexical.....	44
2.4 – Estereótipo, preconceito e estigma.....	52
Capítulo III – Análise do período anterior a 11 de setembro de 2001	
3.1 – <i>Corpus</i> e dados quantitativos.....	56
Tabela 1A – Comparação dos recortes de 2001 de OESP e FSP.....	63
3.2 – Os muçulmanos do Afeganistão.....	64
3.3 – Os muçulmanos da Macedônia.....	81
3.4 – Os árabes da Palestina.....	96
Capítulo IV – Análise do período posterior a 11 de setembro de 2001	
4.1 – Dados quantitativos e comparação com o período anterior.....	108
Tabela 2A – Comparação dos resultados de 2001 e 2002 em OESP.....	110
Tabela 3A – Comparação dos resultados de 2001 e 2002 na FSP.....	113
Tabela 4A – Comparação dos recortes de 2002 de OESP e FSP.....	113

4.2 – A Questão Palestina na Imprensa.....	120
4.3 – Os árabes da Palestina pós-11 de setembro.....	127
Considerações finais.....	153
Referências bibliográficas.....	159
Apêndices	
Tabela 1.1 – Lista de títulos sobre o Afeganistão publicados entre 11/03 a 9/04/2001.....	167
Tabela 1.2 – Títulos de reportagens da FSP sobre o Afeganistão publicados entre 11/03/2001 e 09/04/2001.....	168
Tabela 2.1 – Lista de títulos sobre a Macedônia publicados entre 11/03 a 9/04/2001.....	169
Tabela 3.1 – Lista de títulos sobre os Territórios Ocupados da Palestina publicados entre 11/03/2001 a 9/04/2001.....	171
Anexos	
Foto de capa da FSP de ônibus destruídos na Rua Alba, zona sul de São Paulo, publicada no dia 15 de março de 2001.....	175
Texto-legenda <i>Exílio</i> , publicado na capa de OESP, em 28 de março de 2001...	176
Texto-legenda <i>Bálcãs</i> , publicado na capa de FSP, em 28 de março de 2001....	177
“Sem ajuda, afegãos fogem para o Paquistão”, publicado em Mundo, página A-26 de FSP, em 18 de março de 2001.....	178 e 179
“Exilados desafiam Taleban e educam meninas”, publicado em Internacional, página A-19 de OESP, em 27 de março de 2001.....	180
“Guerra aberta”, publicado na seção Editoriais da FSP em 9 de abril de 2002..	181

Índice

Siglas.....	12
Introdução.....	13
Capítulo I – O Orientalismo	
1.1 – Apresentação.....	18
1.2 – O Orientalismo na Imprensa.....	31
Capítulo II – Análise do Discurso	
2.1 – Apresentação.....	38
2.2 – A abordagem de Norman Fairclough.....	40
2.3 – A análise lexical.....	44
2.4 – Estereótipo, preconceito e estigma.....	52
Capítulo III – Análise do período anterior a 11 de setembro de 2001	
3.1 – <i>Corpus</i> e dados quantitativos.....	56
Tabela 1A – Comparação dos recortes de 2001 de OESP e FSP.....	63
3.2 – Os muçulmanos do Afeganistão.....	64
3.3 – Os muçulmanos da Macedônia.....	81
3.4 – Os árabes da Palestina.....	96
Capítulo IV – Análise do período posterior a 11 de setembro de 2001	
4.1 – Dados quantitativos e comparação com o período anterior.....	108
Tabela 2A – Comparação dos resultados de 2001 e 2002 em OESP.....	110
Tabela 3A – Comparação dos resultados de 2001 e 2002 na FSP.....	113
Tabela 4A – Comparação dos recortes de 2002 de OESP e FSP.....	113
4.2 – A Questão Palestina na Imprensa.....	120
4.3 – Os árabes da Palestina pós-11 de setembro.....	127

Considerações finais	153
Referências bibliográficas	159
Apêndices	
Tabela 1.1 – Lista de títulos sobre o Afeganistão publicados entre 11/03 a 9/04/2001.....	167
Tabela 1.2 – Títulos de reportagens da FSP sobre o Afeganistão publicados entre 11/03/2001 e 09/04/2001.....	168
Tabela 2.1 – Lista de títulos sobre a Macedônia publicados entre 11/03 a 9/04/2001.....	169
Tabela 3.1 – Lista de títulos sobre os Territórios Ocupados da Palestina publicados entre 11/03/2001 a 9/04/2001.....	171
Anexos	
Foto de capa da FSP de ônibus destruídos na Rua Alba, zona sul de São Paulo, publicada no dia 15 de março de 2001.....	175
Texto-legenda <i>Exílio</i> , publicado na capa de OESP, em 28 de março de 2001...	176
Texto-legenda <i>Bálcãs</i> , publicado na capa de FSP, em 28 de março de 2001....	177
“Sem ajuda, afegãos fogem para o Paquistão”, publicado em Mundo, página A-26 de FSP, em 18 de março de 2001.....	178 e 179
“Exilados desafiam Taleban e educam meninas”, publicado em Internacional, página A-19 de OESP, em 27 de março de 2001.....	180
“Guerra aberta”, publicado na seção Editoriais da FSP em 9 de abril de 2002..	181

Siglas

ACD – Análise Crítica do Discurso

AP – *Associated Press*

DPA – *Deutsche Presse-Agentur GmbH*

FP – *France Presse*

FSP – *Folha de S. Paulo*

NYT – *The New York Times*

OESP – *O Estado de S. Paulo*

TWP – *The Washington Post*

WSJ – *The Wall Street Journal*

Introdução

Árabes e muçulmanos são personagens freqüentes nas manchetes de jornais e revistas há pelo menos três décadas. Durante a década de 1970, ambos os grupos receberam destaque no noticiário internacional devido a episódios como a quarta guerra que opôs árabes e israelenses (1973-74), a Crise do Petróleo (1973), a Guerra Civil do Líbano (1975-1990) e a Revolução Islâmica no Irã (1979). Nas décadas de 80 e 90, novos e velhos conflitos mantiveram o interesse da mídia. A guerra Irã versus Iraque (1980-1990), a primeira Guerra do Golfo (1991) e a continuação dos embates no Líbano e nos territórios palestinos sob ocupação israelense são alguns dos exemplos mais notórios. Por outro lado, a paz também foi contemplada: os Acordos de Paz de Camp David (1978) e de Oslo (1993) receberam grande cobertura dos meios de imprensa.

A partir de 11 de setembro de 2001, após os ataques ao World Trade Center em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, o interesse em relação a essas duas comunidades aumentou ainda mais. Como o mentor dos ataques e os 19 acusados de perpetrá-los eram muçulmanos nascidos em países árabes, é natural o crescimento da cobertura dos órgãos de imprensa ocidental. Houve um salto significativo no número de reportagens dedicadas a países árabes e de maioria muçulmana, além de um intenso acompanhamento dos desdobramentos dos ataques.

Uma amostra do resultado dessa cobertura na mídia impressa brasileira é tema desta dissertação. Minha principal intenção é apresentar como árabes e muçulmanos foram retratados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* após os atentados de 11 de setembro de 2001. Também avaliarei ambos os jornais por um período anterior à data a fim de averiguar como os objetos de estudo eram representados e para comparar com a imagem que emergiu após o episódio. Em outras palavras, verificarei como era o tratamento dado nos dois jornais a árabes e/ou muçulmanos antes de 11 de setembro de 2001 e se houve alguma mudança nos noticiários após esta data.

A escolha dos dois jornais de São Paulo, *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP), se deu por serem as publicações diárias com as maiores tiragens do Brasil naquele período (GOMES, 2003: 88). O tema é de relevância considerando-se que há no país cerca de 10 milhões de árabes e descendentes além de 1,5 milhão de muçulmanos, não necessariamente de origem árabe, segundo a Federação Islâmica Brasileira (FARAH, 2001: 11). A maioria dos árabes e descendentes que vivem no país se encontra no Estado de São Paulo (HAJJAR, 1985: 18). Acredito que o resultado deste estudo também pode fornecer indícios de como a imprensa brasileira retrata ambas as comunidades no país.

Outra intenção é verificar a possível existência de estereótipos e preconceitos. Pesquisas a respeito da imagem que tem sido forjada a partir de textos jornalísticos, em sua grande maioria nos Estados Unidos, apontam a existência de distorções nos noticiários, especialmente em relação aos seguidores do Islã. Naquele país, “among major religious groups, there remains Islam, with a complex of media images that is almost uniformly negative” (ERNST, 2003: 12), principalmente após 11 de setembro de 2001.

A representação negativa também abrange árabes, pois tanto a religião como a etnia são muitas vezes confundidas. Segundo Ernst (2003: 26), as palavras “árabe”, “muçulmano” e “terrorista”, se tornaram “termos quase permutáveis” para o leitor norte-americano de jornais. Informações equivocadas como aquelas a que o autor se refere são formas de alimentar atos de racismo contra a comunidade assim como fomentar a desconfiança contra nações com populações majoritariamente árabes e/ou muçulmanas.

A idéia de visualizar o Islã como um inimigo do Ocidente não é uma novidade. Como as relações entre o que se convencionou chamar de “Oriente” e “Ocidente” são bastante antigas, casos de “estranhamento” entre ambos também não são novos. A inimizade se arrasta há séculos e as visões que um lado tem do outro foram formadas ainda na Idade Média, período marcado por embates e conquistas territoriais, com um imaginário bastante influenciado pelo folclore criado em torno da questão (WAINES, 1996: 266).

Stereotypes of Islam and Muslims generated from the pool of medieval 'folklore' survived, however, throughout the nineteenth century in many books of a popular nature. They can also be detected today in so-called 'best-sellers,' works of 'instant analyses by self-styled experts and in much of the Euro-American media coverage of current events in the Middle East and other Islamic countries.

Mesmo antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, o Islã já era encarado como uma força antagônica aos Estados Unidos. "With the end of the Cold War, America needed a new ideological bogeyman to serve as an alleged external threat; and perhaps this explains the recent resurgence of anti-Islamic imagery..." (VITKUS, 1999: 226). O esfacelamento da União Soviética também provocou uma corrida entre intelectuais e jornalistas, principalmente nos Estados Unidos, a fim de encontrar um novo "Império do Mal". A busca acabou quando o Islã foi colocado no centro da ribalta. "Consequently both the electronic and print media have been awash with demeaning stereotypes that lump together Islam and terrorism, or Arabs and violence, or the Orient and tyranny."(SAID, 1995b: 347).

A fim de elaborar um *corpus* significativo da representação de árabes e muçulmanos na imprensa brasileira, escolhi dois períodos distintos para fazer a análise: exatos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e seis meses depois. A proposta, portanto, é avaliar como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* retrataram árabes e muçulmanos através da avaliação de suas escolhas lexicais e também de assuntos (com levantamentos quantitativos) durante todo um mês (trinta dias corridos), seis meses antes da data dos atentados, e durante outro mês, que tem início exatos seis meses depois de 11 de setembro de 2001.

O recorte corresponde às edições de 11 de março a 9 de abril de 2001 e 11 de março a 9 de abril de 2002. Dois períodos contínuos foram escolhidos para demonstrar um padrão na linha editorial seguida pelos jornais em relação ao mundo árabe e/ou muçulmano, assim como aos integrantes da etnia em qualquer lugar que se encontrem e aos fiéis da religião. O *corpus* reúne ao todo 120 edições dos dois jornais, 60 no período anterior a 11 de setembro de 2001 e 60 no período posterior à data. Cada jornal teve, portanto, 60 edições analisadas: 30 no período anterior a 11 de setembro de 2001 e 30 no período posterior aos atentados.

Nesta dissertação, a idéia de representação seguirá uma abordagem construtivista. Não a vejo como um espelho da realidade, um reflexo dela. Nem mesmo como uma forma intencional do emissor de impor um sentido ao mundo que lhe é caro. Prefiro a proposição de que a representação é construída, através de sistemas representacionais como conceitos e signos. “The relation between ‘things’, concepts and signs lies at the heart of the production of meaning in language. The process which links these three elements together is what we call ‘representation’” (HALL, 1997: 25 e19). Entre esses conceitos e signos acredito que o vocabulário empregado pelos jornais é um dos elementos de construção dessa representação

Para avaliá-los, esta investigação terá como suporte teórico para uma análise de conteúdo a teoria conhecida como Orientalismo¹, elaborada por Edward W. Said (1935-2003), intelectual palestino radicado nos Estados Unidos. O livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* inaugurou um novo olhar sobre os estudos dos povos orientais, em especial árabes e muçulmanos. A teoria central, que será exposta no Capítulo I, aponta a criação de um discurso sobre o Oriente, pelo Ocidente, em que os orientais são representados através de significados fixos como violentos, selvagens, exóticos, imorais etc (SOMMA, 2006: 80).

Como o objetivo é avaliar o discurso produzido por jornais, optei por acrescentar outro suporte teórico, a Análise Crítica do Discurso. A abordagem, em especial a da vertente desenvolvida pelo lingüista britânico Norman Fairclough, será discutida no Capítulo II. O objetivo é avaliar as escolhas lexicais das reportagens que fazem parte do *corpus* desta dissertação. Com o uso da ferramenta, acredito que poderei identificar a possível existência de estereótipos, preconceitos e vieses em relação aos objetos do estudo.

Após expor os principais pontos das teorias escolhidas, elas serão aplicadas nos dois capítulos seguintes, com o auxílio da avaliação das escolhas lexicais e medição dos principais assuntos cobertos pelos dois jornais. No Capítulo III exporei as análises dos textos que fazem parte do *corpus* anterior aos ataques de 11 de setembro

¹ Usarei Orientalismo, em caixa alta, quando me referir à teoria. Quando for utilizado em caixa alta e itálico, esse *Orientalismo* será referente à tradução em português de 1996. Já *Orientalism*, em caixa alta e itálico, remeterá ao livro original, publicado em 1978.

de 2001. No Capítulo IV serão encontradas as análises relativas ao conjunto de reportagens publicadas após 11 de setembro de 2001 e as comparações com o período anterior. Em Considerações Finais, apresentarei minhas conclusões com base no que foi apresentado. No item denominado Apêndices estarão listados os títulos das reportagens que fizeram parte do primeiro recorte em forma de tabelas. E, finalmente, em Anexos serão encontradas algumas fotos e reportagens mencionadas neste trabalho.

Capítulo I – O Orientalismo

1.1 – Apresentação

Neste capítulo pretendo apresentar as linhas gerais da teoria elaborada por Edward W. Said a partir do lançamento do livro *Orientalism*, em 1978². Tenho como objetivo verificar se os textos que compõem o *corpus* do presente trabalho se encaixam na tese do Orientalismo. Primeiramente, apresentarei as origens e os argumentos utilizados pelo autor para explicar o que é Orientalismo. Em seguida discutirei a crítica à teoria, a relação da teoria com a mídia e finalmente elaborarei as hipóteses com as quais o *corpus* será confrontado.

Antes, contudo, se faz necessário definir quem são os sujeitos que esta pesquisa enfoca: árabes e muçulmanos. Genericamente, árabes são os povos que se expressam em língua árabe (HODGSON, 1974: 62) e/ou são originários dos países que fazem parte do chamado mundo árabe, que abrigam entre a sua população uma significativa maioria pertencente à etnia árabe. Os árabes formam o maior grupo étnico do Oriente Médio e também estão presentes em países da África, formando uma população em torno de 350 milhões de pessoas (SOMMA, 2003: 24).

Falar especificamente sobre países que abrigam uma grande população árabe é falar sobre os árabes. Portanto, um dos critérios adotados foi incorporar ao *corpus* todos os textos que abordam países árabes publicados no período indicado. Para identificar quais são esses países, decidi considerar aqueles que integram a Liga dos Estados Árabes. Os 22 integrantes da organização são: Sudão, Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito, Líbia, Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Iraque,

² O livro foi escrito entre 1976 e 1977 durante um ano sabático que o autor tirou do cargo de professor de Literatura Inglesa na Universidade de Colúmbia, em Nova York (SAID, 1995b: 329). A obra foi traduzida para mais de 30 idiomas. Atualmente, a edição brasileira encontra-se esgotada, em processo de retradução.

Líbano, Síria, Territórios Palestinos sob Ocupação Israelense, Reino Hashemita da Jordânia, Iêmen, Omã, Qatar, Mauritânia, Somália, Djibuti, República Islâmica Federal de Comoros (HIRO, 1996: 22)³. Israel, apesar de não ser integrante da Liga, também será considerado nesta pesquisa por apresentar um grande contingente populacional de árabes.

Além de agregar ao *corpus* notícias que se referem aos países anteriormente citados, também aceitarei reportagens que mencionem árabes que vivem em países não-árabes, desde que o assunto abordado no texto se refira diretamente ao objeto do estudo. Não foram aceitos textos em que havia somente menções pontuais em relação a árabes, sem que fosse desenvolvida alguma formulação a respeito deles.

Os muçulmanos, por sua vez, são aqueles que se dizem seguidores do Islã, palavra que vem da língua árabe e cujo significado é submissão (voluntária a Deus), religião fundada pelo profeta Muhammad no século VII (*op. cit.*: 131). Neste trabalho, incluí os países que têm população majoritariamente muçulmana. São eles, além dos já citados países árabes: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Azerbaijão, Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirquistão, Tadjiquistão, Bangladesh, Brunei, Indonésia, Malásia, Paquistão, Afeganistão, Saara Ocidental, Mali, Chade, Eritreia, Etiópia, Uganda, Tanzânia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Costa do Marfim, Togo, Benin, Níger, Nigéria, Senegal, Turquia, Irã (FARAH, 2001).

Ainda foi agregado ao *corpus* aqueles povos que não possuem Estado próprio, mas cuja população é majoritariamente muçulmana como kosovares, albaneses macedônios, chechenos e curdos. Como também há grandes comunidades de muçulmanos em outros países, como é o caso de França, Reino Unido, Alemanha, Macedônia, Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Filipinas etc, será adicionado ao *corpus* apenas as notícias que se referirem a assuntos relativos a muçulmanos que contenham palavras que remetam à religião ou aos seus fiéis. Assim como no caso dos árabes, a simples menção pontual não será requisito para fazer parte do *corpus*. É

³ Os países integrantes da Liga Árabe também estão listados no site oficial da própria entidade: www.arableagueonline.org/arableague/english/level2_en.jsp?next=0&level_id=11&x=24&y=2.

necessário que haja alguma idéia desenvolvida em relação ao país. Portanto, os textos em que esses povos forem citados passarão a integrar o *corpus* analisado.

Definidos os objetos deste estudo, farei a seguir uma breve apresentação sobre o Orientalismo e exporei em algumas linhas os primórdios das relações entre o Oriente e Ocidente.

Considerado hoje um clássico dos estudos culturais e pós-coloniais, *Orientalism* foi publicado no Brasil em 1990, pela editora Companhia das Letras, sob o título *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. A obra original recebeu dois adendos posteriores do próprio autor. O primeiro deles foi escrito em 1994 e publicado como posfácio na edição de 1995 da Penguin Books. O segundo e último foi um prefácio, escrito em 2003, meses antes da morte do autor, publicado na edição da Penguin Books que celebrou o aniversário de 25 anos de lançamento do livro.

Além desses dois Apêndices, serão mencionados neste capítulo um artigo em que ele comenta o assunto, *Orientalism Reconsidered*, publicado originalmente nas revistas *Race and Class* e *Cultural Critique*, em 1985, e obras como *Cultura e Imperialismo* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995) e *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world* (New York, Vintage Books, 1997) que retomam a idéia do Orientalismo e foram consideradas pelo próprio autor (SAID, 1995a: 12) continuacões do volume seminal.

As origens das relações entre o que se convencionou chamar de “Oriente” e “Ocidente”, mais especificamente entre cristãos e muçulmanos, foram objeto de estudo de outros pesquisadores. O próprio autor de *Orientalism* inspirou-se em um desses estudos, *Islam and the West*, de Norman Daniel. Outro autor que se dedicou ao tema foi o historiador francês Maxime Rodinson. Julgo necessário citar alguns pontos abordados pelos autores mencionados a fim de fazer um cruzamento entre as concepções antigas em relação aos objetos de estudo e as atuais, que seriam disseminadas pelos jornais.

Segundo Rodinson (1989), os árabes foram primeiro identificados como um perigo entre os europeus. Mais tarde, se tornaram objeto de controvérsia. Chamados de sarracenos, eram pouco conhecidos na Europa antes do advento do Islã. “Una

descripción del mundo escrita en el siglo IV, por ejemplo, aseguraba que [os árabes] se procuraban ‘mediante el arco y la rapiña todo cuanto necesitaban para vivir’⁴. No hacía falta saber más de ellos” (RODINSON, 1989: 17).

Após a morte do profeta Muhammad, em 632 d.C., exércitos vindos da Península Arábica, formados principalmente por árabes que professavam a religião islâmica, expandiram seu domínio territorial para regiões vizinhas, como a Síria, onde havia populações cristãs, que até então estavam sob o domínio bizantino (HOURANI, 1994: 40 e 60). Esse fato não teve grande impacto entre os cristãos europeus. Segundo Rodinson (*op. cit.*: 25), “en un principio, su cambio de religión apenas si fue notado”.

Somente com a chegada dos muçulmanos ao continente europeu e a convivência com cristãos no mesmo território é que o descaso começou a mudar. Submetidos ao controle político islâmico e à influência cultural árabe, após a invasão muçulmana na Península Ibérica em 711 d.C., os moçárabes, cristãos da Espanha muçulmana, tiveram de formar uma “imagen más precisa, si no más exacta, de sus dominadores y de las ideas de estos”. O mesmo também ocorreu com os cristãos que já conviviam em regiões conquistadas pelos exércitos muçulmanos no Oriente. Essa coexistência fez circular lendas depreciativas e injuriosas, “mezcladas com impresiones más justas extraídas de los contactos cotidianos” (*op. cit.*: 25). As idéias eram elaboradas por intelectuais que tinham como maior preocupação, de acordo com Rodinson, combater uma possível influência dos dogmas muçulmanos em seu próprio seio, ou seja, na fé cristã.

Islam and the West, de Norman Daniel, um clássico sobre as relações entre cristãos e muçulmanos escrito na década de 1960, revela quais foram as principais concepções sobre os muçulmanos disseminadas pelos intelectuais ocidentais desde os primeiros contatos. Daniel se debruçou sobre manuscritos e obras de autores europeus da Idade Média ao século XX para traçar o histórico da imagem que o Ocidente cristão projetou do Islã. Segundo ele, os latinos herdaram as concepções que outros povos já haviam criado dos muçulmanos. “The integrated view thus created was purely European: but it had come to the Latins through their capacity to make the

⁴ O autor se refere à obra “Expositio totius mundi et genium”, que traz anotações do diário de viagem de um autor desconhecido do século IV.

traditions of Greeks, of Arab Christians, and, in Spain, of Mozarabs, their own” (DANIEL, 2003: 13). A visão ocidental sobre os fiéis vindos do Oriente Médio se formou com base nas atribuições conferidas a um antagonista, tanto no campo de batalha como na esfera espiritual. Este antagonista era visto essencialmente como detentor de características depreciativas.

Segundo Daniel, a discussão religiosa foi o fulcro da discórdia durante a maior parte da Idade Média, calcada numa diferenciação entre o Cristianismo e o Islã. Para os cristãos, a pregação de Muhammad não era um novo credo, mas uma “heresia”. Por isso, formou-se uma imagem cuja função era representar o Islã para cristãos e não o Islã em si (DANIEL apud SAID, 1990: 70). Entre os conceitos formulados nesse período em relação à religião estão uma suposta licenciosidade moral, principalmente no que tange a sexualidade, a preferência por uma ética determinista e, freqüentemente, a busca pela morte em uma guerra santa, as duas últimas constituindo garantias de entrada do fiel no Paraíso (DANIEL, 2003: 327).

Contatos ainda mais tardios formariam este “cânone ocidental” em relação ao Islã. Daniel afirma que ele teria sido formado nos séculos XII, XIII e início do XIV, se estabelecendo fortemente no último século citado (*op. cit.*: 327). Não é uma simples coincidência que esse período seja quase simultâneo ao das Cruzadas, que compreenderam nove incursões militares européias (oficiais) para a região do Levante entre o final do século XI e o final do XIII, ou mais especificamente, entre os anos de 1095 e 1291 (*op. cit.*: 302).

Summing up the Western view of Islam, we can say that it was based in the crucial period on a good deal of sound knowledge, but it also accepted a great deal that is now seen, and was seen by many then too, to be nonsense. Nonsense was accepted, and sound sense was distorted, because whatever seemed useful to faith was thought likely to be true, a failure of logic, and indeed of faith as well, which is not peculiar to this subject or these people.

Segundo Daniel, o fracasso das Cruzadas coincidiu com uma “estagnação mental” e este cânone reviveu com o novo período de conflito e com a ascensão dos turcos otomanos, conquistadores do último grande baluarte do cristianismo no Oriente, Constantinopla. A fama do harém otomano (de “mistério” e “sedução”) agregou-se ao que o autor chama de antigos “*nonsenses*”, as concepções de violência e de

selvageria. Estes dois últimos temas, aliás, segundo Daniel, foram naturalmente populares nos séculos XVI e XVII, período em que a Europa foi tomada por conflitos internos (DANIEL, 2003: 309).

Durante o Iluminismo, a partir da segunda metade do século XVII, houve uma ligeira mudança. A visão do Islã foi marcada pela ambigüidade nas obras dos escritores ocidentais. Daniel exemplifica sua asserção com a análise da tragédia *Fanatisme*, ou *Mahomet le prophète*, de Voltaire, que data de 1742. A abordagem do filósofo francês teria se diferenciado da medieval em apenas dois aspectos. O primeiro é que ele “preferiu inventar suas próprias lendas” a usar as que já circulavam, por que não eram “vis” o bastante para suas intenções. O segundo aspecto é que seus argumentos contra a religião também podiam ser usados contra todas as religiões reveladas (*op. cit.*: 310).

O período do Romantismo, entre o final do século XVIII e o final do século XIX caracterizou-se por levar a discussão para além da esfera religiosa, acrescentando novos temas, como os direitos femininos. “Dispute about Islam passed to other aspects, and passions were aroused instead in the social and political areas, though still on the themes of sex and violence. The rights of women were one such issue, usually seen in terms of subjection, enslavement and concubinage” (*op. cit.*: 314)⁵. O assunto foi, portanto, secularizado, mas os temas continuaram essencialmente os mesmos de antes: sexualidade e violência.

Neste compasso, as atitudes modernas em relação ao Islã e aos árabes também devem seus principais conceitos aos românticos, assim como à Idade Média e ao Iluminismo (*op. cit.*: 315). No século XIX, o colonialismo europeu trouxe a reaproximação entre o discurso religioso e o político, assim como na época das Cruzadas. Mas, com uma nova roupagem, a de “missão civilizadora”. A expressão cabia dentro do pragmatismo oitocentista ao conferir uma função dignificante ao colonialismo europeu. A conquista de novos territórios seria, antes de tudo, uma forma de introduzir a “civilização” entre os “bárbaros”.

⁵ O próprio Daniel comenta que, ironicamente, antes da aprovação da Lei de Propriedade das Mulheres Casadas, na Inglaterra, em 1860, as inglesas tinham menos direitos do que o Alcorão concedia às muçulmanas.

Mesmo no século XX, as antigas idéias se fizeram presentes. Daniel chega a afirmar categoricamente, no texto adicionado ao livro em 1993, que: “Probably even today only people born into an inheritance different of that ordinary European Christians can be free of it” (DANIEL, 2003: 317). Mas, evidentemente, não houve apenas estagnação no século passado. Também foram registrados avanços significativos, como livros escritos por intelectuais como o britânico William Montgomery Watt, entre as décadas de 40 e 60. Clérigo da Igreja Episcopal, Watt lançou duas biografias de Muhammad. Apesar de não haver revolucionado a abordagem cristã do profeta, as obras “do change the emphasis, so that the reader, through the historic-anthropological approach, is drawn into and allowed to some extent to share the Muslim awareness of the Prophet” (*op. cit.* p. 330-331).

Seguindo os procedimentos metodológicos de Norman Daniel, Said se dedicou a um atento escrutínio de obras literárias inglesas e francesas dos séculos XVIII e XIX que retratavam o “oriental”. Mas, em sua análise, o autor de *Orientalismo* foi além. Percebeu que os discursos elaboraram uma disciplina em que o Oriente não era um interlocutor do Ocidente, mas seu “Outro silencioso” (SAID, 1985: 93). Said atacou a noção de Oriente (e também de Ocidente) propalada por intelectuais que descreveram árabes e muçulmanos, principalmente a partir do final do século XVIII (SAID e PAUL, 1988: 32). “Whatever else one may think of Edward Said and those who have followed his path, it is difficult to disagree with their basic contention that western discourse has constructed an Orient that is often completely disconnected from the ‘real’ Orient (whatever that is)” (BLANKS, 1999: 12).

Said definiu Orientalismo como sendo “um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente’ e (a maior parte do tempo) ‘o Ocidente’” (SAID, 1996: 14). Essa distinção foi feita com o uso de instituições, vocabulários e imagísticas através de elaboradas figuras retóricas em forma de discurso que deformaram os povos orientais. Ele aponta que houve, principalmente em meios acadêmicos, a construção de uma fronteira fixa, que separa o “nós”, ocidentais, dos “outros”, orientais. Essa fronteira foi construída em cima da desqualificação do “outro”, criando-se estereótipos e preconceitos (SAID, 1996: 82).

O *orientalismo* é o termo genérico que venho usando para descrever a abordagem ocidental do Oriente; é a disciplina por meio da qual o Oriente é abordado sistematicamente, como um tema de erudição, de descobertas e de prática. Mas, além disso, eu tenho usado a palavra para designar aquela coleção de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para qualquer um que tenha tentado falar sobre o que está ao Leste da linha divisória.

A noção de Orientalismo é, segundo o autor, uma “crítica multicultural do poder usando conhecimento para se favorecer” (SAID, 1995b: 336). Ele destaca a problemática da produção do conhecimento/poder, influenciado por Michel Foucault, como um dos pontos centrais de sua teoria. O argumento é que o conhecimento construído pelos orientalistas serviu como justificativa da dominação européia principalmente durante o período em que franceses e ingleses empreenderam seus projetos coloniais tanto na Ásia quanto na África. O autor assinala que tanto o colonialismo como o imperialismo não são simples atos de acumulação e aquisição. São também sustentados e provavelmente impelidos “por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação [...]”. Ele cita como exemplo o pensamento oitocentista clássico, que cultivava conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão”, “autoridade” (SAID, 1995a: 40).

Há três sentidos para o Orientalismo apresentado por Said. O primeiro é o acadêmico, em que a pesquisa do Oriente é apoiada por instituições com a alcunha de estudos orientais. E, como esse discurso é elaborado por orientalistas, pessoas que detinham o “conhecimento científico”, ganhou legitimidade. O segundo sentido é o imaginativo, em que se encaixa a produção de poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos e administradores imperiais. Os seguidores dessas duas linhas aceitaram a existência da oposição de um Oriente a ser conhecido e de um Ocidente do qual eles fizeram ou fazem parte. A partir desse pressuposto, esses intelectuais elaboraram teorias das mais diversas para “explicar” o oriental, sua mente, seus costumes, sua cultura. O terceiro sentido listado é o do discurso, na acepção foucaultiana⁶ (SAID,

⁶ O discurso como prática social, que se produz em razão das relações de poder: “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1986: 56).

1996: 15). Sua alegação é que a cultura europeia administrou e até produziu um discurso político, sociológico, ideológico, científico e imaginário em relação ao Oriente durante o período pós-Iluminismo. Entre suas formulações, está um complexo aparato de idéias “orientais”, exemplificados por sintagmas nominais como “despotismo oriental” ou “esplendor oriental” (SAID, 1996: 16).

A tese questiona o discurso em que o oriental é posicionado em um nível de inferioridade. E, nesse caso, a inferioridade dos orientais (“eles” ou “o outro”), significou a superioridade dos ocidentais (“nós”). “The construction of identity [...] involves establishing opposites and ‘others’, whose actuality is always subject of continuous interpretation and re-interpretation of their differences from ‘us’. Each age and society re-creates its ‘Others’” (SAID, 1995b: 332). O Oriente foi uma das mais profundas e recorrentes imagens do Outro⁷ para o Ocidente.

A diferença é uma característica essencial para a construção da alteridade. Ao dizermos, por exemplo, que os árabes são violentos, estabelecemos uma cadeia de negações: eles não são civilizados, não são simpáticos, não são mansos, não são agradáveis. A afirmação só faz sentido através da diferenciação. O mesmo pode-se dizer das negações: os árabes não são civilizados; portanto eles são bárbaros. As identidades são, dessa forma, construídas através da diferença e não fora dela (HALL, 2002; SILVA, 2002). As afirmações e negações sobre a diferença dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações depreciativas em relação a outras identidades. Como bem expõe Stuart Hall (2002: 110), isso implica o reconhecimento perturbador de que somente através da relação com o Outro, “da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído”.

⁷ Refiro-me ao Outro simbólico lacaniano: “O outro é o grande Outro da linguagem, que está sempre já aí. É o outro do discurso universal, de tudo o que foi dito, na medida em que é pensável. Diria também que é o Outro da biblioteca de Borges, da biblioteca total. É também o Outro da verdade, esse Outro que é um terceiro em relação a todo diálogo, porque no diálogo de um com outro sempre está o que funciona como referência tanto do acordo quanto do desacordo, o Outro do pacto quanto o Outro da controvérsia” (MILLER, 1987: 22).

A identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder através da representação. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000: 91). Portanto, retomando o conceito de Orientalismo, os orientalistas representam seus objetos de estudo de tal forma que definem e determinam uma identidade construída por eles mesmos, estática e reducionista. O contato entre os europeus e seus ‘outros’, iniciado há pelo menos quinhentos anos, não variou em um único sentido, na concepção de que “existe um ‘nós’ e um ‘eles’, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente auto-evidente” (SAID, 1995a: 27).

A definição desse Outro não necessita de argumentos. O uso do “é”, como na construção “Maomé é um impostor”, típica de um trabalho acadêmico do século XVII, resume a forma com que os orientalistas explicavam as questões referentes ao seu objeto de estudo. E não foram usadas as simples asserções, mas também as elisões e silêncios que “always with shapes imposed and disfigurements tolerated, so that ‘our’ East, ‘our’ Orient becomes ‘ours’ to possess and direct” (SAID, 2003c: xv). Elas também formaram o pensamento dos orientalistas.

Em sua vertente moderna⁸, o Orientalismo teve início no final do século XVIII, mais precisamente em 1798, com a invasão napoleônica do Egito. Além de tropas, Napoleão levou estudiosos franceses para conhecer esse mundo no qual ele estava penetrando. Seguiu-se à disseminação destes estudos realizados por acadêmicos franceses no Egito uma espécie de “epidemia” de assuntos relativos ao oriente que pode ser encontrada na produção de grandes poetas, ensaístas e filósofos do século XIX (SAID, 1996: 89).

Said lembra que entusiasmo semelhante ocorreu durante a Alta Renascença na Europa em relação às Antiguidades Grega e Latina. Mas, ao contrário delas, o Orientalismo tinha a finalidade de ultrapassar a fronteira do conhecimento, justificando ideologicamente a conquista de territórios. O papel foi brilhantemente desempenhado pelos orientalistas, difundindo concepções como as supostas “indolência” e “selvageria” dos dominados. Tal discurso ganhou a colaboração de políticos que inseriram a idéia de uma necessidade de intervenção a fim de salvar (tanto no sentido

⁸ Said determina o século XIV como um marco inicial do Orientalismo, que, acredito, se dá pela maior quantidade de documentos escritos que podemos encontrar.

material como espiritual) as vidas dos dominados. “Há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental” (SAID, 1996: 46).

A separação entre um Oriente designado como bárbaro e um Ocidente autodenominado civilizado faz parte do que Said chama de “geografia imaginativa”. O ato de dividir realidades humanas através de uma formulação mental só depende de um dos dois lados. “Nós” podemos nos considerar civilizados e, em oposição, julgarmos “os outros” bárbaros arbitrariamente. “Para ‘nós’, basta estabelecer essas fronteiras em nossa mente; conseqüentemente, ‘eles’ ficam sendo ‘eles’, e tanto o território como a mentalidade deles são declarados diferentes dos ‘nossos’” (*op. cit.*: 64). Estabelecem-se assim identidades a partir da distinção negativa.

Os métodos institucionais e culturais serviram de veículo através do qual os europeus construíram uma noção idealizada do Oriente, designaram fronteiras hierárquicas entre este e o Ocidente, fabricando-se a si mesmo através dessa separação arbitrária e útil, construindo a identidade cultural européia por sobre e contra o Oriente. (SILVA, 2005: 26).

Said enfatiza que nem o termo Oriente nem o conceito de Ocidente têm alguma estabilidade ontológica. Cada uma dessas idéias são compostas de elaborações humanas, em parte afirmação, em parte identificação desse “Outro”. Como esses significados não são fixos, dão margem a vários outros conteúdos. Por isso, essas ficções supremas, como chama o autor, se prestam facilmente à manipulação, principalmente no que tange ao Islã e aos árabes de um lado e a “nós” ocidentais de outro (SAID, 2003c: xii).

Apesar de se dedicar à descrição apurada do Orientalismo praticado nos séculos XVIII, XIX e início do XX, Said (1996: 305) destaca a sobrevivência de quatro dogmas orientalistas no final do século passado. O primeiro deles é a oposição entre o Oriente, caracterizado como “aberrante, subdesenvolvido e inferior” e o Ocidente, “racional, desenvolvido, humanitário e superior”. O segundo dogma é a preferência de um

Oriente que se baseia em uma representação da civilização oriental “clássica” no lugar de evidências tiradas da história recente. O terceiro é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de autodefinir-se: “presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental é inevitável e até cientificamente ‘objetivo’” (*op. cit.*: 305). O quarto e último dogma é que o Oriente deve ser temido e, portanto, controlado.

A tese tem suscitado discussões ao longo de sua existência. Como *Orientalism* é um trabalho polêmico e sua análise “corrosiva” (CLIFFORD, 1980: 206), muitos intelectuais entraram na discussão, principalmente os próprios orientalistas que vieram a público em defesa da disciplina. Entre eles esteve Bernard Lewis, citado em *Orientalism* como sendo um dos melhores exemplos do uso da chancela do conhecimento para fins de inferiorização de todo o povo árabe e do Islã. A polêmica entre ambos passou para as páginas do *New York Book Review*, após uma manifestação tardia de Lewis sobre o livro⁹.

O historiador britânico postulou em sua resenha que era inadequado afirmar que todo o empreendimento orientalista esteve a serviço do domínio imperial. “No doubt there were some Orientalists who, objectively or subjectively, served or profited from imperial domination. But as an explanation of the Orientalist enterprise as a whole, it is absurdly inadequate” (LEWIS, 1982: 9). A crítica de Lewis é em parte procedente. Apesar de nomear vários acadêmicos como orientalistas, Said não afirmou solenemente que todos realmente são orientalistas. Mas a crítica à disciplina é realmente contundente e a defesa, ausente. Portanto, a interpretação de que o autor teria generalizado todos os estudos do Oriente Médio como empreendimentos orientalistas não é totalmente equivocada.

Obviamente, nem todos os orientalistas são apresentados como iguais por Said. Intelectuais como Lewis¹⁰ são dissociados de outros como Louis Massignon, que lutou

⁹ Refiro-me à resenha de *Orientalism* publicada por Lewis no *New York Book Review* quatro anos após o lançamento do livro.

¹⁰ A grande proximidade de Bernard Lewis e o governo George Bush (1988-92) e George W. Bush é notória. Dick Cheney (2006), atual vice-presidente norte-americano e membro do governo de Bush pai, afirmou em discurso proferido no dia 1 de maio de 2006 que desde que conheceu Lewis, antes da primeira Guerra do Golfo, ele se tornou um importante conselheiro na Casa Branca, prova de que a

em defesa da civilização muçulmana e do direito à autodeterminação árabe na Palestina. Mas, mesmo assim, “a estrutura que continha a visão de Massignon também reportava o Oriente islâmico a um tempo essencialmente antigo e o Ocidente à modernidade” (SAID, 1996: 275). O estudioso francês não considerava o oriental “um homem moderno”, mas “um semita”. A discussão sobre a disputa na Palestina, na visão de Massignon, se resumia a um problema semítico, que remonta ao tempo de Isaac e Ismael (*op. cit.*: 275). Ou seja, mesmo os estudiosos bem-intencionados têm dificuldades em se distanciar de uma visão enviesada do oriental.

Neste ponto, é necessário esclarecer que não acredito que todo conhecimento produzido sobre o Oriente se enquadre na categoria de orientalista. Por outro lado, o conhecimento enviesado, disseminador de estigmas e estereótipos e que se adéqua e se alinha a discursos colonialistas e imperialistas se encaixa, no meu ponto de vista, à noção de Orientalismo que Said acreditava ser mais propícia, anos após a publicação de *Orientalism*. Em *Cultura e Imperialismo* (1995a), escrito em 1993, 15 anos depois, o autor chama a atenção para trabalhos que tratam da questão do gênero no Islã. E sublinha que, nos quatro anos anteriores, surgiu uma nova consciência intelectual e política em relação aos estudos sobre o Oriente Médio. Acredito que Said cedeu aos críticos ao afirmar que houve “uma extraordinária transformação nos estudos do Oriente Médio, os quais, quando escrevi *Orientalism*, ainda eram dominados por um espírito agressivamente masculino e condescendente” (*op. cit.*: 26).

Outras críticas comuns à obra de Said se referem à não-inclusão em seu livro do Orientalismo praticado por estudiosos de outros países, como o de alemães (CLIFFORD, 1980: 215) – o livro se dedica a descrever os profissionais britânicos, franceses e americanos –, e à excessiva ênfase em assuntos relacionados ao Oriente Médio, deixando de lado outras regiões do Oriente como o Extremo Oriente (LEWIS, 1982: 12). Em resposta, Said afirma que nenhum crítico teria fornecido argumentos suficientes para que ele tivesse incluído outros “orientalismos” (SAID, 1985: 198 e 199)

proximidade dos orientalistas com o poder é bastante atual. “Since then we have met often, particularly during the last four-and-a-half years, and Bernard has always had some very good meetings with President Bush.”

e que sua intenção não era escrever sobre todos eles, mas especificamente sobre o Oriente Médio.

1.2 – O Orientalismo na Imprensa

Para Edward Said, a prática orientalista se mostra bastante presente na mídia. As elaborações têm se intensificado desde a Guerra do Seis Dias em 1967, o conflito entre palestinos e israelenses de 1973, a Crise do Petróleo no mesmo ano, e a Revolução Iraniana em 1979 (SAID, 1988: 33). Com o crescimento da circulação de jornais e revistas, a popularização do rádio e da televisão e o aparecimento da internet, a mídia deve ser encarada como a principal propagadora da representação de árabes e muçulmanos atualmente (MOITA LOPES e FABRICIO, 2005: 254)

A polarização cada vez maior na mídia, atualmente, entre os ocidentais e os orientais-árabes é um modo de estereotipar e racializar a diferença, reduzindo-a a dois grupos estanques por meio de discursos que os estigmatizam e criam um mundo bipolar: os certos, que agem ao lado da verdade científica, da racionalidade e do Deus correto (cristão), em oposição aos errados (os muçulmanos). Assim, o que está em jogo é a construção de uma ótica fundamentalista e essencializadora.

A principal crítica do autor à imprensa é a difusão de generalizações em torno do Islã, tornando uma pequena parte do que realmente acontece no mundo islâmico (que tem mais de um bilhão de pessoas, dezenas de países, sociedades, línguas e experiências) um retrato de toda a religião (SAID, 1997: xvi). Esse pensamento levou-o a escrever um livro especialmente dedicado à cobertura dos veículos de imprensa norte-americanos aos assuntos relacionados ao Islã – *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. O professor de Literatura Inglesa da Universidade de Colúmbia denuncia a existência de um viés negativo na

cobertura de assuntos relativos a árabes e, principalmente, muçulmanos em jornais, revistas, noticiários de televisão e até em livros após o episódio do seqüestro de 53 diplomatas norte-americanos no Irã em 1979.

Said aponta, neste estudo publicado em 1981, vinte anos antes dos atentados de 11 de setembro, que muçulmanos e árabes eram vistos como “potenciais terroristas”. E no prefácio escrito posteriormente, para a edição de 1997, ele afirma que pouca coisa havia mudado na cobertura da imprensa norte-americana até então, 16 anos após o lançamento de *Covering Islam* (SAID, 1997: 28).

Very little of the detail, the human density, the passion of Arab-Muslim life has entered the awareness of even those people whose profession it is to report the Islamic world. What we have instead is a limited series of crude, essentialized caricatures of the Islamic world presented in such a way as, among other things, to make that world vulnerable to military aggression.

É importante levar em consideração os casos relatados na imprensa dos Estados Unidos porque é o “principal exportador de informação do mundo” (SHAHEEN, 1983: 335). Jornais norte-americanos como NYT e TWP e agências internacionais de notícias como a AP são meios de comunicação influentes na imprensa mundial. Os dois jornais utilizados nesta pesquisa possuem os direitos de reprodução dos textos noticiosos dos três veículos de informação citados, além de outras agências internacionais de notícias, jornais e revistas norte-americanos e também europeus.

Muito antes dos atentados, a imagem de árabes e muçulmanos na mídia norte-americana já era objeto de estudo de pesquisadores preocupados com a criação de estereótipos pela imprensa. Estudiosos especializados em mídia apontaram nas décadas de 80 e 90 o fenômeno descrito por Said. Apresentarei a seguir algumas dessas pesquisas.

Edmund Ghareeb (1983) pesquisou como a questão palestina era tratada pela mídia norte-americana. O autor sustenta que tanto jornais como revistas, canais televisivos e agências de notícias teriam sido tendenciosos, em favor de Israel, na cobertura do conflito palestino-israelense. O resultado foi publicado em forma de livro,

um dos mais citados em pesquisas sobre o tema: *Split Vision: the portrayal of Arabs in the American media*.

Para fundamentar sua tese, Ghareeb entrevistou jornalistas dos principais veículos de comunicação dos Estados Unidos da época, entre eles correspondentes no Oriente Médio e chefes de organizações como os canais de TV ABC e NBC, jornais como *TWP* e *NYT*, além de integrantes de agências de notícias etc. Os períodos pesquisados foram de 1975 a 1977 e de 1979 a 1982. Dos 17 entrevistados, 11 concordaram com a tese de que houve ou havia nos veículos de comunicação norte-americanos um viés antiárabe, um não abordou o assunto e cinco discordaram. Este é um indicativo de que a maioria dos envolvidos na produção e seleção do que é veiculado na chamada grande imprensa do país acreditava que havia distorções negativas em relação aos árabes no noticiário produzido nos Estados Unidos naquele período.

Mais recentemente, Hamada (2001) pesquisou qual era a retrato de árabes e muçulmanos entre os jornalistas, que ele chama de “image-makers” (formadores de imagem). O pesquisador entrevistou 168 jornalistas – entre editores, repórteres e jornalistas free-lancers¹¹. Do total, 65,5% eram norte-americanos e 34,5% europeus. A maioria dos entrevistados trabalhava no jornal *NYT* (36,9%), seguidos por funcionários do *TWP* (28,6%). Os 34,5% restantes escreviam para jornais e revistas europeus. Dentre as conclusões mais alarmantes da pesquisa desponta a de que 89,7% dos entrevistados acham que a mídia ocidental transmite uma imagem tendenciosa ou distorcida dos dois grupos. Outra indicação preocupante da pesquisa é o desconhecimento que uma grande parte dos entrevistados tem sobre uma informação básica sobre o tema: 40% deles afirmaram que árabes e muçulmanos são a mesma coisa. Ou seja, uma grande parte daqueles que produzem o noticiário não sabe distinguir etnia de religião.

Apesar de tratar da imagem dos norte-americanos de ascendência árabe, outro estudo, feito por Mary Ann Weston (2003), mostra que esse desconhecimento é regra e não exceção entre os próprios jornalistas dos Estados Unidos. Realizada após 11 de

¹¹ Profissionais que trabalham para um ou mais veículos sem vínculo empregatício.

setembro de 2001, a pesquisa revelou que muitos dos artigos pesquisados em jornais regionais do país também ignoravam a distinção entre os termos “árabe” e “muçulmano”, fazendo uso indiscriminado deles. Segundo a autora, o maior desafio dos jornais pesquisados era exatamente retratar o Islã de forma correta. A principal conclusão do estudo foi que a grande maioria dos artigos falhou em descrever a diversidade cultural dos árabe-americanos. Contudo, a autora detectou poucas ocorrências de reportagens que pudessem ser consideradas “ofensivas” ou “totalmente incorretas” (WESTON, 2003: 103).

Mehdi M. Semati (1997), por sua vez, cita dois estudos em seu artigo publicado no periódico especializado em mídia *The Journal of International Communication*. Ambos demonstram que o tratamento dado pela mídia em dois casos diferentes é o mesmo: parcial. Um deles, realizado por Jim Hogshire, em 1992, aponta que o jornal *NYT* realizou uma cobertura islamofóbica¹² das eleições presidenciais na Argélia. O outro, de Jack Shaheen, realizado em 1989, demonstrou que os árabes são retratados na televisão dos EUA como “maníacos sexuais e terroristas” (*op. cit.*:31).

O caso mais emblemático citado pelo autor, contudo, é o da explosão de um prédio localizado na cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, em 1996. Na ocasião, 168 pessoas morreram e mais de 500 ficaram feridas. No jornal *U.S. Today* do dia seguinte, entre outros diários norte-americanos, veiculou-se a informação de que o principal suspeito de cometer o atentado era “o terror do Oriente Médio” (*op. cit.*: 37). Mas, na verdade, o responsável foi um cidadão norte-americano, branco e católico, sem vínculo algum com o Oriente Médio.

Acredita-se que a própria cobertura que os veículos de imprensa têm realizado em relação ao Oriente Médio leve o cidadão médio (e os próprios jornalistas) ao desconhecimento de outras facetas da região. Para Yahya Kamalipour (1997), o público norte-americano tem muito pouco conhecimento prévio em relação ao Oriente Médio. Por isso, a cobertura constante de desastres, golpes, insurreições, conflitos e atividades terroristas realizada pela imprensa dos Estados Unidos “fosters a gross misimpression of the Middle Eastern peoples and cultures” (KAMALIPOUR, 1997: xx).

¹² O termo *islamofobia* foi cunhado recentemente, em 1991, na Grã-Bretanha. Designa o ódio em relação à religião, o Islã, e a seus praticantes, os muçulmanos (NATALI, 2004).

Ele também destaca que os países árabes, além de Afeganistão, Chipre, Irã, Paquistão e Turquia, são freqüentemente amontoados como se fossem uma única entidade destituída de qualquer identidade nacional própria, herança cultural, ideologia religiosa, filosofia política ou suscetibilidade global. E sempre lhes é conferida uma ênfase enviesada. “Whatever the American public knows about the Middle East has often been negative, stereotypical, and far from reality” (*op. cit.*, 1997: xx).

Os estereótipos que os norte-americanos relacionam com árabes e muçulmanos podem ter sido influenciados pela imagem que uma importante revista dos Estados Unidos reproduz deles há pelo menos um século. Linda Steet (2000) fez uma extensa pesquisa nas reportagens sobre árabes em todas as edições da revista *National Geographic* entre 1888, data em que a publicação saiu pela primeira vez, e 1988. A autora levantou uma série de estereótipos recorrentes nestes cem anos de cobertura, principalmente relativos à mulher árabe, assim como erros comuns. Mas a característica que mais aderiu à imagem dos árabes foi a de que são sujeitos violentos. “Decade after decade in *National Geographic* we have read and looked at the same representations of Arabs and violence, and except for the dates, little if anything has altered” (*op. cit.*: 143).

No Brasil, há indícios de que os muçulmanos também têm do que se queixar. Um artigo de Silvia Montenegro (2002), no periódico especializado em antropologia *Mana*, lista alguns exemplos pontuais do tratamento dado pela mídia ao tema Islã no Brasil. Citaremos apenas o caso relativo à FSP, jornal que faz parte do *corpus* deste estudo. Segundo a autora, a editoria Mundo do jornal – caderno responsável pela veiculação de reportagens internacionais – publicou, em 18 de julho de 1999, um especial dedicado ao “fundamentalismo no Islã”. Foram três páginas sobre o assunto, “sublinhando que a ‘face assustadora’ do Islã se encontra em xeque”. Nas reportagens, as palavras “islâmico”, “Islã” e “muçulmano” funcionaram como adjetivos para fundamentalismo religioso (*op. cit.*: 70).

O artigo revela ainda que líderes da comunidade muçulmana, pertencentes à Sociedade Muçulmana de São Paulo¹³, deixaram de dar entrevistas em 1998 porque

¹³ Acredito que a autora se refere à Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo.

os órgãos de imprensa não estariam fazendo “nenhuma alusão às palavras do entrevistado” (MONTENEGRO, 2002: 72) quando consultavam suas opiniões. Por isso, afirma a autora, a Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro teria colocado em seu site uma lista de “equivocos freqüentes a respeito do Islã” e que também seriam reproduzidos pela imprensa brasileira. Entre os itens considerados mais graves, destacados desta lista pela própria autora do artigo, estão: 1) os muçulmanos são violentos, terroristas ou extremistas; 2) o Islã oprime as mulheres; 3) a existência de um Islã negro (*op. cit.*: 76 a 80)¹⁴.

Um repórter brasileiro de TV, Carlos Dorneles (2003), debruçou-se sobre a cobertura que os principais jornais do país fizeram sobre os desdobramentos dos atentados de 11 de setembro de 2001. Ao comparar o que foi publicado durante um ano nos jornais FSP, OESP, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, além das revistas *Veja*, *Istoé* e *Época*, Dorneles percebeu que os jornais abordaram os eventos que se seguiram aos ataques de uma maneira muito semelhante. Entre os exemplos destacados por ele está a tendência de qualificar os palestinos de terroristas, sem uma devida contextualização dos fatores que envolvem a luta pela autodeterminação daquele povo. “O terror é exclusivo do outro lado [o palestino]” (*op. cit.*: 264).

Dorneles vai além. Sugere que a imprensa brasileira, assim como outras do mundo ocidental, foi “refém e cúmplice” da norte-americana que, segundo ele: “Ignorou massacres, desrespeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, a destruição de um país miserável [Afeganistão] pela maior potência militar do planeta e deu vazão ao patriotismo como senha para obediência ao poder” (*op. cit.*: 17). Por isso o título do livro, que também faz alusão a um belo artigo do escritor português José Saramago, é tão contundente: *Deus é inocente, a imprensa não*.

Pelo exposto, considero esta pesquisa importante pela carência de estudos acadêmicos realizados no Brasil sobre a representação que a imprensa brasileira produz (ou reproduz) de assuntos relativos a árabes e/ou muçulmanos. É necessário verificar se os jornais de maior circulação no país retratam a etnia e a religião

¹⁴ Quero salientar que ao registrar as percepções da comunidade muçulmana brasileira em relação à imprensa não estou corroborando-as.

mencionadas de uma forma similar à apontada pelos estudiosos da imprensa norte-americana. E, se isso se confirmar, temos outra motivação para fazer esta investigação. É apontar como isso se concretiza nos textos publicados nos jornais paulistanos.

Capítulo II – A Análise Crítica do Discurso

2.1 – Apresentação

Neste capítulo pretendo introduzir os pressupostos teóricos no âmbito da Análise do Discurso, em que o presente estudo também se baseia. Em seguida, exponho o porquê da minha opção por uma de suas vertentes, a Análise Crítica do Discurso¹⁵, como um dos instrumentos de investigação, e os principais enfoques que serão utilizados.

Antes, contudo, creio que é necessário explicar o que o presente estudo entende como discurso. Abordá-lo-ei como uma forma de posicionamento diante do mundo e de representação dele através da linguagem, definição mais abrangente do que a visão tradicional de Michel Foucault. Aqui, o termo “discurso” considera o uso da linguagem como forma de prática social, assim como entende o lingüista britânico Norman Fairclough. Não se define como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Para ele, a definição tem várias inferências. “Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especificamente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001: 90 e 91).

Para o autor britânico, a representação se desdobra em uma prática de significação do mundo, produzindo o mundo em significado. Se por um lado é um modo de ação e representação é também uma relação dialética entre o discurso e a

¹⁵ Um novo termo surgiu em 2004 para definir a ACD: Critical Discourse Studies (HERNANDEZ, 2006: 76), ou em português, Estudos Críticos do Discurso. Como há divergências sobre a tradução de “Critical Discourse Analysis” em diversos livros consultados, utilizarei Análise Crítica do Discurso (e não Análise do Discurso Crítica), assim como foi publicado em *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2005: 45).

estrutura social. Ou seja, os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também os constroem ou os “constituem”. Diferentes discursos constituem entidades-chave de modos também diferentes, posicionando as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais. E são esses efeitos sociais inerentes ao discurso que são focalizados pela Análise do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001: 22), uma das opções teóricas deste trabalho.

A Análise do Discurso é um dos meios para revelar esses efeitos, pois observa como os textos trabalham dentro da prática sociocultural (FAIRCLOUGH, 1997: 7). A disciplina visa decifrar como objetos simbólicos dão lugar a sentidos ao analisar os próprios gestos de interpretação que considera como atos no domínio simbólico, levando em conta sua intervenção no “real do sentido”. “A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (ORLANDI, 2003: 26).

Através desta concepção, a transmissão de informação é um processo mais elaborado do que sugere o esquema elementar emissor, receptor, código, referente e mensagem. Não se admite essa linearidade nem se encara a língua como um simples código, mas como um processo de significação simultâneo e não separado de forma estanque. O funcionamento da linguagem, “que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”, é um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos em que estão incluídos a identificação do sujeito, a argumentação, a subjetivação, a construção da realidade, entre outros (*op. cit.*: 21). Dessa forma, o discurso não pode ser encarado apenas como a mensagem a ser transmitida de um emissor para um receptor e sim um “efeito de sentidos entre locutores”.

Dentre as variadas vertentes da Análise do Discurso existentes, optei pela Análise Crítica do Discurso. A ACD surgiu no final dos anos 80 por meio do trabalho de lingüistas como o já citado Fairclough, além de Teun Van Dijk, Ruth Wodak e Theo Van Leeuwen. Desde então, tem se tornado um dos ramos mais ativos e influentes da Análise do Discurso (BLOMMAERT e BULCAEN, 2000: 447). A ACD tem como objetivo tornar visíveis as relações entre prática social e linguagem, pois admite que os

efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença podem estar aparentemente submersos (FAIRCLOUGH, 2001: 31). E, através da aplicação de mecanismos propostos pela ACD, esses elementos podem ser revelados.

A crítica à ACD vem exatamente no sentido de questionar a validade de suas conclusões, principalmente quando se trata do desvelamento ideológico (que explicarei mais adiante). Para Robert de Beaugrande (1999), a disciplina apresenta três problemas: o comprometimento do próprio analista com alguma ideologia, o surgimento de uma ideologia como contraponto àquela que é apontada em dado texto e a questão de se todos os textos têm conteúdo ideológico ou apenas alguns (*op. cit.*: 280).

Em defesa da ACD, postulo que apontar a existência de uma linha ideológica em dado texto não faz do intérprete nem um partidário nem um adepto dela. Também não vejo nada de errado no surgimento de uma nova ideologia que venha a se contrapor a outra. Por outro lado, considero um problema real e atual a existência de linhas de pensamento hegemônicas, que não sejam questionadas nem desafiadas por outras. Quando prevalece um discurso único e inquestionável é sinal de que alguma classe, interesse econômico, país está exercendo domínio sobre todos os outros. A falta de dissenso é mais grave do que o surgimento de novas ideologias. Por isso, a discussão do assunto é extremamente saudável principalmente em um ambiente democrático.

2.2 – A abordagem de Norman Fairclough

Na ACD também existem correntes associadas a vários autores, como os anteriormente citados. Dentre eles, darei destaque à Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough, que se baseia na percepção da linguagem como parte da vida social “dialeticamente interconectada a outros elementos sociais” (CHOULIARAKI e

FAIRCLOUGH, 1999; RESENDE e RAMALHO, 2006: 11). Para explicar a abordagem faircloughtiana, voltarei ao discurso, que o autor considera um fenômeno tridimensional. O evento discursivo, como Fairclough nomeia qualquer exemplo de discurso, não está apenas na dimensão de um texto, mas também é um exemplo de prática discursiva e de prática sócio-cultural (FAIRCLOUGH, 2001: 22).

Dentro da primeira dimensão, a do texto, o autor britânico destaca quatro tipos de análise: a do vocabulário, a da gramática, da coesão e da estrutura textual. Segundo Fairclough, esses itens podem ser imaginados em uma escala ascendente, de unidades a um conjunto. O vocabulário trata principalmente das palavras individuais. A gramática, das palavras combinadas em orações e frases. A coesão, por sua vez, implica a ligação entre orações e frases. Já a estrutura textual se refere às propriedades organizacionais de larga escala dos textos (*op. cit.*: 103).

A segunda das três dimensões propostas pela Teoria Social do Discurso é a prática discursiva. Segundo Fairclough, esta dimensão enfatiza a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual, que variam entre diferentes discursos. A produção, por exemplo, pode ser feita pela equipe do jornal, por um colunista, repórter ou redator, ou também pode ser fruto de uma tradução ou da edição de textos produzidos por jornais estrangeiros ou agências internacionais. A mesma variação se dá entre os leitores, que interpretam o texto de acordo com contextos sociais diversos, individualmente ou coletivamente (*op. cit.*: 107). A distribuição também varia. No caso específico dos jornais usados nesta pesquisa, eles são vendidos em bancas (o leitor escolhe o jornal), entregues na casa dos assinantes (o leitor recebe por assinatura) e pela internet (o leitor também deve assinar o serviço).

A prática discursiva tem como principais meios de análise elementos sociocognitivos, que também fazem parte do texto: a força, a coerência e a intertextualidade. A força é o componente acional do texto, que faz de uma frase uma proposição, uma sugestão, uma ordem, uma reclamação. A coerência é o que faz do texto um bloco que faça sentido com poucos marcadores formais dessas relações de sentido. A intertextualidade é a marca de outros textos dentro do texto “que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer,

ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001: 114). A intertextualidade pode ser manifesta, quando é explícita a marca de outros textos, ou constitutiva.

Gostaria de acrescentar a noção de heterogeneidade de Jacqueline Authier-Revuz, autora que explica de maneira precisa a presença de discursos dentro de outros. Ela estabelece duas características da heterogeneidade. A primeira delas é a constitutiva, que remete a um discurso que se constitui por meio de um debate com a alteridade. Nele, não há a indicação no texto da presença de outros discursos que não a do autor. Está no nível do inconsciente, no interdiscurso (AUTHIER-REVUZ, 1990: 27, 28 e 29). A segunda é a heterogeneidade mostrada, em que se enquadram as formas marcadas, como o discurso direto, as aspas e os itálicos, e as não marcadas, a metáfora, a ironia, o discurso indireto livre (*op. cit.*, pp. 29, 30 e 31).

De volta a Fairclough: a terceira e última dimensão descrita por ele é a prática social, que prioriza as circunstâncias institucionais e organizacionais do discurso. Apesar de ter várias orientações, o autor enfatiza os efeitos ideológicos e os processos hegemônicos que o caracterizam (FAIRCLOUGH, 2001: 94; BLOMMAERT e BULCAEN, 2000: 449). “O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001: 94).

A concepção de ideologia para Fairclough é o significado a serviço do poder: “[...] ideologies are propositions that generally figure as implicit assumptions in texts, which contribute to producing or reproducing unequal relations of power, relations of domination”. Para ele, as pressuposições são como elementos pré-construídos dentro do texto, anteriormente e em outro lugar, assim como entendido por Michel Pêcheux (1997). A ideologia é ligada à presença de outros textos, anteriores, e portanto também está implícita nas formas naturalizadas de organizar tipos particulares de interação (FAIRCLOUGH, 1995: 14).

Mas, para afirmar que os significados apontados estão agindo ideologicamente, é necessário mostrar que eles realmente servem a relações de dominação. Segundo Fairclough, o analista deve se perguntar se e *como* o significado trabalha

ideologicamente. Por isso, as respostas variam: “[...] ideologies are more an issue for some texts than for others”. As perguntas indicadas são: (a) quais são as origens sociais dessa opção? de onde e de quem elas provêm? (b) que motivações estão no texto para essa escolha? (c) qual é o efeito dessa escolha, incluindo os efeitos positivos e negativos sobre os vários interesses dos envolvidos? (FAIRCLOUGH, 1995: 14 e 15).

Fairclough utiliza elementos da teoria da linguagem (ou lingüística) sistêmico-funcional de M. A. K. Halliday para defender uma abordagem multifuncional do texto. Nela, a língua tem três funções primordiais: ideacional, interpessoal e textual. A primeira é responsável pela construção de nossa experiência de mundo que está em volta e dentro de nós (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999: 11). É aquela que gera representações do mundo, como a forma que vemos os árabes, por exemplo, citados por Fairclough (2001). A função interpessoal, por sua vez, inclui o funcionamento da língua na construção de identidades e relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001: 92). A base de interação dispõe elementos para que o falante e o ouvinte desempenhem “a social and intersubjective relationship, through the assignment of discursive roles, the expression of evaluations and attitudes” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999: 11). A última das funções listadas, a textual, é relacionada à própria constituição de textos. A base textual fornece os recursos que permitem ao falante/autor produzir discurso contextualizado e guiar o ouvinte/leitor a fim de que ele possa interpretar esse discurso (*op. cit.*: 12).

Para Fairclough, essas três funções estão sempre simultaneamente em questão no texto. “This ties in with my suggestion earlier that representations, relations and identities are always simultaneously at issue in a text” (FAIRCLOUGH, 1995: 17). A representação, mais especificamente, é uma das mais debatidas quando se suscitam discussões sobre vieses, manipulação e ideologia encontrados na mídia. Mas não é somente a averiguação da representação que se mostra premente, segundo ele. A questão das identidades e das relações sociais tem recebido menos atenção (*op. cit.*: 17). O mais amplo impacto social da mídia inclui, além das representações, que tipos de identidades sociais ela projeta e quais valores culturais ela impõe. Todas essas relações também devem ser consideradas na análise dos textos indicados no *corpus*.

O que está no texto, portanto, aponta indicativos importantes, como também observa Halliday (2002: 262): “Text may be studied as process or as product; in either case, interpreting a text means showing how it derives from the system and therefore why it means what it does”. Mas Fairclough também lembra da importância do sistema de opções que não foram feitas no texto. Ou seja, no texto são feitas escolhas entre diferentes elementos lingüísticos, do léxico à gramática. Escolhas que poderiam ser feitas, mas não foram também devem ser levadas em consideração pelos analistas (FAIRCLOUGH, 1995: 18). É o processo de silenciamento que também aponta Orlandi (2002: 89). “Esse processo – que acompanha as formas de exercício de poder, qualquer que seja sua natureza – faz com que falemos de algumas coisas para silenciar outras.”

Para concluir este item, gostaria de enfatizar a necessidade de uma Análise Crítica do discurso midiático na modernidade tardia. É característica desse período a existência de discursos sobre mudanças culturais, econômicas e sociais assim como processos que se dão fora deles e que são essencialmente formados por esses mesmos discursos (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999: 4). O estudo e o desvelamento desses discursos são elementos necessários para a percepção dos novos processos que envolvem a demarcação de escolhas lexicais a serviço do poder. Discutirei melhor essa noção a seguir, ao comentar ensaio de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant.

2.3 – A análise lexical

Como a ACD oferece inúmeras possibilidades para a análise textual, a opção deste trabalho é dar maior ênfase ao vocabulário empregado pelos jornais nos textos que se referem aos objetos de estudo. Este enfoque específico teve como inspiração dois ensaios que considero exemplos de análises lexicais precisas. Por isso, exporei a

seguir o conteúdo de ambos não apenas para revelar a origem de minhas opções, mas também para refletir neste estudo as conclusões geradas por eles. Mais adiante, apresentarei os instrumentos da ACD que serão úteis para a análise lexical que este trabalho se propõe a realizar.

O primeiro dos textos mencionados é *Politics and the English Language*¹⁶ de George Orwell (1903-1950). Publicado pela primeira vez em 1946 na revista britânica *Horizon*¹⁷, é um dos ensaios mais conhecidos do autor. Nele, Orwell sublinha que a língua inglesa deveria ser mais bem usada para “expressar o pensamento e não escondê-lo”. Entre outras críticas aos procedimentos de seus contemporâneos, Orwell chama a atenção para o uso ideológico das palavras. Um dos melhores exemplos de sua tese é a utilização do item lexical “democracia”. Segundo ele, a palavra tem uma conotação positiva, mas não possui “uma definição consensual”. Orwell (1975: 359) acusa defensores de posições ideológicas distintas e conflitantes de utilizá-la como parte de sua retórica, conferindo um significado próprio para atender a uma necessidade específica.

It is almost universally felt that when we call a country democratic we are praising it: consequently the defenders of every kind of regime claim that it is a democracy, and fear that they might have to stop using that word if it were tied down to any one meaning. Words of this kind are often used in a consciously dishonest way. That is, the person who uses them has his own private definition, but allows his hearer to think he means something quite different. Statements like *Marshal Pétain was a true patriot*, *The Soviet press is the freest in the world*, *The Catholic Church is opposed to persecution*, are almost always made with intent to deceive.

Em grande medida, o ensaio enfatiza o poder que as palavras têm de escamotear fatos mesmo que sejam inquestionavelmente brutais, principalmente em relação ao tema do ensaio, a política: “...political language has to consist largely of euphemism, question-begging and sheer cloudy vagueness”. Por isso, Orwell faz a afirmação irônica de que os significados devem escolher as palavras, não o contrário.

¹⁶ Segundo Suzuki Jr. (2007: E-1), o ensaio foi usado pelo jornal britânico *The Observer*, em que Orwell trabalhou, e pela revista semanal *The Economist* como “uma espécie de manual de redação para jornalistas e colaboradores”.

¹⁷ O texto transcrito neste trabalho não foi retirado da revista, mas de uma coletânea de ensaios do autor, *Collected Essays* (1975).

A acusação feita pelo autor de obras tão politizadas como *1984* e *A Revolução dos Bichos* recai exatamente sobre os escritores de textos políticos. Segundo Orwell, alguns deles justificam suas escolhas lexicais por motivos ideológicos. Outro exemplo citado é a utilização da palavra “pacificação” para definir os bombardeios realizados pelos aliados contra civis indefesos no Japão durante o período final da Segunda Guerra Mundial. Tais usos são necessários quando a intenção é nomear coisas sem que se evoquem figuras mentais relacionadas a elas (ORWELL, 1946: 363). Assim, o verdadeiro significado do ato, bárbaro e brutal (bombardeio), é apagado com a colocação de uma palavra de significado positivo (pacificação).

Outro ensaio inspirador, e mais recente, é *La nouvelle vulgate planétaire*¹⁸ de Pierre Bourdieu (1930-2002) e Loïc Wacquant, publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* em 2000. Os autores argumentam que uma nova vulgata planetária coloca em uso novas palavras. Elas eliminam outras com o objetivo de apagar conquistas sociais e econômicas das lutas sociais empreendidas durante o século XX. Esse novo vocabulário, chamado pelos autores de “novilíngua”¹⁹, seria resultado de uma nova vertente do imperialismo cultural. Seu uso se disseminou entre integrantes de várias categorias da sociedade, entre eles intelectuais com penetração na mídia e jornalistas de grande influência (BOURDIEU e WACQUANT, 2000: 6).

Sob a égide da “modernização”, não apenas os partidários do neoliberalismo, mas também produtores culturais e ativistas de esquerda, segundo os autores, reconfiguram o mundo deixando de lado palavras como “capitalismo”, “classe”, “exploração”, “dominação” e “desigualdade”. Em seu lugar entram as expressões “globalização”, “flexibilização”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “exclusão” e “nova economia”, entre outras. Os novos vocábulos se originam na sociedade norte-americana para atender a seus particularismos, influenciados pela era pós-Fordista e pós-Keynesiana e pela condição do país de superpotência e centro simbólico do mundo (BOURDIEU e WACQUANT, 2000:7)

¹⁸ Os trechos traduzidos para o português são da tradução de Teresa Van Acker encontrada no endereço eletrônico <http://www.portalarion.com.br/LIVROS/LIVROSS/alivros/bordieu.pdf> depois de confrontá-lo com o original em francês no site do jornal *Le Monde Diplomatique* no endereço <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/05/BOURDIEU/13727>. A precaução foi necessária porque a tradução do texto para o inglês, também consultado, possui muitas omissões.

¹⁹ Termo cunhado por Orwell na obra “1984”. No original, “newspeak”.

Esses termos ideologizados circulam em escala planetária com o patrocínio de agências supostamente neutras (como o Banco Mundial e o FMI), *think-tanks* conservadores e o que os autores chamam de “escolas de poder” (Science-Po, na França, London School of Economics, na Grã-Bretanha, e a Kennedy School of Government, de Harvard, nos Estados Unidos). A mídia também colabora para sua difusão: os “grandes meios de comunicação, divulgadores infatigáveis dessa língua geral, sem fronteiras, perfeita para dar a ilusão de ultra modernismo aos editorialistas apressados e especialistas ciosos da importação-exportação cultural” (*op. cit.*: 6). A repetição perpetuada pela mídia dessa “novilíngua” transformou-a gradualmente em parte do senso comum universal (*op. cit.*:7).

Ao imporem ao resto do mundo categorias de percepção homólogas às suas estruturas sociais, os Estados Unidos reformatam o mundo à sua imagem: a colonização mental operada através da difusão desses verdadeiros-falsos conceitos só pode conduzir a uma espécie de ‘Consenso de Washington’ generalizado, e até espontâneo, como se pode observar correntemente em matéria de economia, de filantropia ou de ensino de gestão. Efetivamente, esse discurso duplo fundamentado na crença que imita a ciência, sobrepondo ao fantasma social do dominante a aparência da razão (especialmente econômica e politológica), é dotado do poder de realizar realidades que pretende descrever segundo o princípio da profecia auto-realizadora [...]. presente nos espíritos daqueles que tomam decisões políticas ou econômicas e de seus públicos, ele serve de instrumento de construção de políticas públicas e privadas, ao mesmo tempo que [*sic*] é instrumento de avaliação dessas políticas.

As discussões suscitadas por Orwell, Bourdieu e Wacquant convergem no sentido de que as palavras servem a um objetivo ideológico. Por um lado, Orwell chama a atenção para a ressignificação de vocábulos empregados em discussões políticas (veja mais adiante relexicalização). Por outro, os sociólogos franceses apontam que palavras são apagadas sob o pretexto de uma pseudo-obsolescência ou mesmo impertinência de sua utilização. E, em substituição, novos itens lexicais entram em ação para defender uma nova ordem nascente – que também apaga a anterior.

Bourdieu e Wacquant demonstram ainda uma preocupação com o papel que os meios de comunicação têm na difusão das práticas que denunciam. Os lingüistas da linha crítica também têm sido tomados da mesma inquietação. Autores como

Fairclough e Van Dijk lançaram obras específicas sobre o tema. Também considero importante citar a contribuição de Roger Fowler, um dos fundadores da chamada Lingüística Crítica (HERNANDEZ, 2006: 75), citado por Fairclough e colaborador da revista *Discourse & Society*, editada por Van Dijk.

A língua tem um papel cognitivo, que proporciona uma representação mental organizada de nossa experiência. Ela não é neutra, mas um mediador altamente construído. O noticiário é uma representação, no sentido construtivista, do mundo na língua. Assim, como Halliday, o autor acredita que existe uma relação causal entre a estrutura semântica e a cognição, sendo que a língua influencia o pensamento, estruturando os canais de nossa experiência mental do mundo (FOWLER, 1994b, pp. 1, 3 e 4).

Para ele, qualquer aspecto da estrutura da lingüística, seja fonológico, sintático, lexical, semântico, pragmático ou textual, pode trazer significação ideológica. “There are always different ways of saying the same thing, and they are not random, accidental alternatives. Differences in expression carry ideological distinctions (and thus differences in representation)” (FOWLER, 1994b: 4). Uma das áreas que Fowler considera das mais relevantes como ferramenta analítica em seu estudo sobre a imprensa é exatamente a estrutura lexical. Seria então tarefa fundamental do analista observar no discurso que está estudando quais os termos que habitualmente surgem, quais segmentos da sociedade obtêm constante atenção discursiva. Grupos de termos correlatos, por exemplo, são encontrados marcando focos específicos de preocupação e assuntos (*op. cit.*: 82).

Fairclough também exemplifica a importância das escolhas lexicais em textos que procuram verificar a ocorrência de discriminação de gênero. Neste caso, o analista deve considerar as diferenças no vocabulário usado para homens e mulheres que podem denotar categorizações pré-existentes. Se mulheres são designadas como mães e esposas, isso significa que o texto valoriza seu papel familiar. Os homens são tratados da mesma maneira? Cabe à análise lexical fornecer algumas dessas respostas (FAIRCLOUGH, 1995: 27).

As escolhas lexicais são importantes principalmente nos processos de categorização. A categorização ocorre quando grupos ou pessoas são associados a verbos e adjetivos pejorativos ou de baixo status que os discriminam ou os desfavoreçam (FOWLER, 1994b: 98). Esta é uma prática comum em textos factuais e jornalísticos (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999: 72).

Fowler (1994b: 54) cita o processo de categorização pela estrutura lexical. Ele explica que a comunicação humana é carregada de sistemas de crenças, sistemas de categorias, “grades discriminatórias”, que representam o mundo de acordo com as necessidades das sociedades onde a comunicação acontece. A língua, entre os vários meios de comunicação humanos, é uma forma altamente eficaz para codificar representações da experiência e valores. O léxico (o “dicionário mental”) armazena idéias em grupos estruturados em certas relações lógicas e formais tais como de oposição, complementaridade, inclusão, equivalência. Exemplos disso são: homem/mulher, flor/orquídea, moderação/extremismo etc. “Vocabulary not only sorts out experience in general terms, it makes detailed distinctions between classes of concept” (*op. cit.*: 84).

A categorização é uma parte integral da reprodução da ideologia nos jornais e, particularmente, a base da prática discriminatória quando lida com os chamados “grupos” de pessoas como as mulheres, os jovens, as minorias étnicas, entre outros. Segundo Fowler, o poder do discurso em facilitar e manter a discriminação contra integrantes de grupos é “tremendo”. “Language provides names for categories, and so helps to set their boundaries and relationships; and discourse allows these names to be spoken and written frequently, so contributing to the apparent reality and currency of categories” (FOWLER, 1994b: 84). Um item lexical como “imigrante” classifica os que levam a denominação como um grupo especial e fora do padrão apenas – os que não são imigrantes, os “normais”, nem possuem um vocábulo próprio²⁰.

Fairclough propõe a utilização de termos como *wording* (criação de palavras), lexicalização e significação para designar a multiplicidade contida na própria idéia de

²⁰ É possível argumentar que a palavra “nativo” pode servir como antônimo. Contudo, ela não é usada por jornais como tal e também tem sua carga própria. Índios são chamados de nativos; brasileiros, portugueses, franceses em sua terra natal, não.

vocabulário. Há muitos "vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas". Os termos implicam em processos de lexicalização do mundo que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes para grupos de pessoas diferentes (FAIRCLOUGH, 2001: 105).

Diferentes modos de "lexicalizar" domínios de significado podem envolver sistemas de classificação ideologicamente diferentes. Um foco importante de análise recai sobre lexicalizações alternativas. Elas são geradas a partir de posições ideológicas divergentes, podendo ser naturalizadas²¹ em maior ou menor medida. Podem ser reconhecidas como parte integrante do "léxico" ou do "código neutro" (FAIRCLOUGH, 1997: 34), o que vem a apagar suas características de formação ideológica.

Dentre as lexicalizações alternativas se destaca a "relexicalização" dos domínios da experiência que fazem parte das lutas sociais e políticas. Segundo Fowler (1994b: 84), relexicalização é "the promotion of a new term where it is claimed that a new concept is at issue". Fairclough dá como exemplo o caso do item lexical "terrorista", que pode ser relexicalizado como "lutador da liberdade" ou como "bandido" (FAIRCLOUGH, 2001: 105).

Outro destaque dado por Fairclough é para o sentido das palavras, pois os próprios sentidos delas se inserem na disputa dentro de lutas amplas (como apontaram Orwell, Bourdieu e Wacquant). Fairclough sugere que as próprias estruturações das relações entre palavras e das relações entre sentidos são formas de hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001: 105). O terceiro foco se refere às metáforas. Algumas metáforas particulares têm implicação política e ideológica. "As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental" (FAIRCLOUGH, 2001: 241).

Adicionarei um quarto foco, citado por Fowler. É o da ultralexicalização, a existência de um excesso de termos quase sinônimos para entidades ou idéias que

²¹ Mais adiante esclareço melhor o conceito de naturalização.

são uma preocupação particular ou problema no discurso. “Estritamente falando, trata-se da existência de muitos sinónimos²² ou quase sinónimos, mas torna-se útil alargar o campo especializado da sinonímia de modo a poder incluir outros processos lexicais particulares e as idéias que eles simbolizam.” Como Fowler se refere especificamente ao caso da literatura, ele considera que a proliferação de termos em alguns campos semânticos indica a existência de uma preocupação invulgar com uma parte da experiência cultural ou vivência do autor do texto. Mas admite que padrões lexicais cumulativos também podem ser interpretados com uma indicação de tema ou ponto de vista (FOWLER, 1994a, 265). E não são apenas vocábulos que demonstram relações de poder. Fowler também lembra que estruturas sintáticas clichês, ou sintagmas, como “loira burra”, são usadas para articular proposições gerais que resumem uma ideologia.

Por último, neste item é importante citar o fenômeno da naturalização²³ das palavras. Ele acontece quando o item lexical tem seu verdadeiro conteúdo ideológico dissociado de sua origem. Fairclough cita como exemplo “incorrigível”, comumente associado a adolescentes com problemas comportamentais. Apesar de toda carga negativa que a palavra traz, ela está associada e incorporada ao léxico particular pertencente à esfera da “juventude”. A absorção de vocábulos como o anteriormente citado pelo senso-comum esconde os interesses de classes e de outros grupos (FAIRCLOUGH, 1997: 35).

Tais ideologias e práticas incorporadas, ou melhor, naturalizadas, se tornam parte da base de conhecimento que é ativada na interação e, conseqüentemente, a própria interação pode depender delas. Assim, a naturalização de palavras pode tornar posições e práticas ideológicas consensuais (FAIRCLOUGH, 1997: 35). A adoção de balizas críticas, como a investigação das determinações e efeitos das interações verbais nas estruturas sociais, é uma forma de evitar a naturalização do léxico.

Um exemplo comum de naturalização é o estereótipo, uma noção comumente relacionada a grupos étnicos (principalmente minoritários) e a fiéis de religiões também

²² Mantive a grafia da edição portuguesa em toda a citação.

²³ Também conhecido como cristalização.

menos representativas nas regiões em que o conceito existe. No item a seguir, tratarei este assunto com mais propriedade.

2.4 – Estereótipo, preconceito e estigma

Neste item, discutirei o que significa estereótipo, citado anteriormente. Também relacionarei outros dois conceitos que também considero passíveis de se associarem à naturalização de palavras em textos jornalísticos.

O termo foi introduzido no estudo das Ciências Sociais após a publicação, em 1922, do livro *Public Opinion* (MAZZARA, 1998: 12). De acordo com o autor, o jornalista norte-americano Walter Lippmann (1889-1974), estereótipo é a imagem mental que as pessoas formam da realidade, que é fortemente condicionada pela imprensa. Ou melhor, são imagens prontas que medeiam a relação do indivíduo com a realidade. Não é à toa que o termo tem origem na própria imprensa. Ele foi cunhado no século XVI, com o advento da tipografia, para indicar a reprodução de imagens impressas por meio de formas fixas: do grego *stereòs* (rígido) e *tùpos* (impressão) (*op. cit.*: 13).

Segundo Lippmann (1946), primeiro as pessoas definem as coisas e só depois as vêem, e não o contrário. Elas imaginam as coisas antes de experimentá-las, ouvem sobre o mundo antes de vê-lo (LIPPMANN, 1946: 61).

For the most part we do not first see, and then define, we define first then see. In the great blooming, buzzing confusion of the outer world we pick out what our culture has already defined for us, and we tend to perceive that which we have picked out in the form stereotyped for us by our culture.

Como exemplo disso, ele cita a imagem que o primeiro-ministro francês Georges Clemenceau (1841-1924) tinha dos alemães no final da Primeira Guerra Mundial. Clemenceau era um dos líderes aliados que discutiam na Conferência de Paz

de Paris o futuro da Alemanha, responsabilizada pelo início do conflito e pelos danos provocados por ele. Lippmann, que participou da conferência como membro da comitiva norte-americana se pergunta: o político francês teria em mente a imagem dos alemães derrotados de 1919 ou a de vizinhos arrogantes que incomodavam desde 1871? O próprio Lippmann responde: o estadista levava em consideração apenas os relatos que vinham da Alemanha que se encaixavam com a imagem que ele já tinha formado dos alemães.

O mesmo ocorre com o leitor de jornal. A imprensa apresenta coisas que não conhecemos. Relatos equivocados do mundo árabe e islâmico nos jornais ajudariam a alimentar os estereótipos já presentes em nossa mente, porque retemos desta leitura somente aquilo que corresponde à imagem que já formamos deles. Essa estrutura rígida, que está na própria morfologia da palavra, também é uma característica dos estereótipos. São, ainda segundo Lippmann (1946: 63), simplificações grosseiras utilizadas para melhor compreender o mundo. Essas criações não são propositais ou acidentais, mas são frutos da cultura do grupo e desta forma são adquiridos por indivíduos e utilizados para uma eficaz compreensão da realidade.

Ou seja, no caso de árabes e muçulmanos, grupos que não guardam relação de pertinência com os órgãos de imprensa brasileiros, os estereótipos podem ser usados como forma de representá-los. Desta maneira, tais representações equivocadas são chanceladas como verdadeiras pela autoridade que os jornais conferem as suas notícias. Segundo Nora (1997), o jornalismo moderno transforma a notícia em acontecimento, o que legitima o ingresso dos acontecimentos na história.

O conceito de estereótipo permite englobar todas as características negativas atribuídas em determinados contextos a certos grupos sociais, quase sempre minorias em situação de desvantagem (MAZZARA, 1998: 15). Suas variáveis são três: da aceitação social, da generalização e da rigidez. Os estereótipos são socialmente compartilhados. Determinam certa característica negativa, partindo-se do princípio de que quase todos os indivíduos daquele grupo a possuem. Entende-se que são dificilmente mutáveis, pois estão profundamente arraigados na cultura dos objetos.

Para Homi Bhabha (2001: 121), o estereótipo é uma forma limitada de alteridade. É também “aquela forma particular, ‘fixada’, do sujeito colonial que *facilita* as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial”. Segundo essa visão, o aparato de poder constrói os sujeitos do discurso e contém, tanto no sentido de incluir como no de reprimir, um “outro” saber.

O estereótipo se encontra em outra forma de relação com a alteridade. Segundo Mazzara, o preconceito é a tendência de pensar e atuar de forma desfavorável frente um grupo. Tal disposição desfavorável se apóia na convicção de que esse grupo possui as características que se consideram negativas de forma homogênea. “En este sentido, como se ha dicho, el estereotipo puede considerarse el *núcleo cognitivo* del prejuicio.” (MAZZARA, 1998: 16). E, ao se considerar os estereótipos verdadeiros, abre-se caminho para a discriminação social, uma forma comum de violência perpetrada principalmente contra grupos minoritários.

Outra idéia correlata é a de estigma e quem melhor a definiu foi o sociólogo canadense Erving Goffman (1980). Estigma é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. Nela, o indivíduo deixa de ser considerado uma criatura comum e total passando a uma pessoa estragada e diminuída. O conjunto dessas características é, portanto, considerado como um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem, constituindo “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 1980: 12). O estigma é um tipo especial de relação entre um atributo, que pode confirmar a normalidade de outro sem que seja em si honroso ou desonroso, e o estereótipo, que é criado para o estigmatizado (GOFFMAN, 1980: 15).

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais, efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.

Goffman diferenciou três tipos de estigmas: o das deformidades físicas, as culpas de caráter individual e os tribais de raça, nação ou religião. Verificarei a possível existência do último tipo de estigma citado na representação de fiéis muçulmanos e árabes no *corpus*.

Capítulo III – Análise do período anterior a 11 de setembro de 2001

3.1 – *Corpus* e dados quantitativos

Escolhi os jornais FSP e OESP como veículos demonstrativos de como árabes e muçulmanos são retratados na imprensa brasileira. Ambos serão analisados em dois períodos distintos: exatos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e seis meses depois. A proposta, portanto, é avaliar quais os assuntos e termos usados para árabes e muçulmanos que surgiram com maior frequência em todo um mês (trinta dias corridos) de cobertura, a partir de seis meses antes da data dos atentados, e outro mês, a partir de seis meses depois do episódio. Esse período corresponde às edições de 11 de março a 9 de abril de 2001 e 11 de março a 9 de abril de 2002.

O *corpus* reúne ao todo 120 edições dos dois jornais, 60 no período anterior a 11 de setembro de 2001 e 60 no período posterior à data. Cada jornal teve, portanto, 60 edições analisadas, 30 no período anterior a 11 de setembro de 2001 e 30 no período posterior aos atentados. A proposta de utilizar um recorte feito com dias corridos é acompanhar a evolução da cobertura de fatos relacionados a árabes e muçulmanos de ambos os jornais. Os diários FSP e OESP são publicados em São Paulo, Estado onde há a maior número de árabes e descendentes vivendo no Brasil, como mencionado anteriormente na Introdução. Tal fato pode denotar um cuidado especial dos jornais com assuntos relacionados a eles.

Com a pesquisa, tenho como objetivo identificar uma possível ocorrência de elementos Orientalistas, no sentido saidiano, nos textos publicados. Pretendo verificar se houve diferenças nas escolhas lexicais dos dois jornais e se houve algum viés na cobertura jornalística feita por eles, procurando a possível existência de estereótipos, preconceitos, estigmas ou outras imagens equivocadas nos dois períodos. Irei

comparar as escolhas feitas pelos dois jornais e verificar uma possível mudança na linha seguida pelos jornais após os atentados de 11 de setembro de 2001 em relação aos objetos de estudo.

De todas as edições analisadas, somente serão consideradas as reportagens publicadas em editorias diárias. A opção se deu para que seja identificada a existência de um padrão no uso do léxico e em relação aos assuntos, além da verificação da existência de “vícios” na cobertura de eventos publicados. A observação das editorias diárias demonstra como os jornais tratam de assuntos chamados “quentes” que ocorrem em um determinado dia e que são publicados na edição do dia seguinte.

Na FSP, as editorias diárias são Primeira Página, Opinião, Brasil, Mundo, Ilustrada, Cidades, Esportes, Acontece e Economia. Em OESP, são Primeira Página, Notas e Informações, Nacional, Geral, Internacional, Caderno 2, Esportes e Economia. Decidi desprezar as notícias veiculadas nas editorias diárias de esportes, pois os poucos textos coletados diziam respeito a competições de turfe ou de Fórmula 1. Os eventos esportivos deste tipo geralmente são retratados pelos jornais sem nenhuma alusão específica ao país em que eles ocorrem – como é comum em coberturas pontuais de eventos esportivos em jornais brasileiros, com exceção de Copas do Mundo de futebol.

No universo pesquisado, a intenção será dar maior ênfase aos três assuntos que apareceram com mais frequência no noticiário de cada jornal em cada um dos dois recortes. Assim, a pesquisa tem como melhor identificar os assuntos considerados mais importantes para ambos os jornais durante o período pesquisado. Também poderei fazer uma comparação entre a hierarquização e o número de matérias que cada jornal reservou para cada assunto dos três mais frequentes, além de comparar o número de reportagens que cada um dedicou a esses assuntos.

No primeiro período de análise, selecionei os textos publicados de 11 de março a 9 de abril 2001 (30 dias corridos). Cada texto equivale a uma unidade informativa que

tenha um mesmo título. A contagem também inclui os textos das chamadas²⁴ de capa, que remetem para um texto interno. Não incluí a seção de frases publicada na página A-2 do caderno Brasil da FSP. Entendi que como o concorrente não tem uma coluna similar, a comparação não seria justa. Além disso, OESP usa olhos²⁵ em suas matérias, que se parecem com a coluna mencionada e também não foram considerados unidades textuais na contabilização.

Dos 30 dias de textos pesquisados em OESP encontrei 168 reportagens que abordaram temas relacionados ao mundo árabe e muçulmano. O assunto que mais se sobressai pela frequência com que foi publicado é o conflito árabe-israelense. Foram identificadas 48 unidades textuais, o que equivale a 28,57%²⁶ de tudo o que saiu sobre os objetos de estudo. Em somente dois dias dos 30 dias pesquisados (25 de março e 4 de abril de 2001) nenhum texto que tivesse alguma menção ao conflito entre palestinos e israelenses foi publicado em OESP.

A segunda posição em frequência no mesmo período em OESP ficou com um conflito entre o governo da Macedônia e um grupo armado que representava a minoria étnica albanesa do país, que é majoritariamente muçulmana. Há 25 unidades textuais sobre o tema, equivalente a 14,88% do total de matérias que trazem assuntos relacionados a árabes e muçulmanos.

O terceiro lugar em OESP fica com a cobertura conferida ao Afeganistão, com 12 unidades textuais, ou 7,14% do total. Este país asiático também faz parte do *corpus* por possuir uma população majoritariamente muçulmana. É importante salientar que nem a Macedônia nem o Afeganistão têm árabes entre seus grupos étnicos mais significativos.

Os três assuntos principais juntos correspondem a pouco mais da metade de toda a cobertura dada pelo jornal OESP ao mundo árabe e muçulmano em 30 dias.

²⁴ Chamada é um jargão jornalístico para “pequeno título e/ou resumo de uma matéria, publicada geralmente na primeira página de jornal ou na capa de revista, com o objetivo de atrair o leitor e remetê-lo para a matéria completa, apresentada nas páginas internas” (RABAÇA e BARBOSA, 1987: 122).

²⁵ Olho é um jargão jornalístico para “pequeno trecho destacado da matéria, diagramado em corpo maior e colocado em janela da composição corrida” (RABAÇA e BARBOSA, 1987: 221).

²⁶ Em nome da clareza, as porcentagens deste trabalho receberam apenas duas casas decimais mesmo quando havia mais números após a vírgula. Portanto, as somas totais podem resultar em pequenas diferenças para menos.

Foram 85 unidades textuais dentre um total de 168, equivalente a 50,59% do noticiário dedicado à etnia e à religião. Ou seja, OESP dedicou metade do espaço reservado a árabes e muçulmanos somente para o Afeganistão, Macedônia e o conflito palestino-israelense. Por isso, acredito que ao analisar os três assuntos, estarei cobrindo a imagem que predomina no jornal em relação aos objetos de estudo.

Em relação às condições de produção, as agências internacionais de notícias²⁷ desempenham papel importante. Elas foram as principais fontes para a realização das reportagens em OESP, principalmente a inglesa Reuters, com 81 ocorrências (48,21% do total). Foram creditadas, como sendo de uma ou várias agências internacionais de notícias, 108 reportagens, ou 64,28% das publicadas. Doze textos, todos da Primeira Página do jornal, não tinham créditos, mas se referiam a fatos ocorridos no exterior, o que mostra serem de agências ou veículos estrangeiros. Em segundo lugar, dentre as fontes mais usadas, estão os jornais e revistas norte-americanos e britânicos, com 19 reportagens, o que equivale a 11,30% do total. O veículo mais traduzido foi o jornal NYT, com seis matérias, ou 3,57%. A produção da equipe do jornal (redatores, repórteres e correspondentes) respondeu por apenas 14 matérias, ou 8,33%. Portanto, de tudo (168 matérias) o que o jornal publicou sobre árabes e muçulmanos, 139 textos eram de agências, jornais ou revistas estrangeiros, o que equivale a 82,73% do que foi publicado sobre árabes e muçulmanos. O restante foi produzido por leitores, articulistas ou colaboradores que não são ligados à equipe do jornal e a fontes não mencionadas.

No mesmo período (30 dias) em que OESP publicou 168 unidades textuais referentes aos objetos de estudo, a FSP publicou 125, uma média de 4,16 reportagens sobre árabes e/ou muçulmanos por dia, enquanto no concorrente a média foi de 5,6. O número de registros de matérias 25,59% menor (um terço) se dá principalmente por que a FSP visivelmente concede menos espaço para o noticiário internacional. Não acredito que o jornal conceda menos importância aos objetos desse estudo do que o concorrente. Contudo, seria necessário fazer uma medição precisa de quanto espaço

²⁷ Agência de notícias é a organização que processa e distribui informação jornalística. As grandes agências internacionais têm correspondentes que recolhem as informações no local do acontecimento e remetem o material às matrizes, que selecionam e distribuem o material para os jornais assinantes do serviço (LAGE, 1985: 53).

cada jornal dedica a árabes e muçulmanos dentro de suas edições para fazer uma afirmação categórica a esse respeito.

Se por um lado existe assimetria, por outro os dois jornais se mostram bastante próximos. O noticiário da FSP e de OESP coincidem na hierarquização das notícias pesquisadas. Assim como no concorrente, o conflito palestino-israelense foi o que mais apareceu na FSP, com 43 reportagens, 34,4% do total. Em apenas cinco dias (12, 18, 23, 25 de março e 8 de abril) não foi publicada uma única referência aos Territórios Ocupados Palestinos ou a Israel nesse jornal. É interessante notar que a FSP publicou apenas cinco reportagens a menos sobre o tema, o que equivale a 5,83 pontos percentuais a mais do que OESP. O número indica que a FSP deu maior atenção relativa ao conflito do que o concorrente.

O segundo lugar da FSP também ficou com a tensão entre o governo macedônio e os albaneses étnicos, com 25 reportagens, 20% do total publicado sobre os objetos de estudo, mesmo número de matérias sobre o tema que OESP publicou. E, em terceiro, o Afeganistão, que obteve na FSP 15 reportagens ou 12% do total. Nesse jornal, a cobertura dada ao Afeganistão foi maior do que a do concorrente. A FSP publicou três textos a mais sobre o país do que OESP, ou 4,86 pontos percentuais a mais.

A maior parte das reportagens publicadas foram escritas a partir de boletins de agências internacionais de notícias. Dos 125 textos, 49 eram assinados como “das agências internacionais” (39,2% do total). Portanto, não são especificadas quais são as agências que o jornal utiliza. Outros 40 textos (32% do total) não mencionavam como os textos foram apurados. Mas, como eram notícias internacionais²⁸, é razoável supor que também tiveram origem a partir de serviços noticiosos. Por isso, somei ambos, o que resultou em 89 textos escritos a partir de informações de agências internacionais, o que resultou em 71,2% de todos os textos sobre árabes e muçulmanos publicados no jornal. Em seguida vieram os textos produzidos pela

²⁸ A coluna Panorâmica, que pode ser encontrada em quase todas as editorias de FSP, obedece um padrão do projeto gráfico do jornal de não fornecer crédito da notícia. A coluna veicula notícias menores, consideradas menos importantes. Como mesmo notícias importantes e de tamanho maior em sua grande maioria são creditadas como “das agências internacionais”, essas menores certamente também são originárias delas.

redação e pela reportagem do próprio jornal (18) e revistas e jornais estrangeiros (9). Reportagens do jornal britânico *The Independent* (4) e do americano NYT (3) foram as mais presentes deste último segmento. Se somarmos, portanto, toda a produção de textos vindos de outros meios jornalísticos do exterior, chegamos a 98 textos ou 78,4%, mais do que três quartos de todo o material publicado. O restante tinha como autores leitores, articulistas ou colaboradores que não são funcionários fixos do jornal.

Esses números são importantes para a pesquisa, pois demonstram que em grande medida os jornais paulistanos “importam” informações sobre árabes e muçulmanos de outros meios jornalísticos estrangeiros. Há, portanto, uma intermediação de fontes americanas e européias decisiva no que os jornais produzem em relação a árabes e muçulmanos. Isso significa que há uma primeira interferência decisiva para a compreensão da representação que os jornais brasileiros dão a árabes e muçulmanos.

Os três principais assuntos destacados na FSP (conflito árabe-israelense, insurreição na Macedônia, Afeganistão) totalizaram 83 reportagens, ou 66,4% do total de textos publicados relativos a árabes e/ou muçulmanos (um a mais do que OESP). Isso demonstra que, em OESP, a cobertura do mundo árabe e islâmico foi um pouco mais diversificada durante o período pesquisado do que na FSP. Enquanto na FSP de cada dez reportagens sobre árabes e muçulmanos, 6,64 foram sobre os três temas, em OESP essa proporção foi de 5 para cada dez.

Não foram apenas os três assuntos que dominaram a pauta dos dois grandes jornais. Ambos também conferiram grande ênfase a situações de conflito em geral em que árabes e muçulmanos estavam envolvidos. Outros assuntos como cultura e economia ficaram em segundo plano. Em OESP, de um total de 168 textos, 79 (47,02% do total) tratavam de violência ou assuntos relacionados ao tema e somente 7 (4,16%) davam enfoque a cultura de países de maioria árabe e/ou muçulmana ou populações assim identificadas por este trabalho. Na FSP, 76 textos, ou 60,8% do total publicado no período pesquisado, tinham a violência como tema principal e apenas 8 textos se referiam a algum aspecto da cultura de árabes e muçulmanos, ou 6,4% do total.

Em outras palavras, em cada dez reportagens publicadas em um mês na FSP que tinham relação com os objetos de estudo, pelo menos 6 os retratavam em situações de conflito. Em OESP a proporção foi um pouco menor, de 4,7 para cada dez. Esse fato pode levar o leitor a absorver a percepção de que árabes e muçulmanos são “belicosos”, “violentos” e até contrários a valores compatíveis com o que se considera civilizado, características salientadas em *Orientalismo* exposto no Capítulo I deste trabalho. Árabes e muçulmanos estão, na maioria dos casos relatados pelos dois jornais, principalmente a FSP, envolvidos em algum conflito.

Um indício dessa percepção entre os leitores é a correspondência publicada no Painel do Leitor, seção de cartas da FSP, na página A-3 do dia 15 de março de 2001. A carta de Patrícia M.V. Carvalho corrobora a idéia de que os leitores associam as noções de destruição e violência com o conflito palestino-israelense. A leitora comenta a similaridade de uma foto publicada no dia anterior (veja a foto na p. 169 da seção Anexos), de vários ônibus queimados na zona sul de São Paulo, com o embate no Oriente Médio. O título dado à carta é “Oriente mais do que próximo”. Diz ela:

Achei bárbara a foto publicada na Primeira Página em 13/3. Pensei estar diante de mais um capítulo da disputa entre israelenses e palestinos, mas, quando li a legenda, fiquei boquiaberta: 'Rua Alba, zona sul da capital paulista.'.

Para que a comparação entre os dois jornais fique mais clara, elaborei uma tabela com os índices percentuais e numéricos. Disponibilizei os quesitos mais importantes a serem discutidos neste trabalho como os assuntos mais freqüentes, os enfoques mais díspares (violência e cultura) e a principal fonte das informações encontradas nos textos da FSP e de OESP, as agências, revistas e jornais internacionais. No quesito diferença, comparei o número de textos e de pontos percentuais dedicados à cobertura de cada item de ambos.

Tabela 1A**Comparação dos recortes de 2001 de OESP e FSP**

2001	FSP		OESP		Diferença	
Assunto	Número de textos	% do total	Número de textos	% do total	No número de textos	Na participação no total (em pp.)*
Palestina/Israel	43	34,4	48	28,57	+5 (p/ OESP)	+5,83 (p/ FSP)
Macedônia	25	20	25	14,88	=	+ 5,12 (p/ FSP)
Afeganistão	15	12	12	7,14	+3 (p/ FSP)	+ 4,86 (p/ FSP)
Subtotal	83	66,4	85	50,59	+2 (p/ OESP)	+ 15,81 (p/ FSP)
Outros	42	33,6	83	49,41	+41 (p/OESP)	+ 15,81 (p/ OESP)
TOTAL	125	100	168	100	+43 (p/OESP)	+ 74,40 (p/ OESP)
Enfoque						
Violência	76	60,8	79	47,02	+3 (p/ OESP)	+ 13,78 (p/ FSP)
Cultura	8	6,4	7	4,16	+1 (p/ FSP)	+ 2,24 (p/ FSP)
Origem						
Fontes Internacionais	98	78,4	139	82,73	+41 (p/ OESP)	+ 4,33 (p/ OESP)

* Em pontos percentuais

Das reportagens publicadas pela equipe da FSP, apenas uma foi realizada por um jornalista enviado a um país muçulmano, o Paquistão. Em OESP, nenhuma foi realizada por sua equipe. Nenhum integrante da redação de ambos os diários esteve em algum país árabe no período estudado, nem mesmo em Israel²⁹ ou nos territórios palestinos ocupados por Israel, região que recebeu mais atenção dos dois jornais. Portanto, a grande totalidade do que foi produzido pelas duas redações teve como fontes entrevistados por e-mail ou por telefone pela equipe do jornal, mas principalmente material produzido pelas agências internacionais de notícias e outros órgãos de imprensa que cobrem os assuntos retratados, como jornais e revistas européias e americanas.

Nos itens seguintes, pretendo analisar cada um dos três assuntos que mais se destacaram nos dois jornais. Começarei em ordem crescente, pelo terceiro lugar em recorrência, o Afeganistão. Depois me deterei no conflito macedônio, que foi o segundo assunto mais freqüente. Por último, passarei para o primeiro lugar em número de textos publicados dentro do *corpus*, o conflito palestino-israelense.

²⁹ Os árabes constituem em torno 20% da população de Israel (HIRO, 1996:139).

Para analisar as unidades textuais de acordo com as teorias apresentadas nos Capítulos I e II, li todos os 168 textos de OESP (12 deles de primeiras páginas) e os 125 (três de primeiras páginas) da FSP. Separei aqueles em que havia a ocorrência dos itens lexicais que mais me chamaram a atenção e que se mostraram próximos a uma abordagem orientalista. A partir dessas escolhas, desenvolvi a discussão do conteúdo dos textos, que se encontra a seguir.

3.2 – Os muçulmanos do Afeganistão

Nas 15 reportagens que se referem ao Afeganistão, que ficou com o terceiro lugar no número de ocorrências na FSP, o Taleban foi citado em quase todas elas — exceto em uma. O grupo entrou em evidência naquele período porque dinamitou duas estátuas gigantes de Buda, erguidas há cerca de 1.500 anos em Bamiyan, cidade localizada a 145 quilômetros da capital do país, Cabul. O episódio mereceu 13 textos na FSP (10,48% do total geral de matérias sobre árabes e muçulmanos e 86,66% de todas as matérias sobre o Afeganistão), entre reportagens, editoriais, cartas de leitores, artigos e uma crônica escrita pelo membro da Academia Brasileira de Letras e colunista do jornal, Moacyr Scliar, a única que não menciona a palavra Taleban no texto³⁰. Não houve nenhuma chamada em primeiras páginas, exceto para dois textos, que eram editoriais — a FSP publica a chamada de todos os editoriais diariamente, portanto, as chamadas se deram devido à seção em que se encontravam e não pelo

³⁰ Scliar não cita o Afeganistão nem o Taleban, nem faz qualquer outra menção utilizando palavras que possam identificar o episódio. A derrubada dos Budas é recontada e, portanto, o texto entrou para o *corpus* por mencionar um fato que foi amplamente divulgado pelo jornal e pode ser identificado com o Afeganistão. Uma ilustração com as palavras “Budas” e “Taleban” também contextualizam a crônica. Mas, como levei em consideração apenas os textos, este foi realmente o único em FSP que não trazia em seu corpo a palavra Taleban.

assunto. Não as contabilizei como textos separados porque apenas reproduziam os títulos internos.

Em OESP foram publicadas no mesmo período 12 reportagens sobre o Afeganistão, sendo que 6 se referiam à derrubada dos Budas (7,14% do total geral e 50% de tudo o que saiu sobre o país). Houve apenas uma chamada de capa em OESP para o Afeganistão, relativa a uma grande tradução de uma reportagem da revista *Newsweek*, “EUA não consegue conter rede de Bin Laden”, publicada na página A-21 de Internacional, em 11 de março de 2001. O título da chamada é “Desencontros da CIA com o terror” (curiosamente, exatos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro) e foi incluída na contagem de textos porque trazia um excerto dele.

Comparando os dois jornais, percebi que OESP veiculou outros aspectos sobre o país majoritariamente muçulmano — e não-árabe — enquanto a FSP somente cobriu a derrubada das estátuas. A FSP publicou mais do que o dobro de reportagens relacionadas ao tema (13 textos) do que o concorrente (6 textos). Os números foram muito menores do que os de OESP, o que demonstra que o tratamento dado pelos dois jornais ao assunto foi bastante diferente. A FSP dedicou seis dias seguidos à cobertura das estátuas (de 11 a 16 de março de 2001), além de mais três reportagens em dias posteriores (20, 23 e 27 de março de 2001), da crônica de Scliar (“Os resíduos do mal”, em 26 de março de 2001), de um editorial (“Direitos Dilapidados”, também no dia 26), de um artigo de Koichiro Matsuura, diretor-geral da Unesco (“Crimes contra a Cultura”, no dia 29 de março de 2001), e de uma carta do leitor Lauro Elorza Filho, de São Vicente (SP), que se refere ao assunto (“Taleban tupiniquim”, no dia 7 de abril de 2001). A lista dos títulos de todos os textos publicados sobre o Afeganistão na FSP e em OESP está na Tabela 1.1, na seção Apêndices.

Como a cobertura do processo de depredação das estátuas dos dois Budas gigantes de Bamiyan na FSP recebeu mais do que o dobro da atenção do concorrente, optei por discuti-la com maior profundidade. Mais adiante, abordarei aspectos da cobertura de OESP.

Para facilitar a descrição da cobertura da FSP, cada uma das 15 reportagens ganhou um número para identificá-las. A lista dos títulos das reportagens sobre o Afeganistão na FSP e os números correspondentes estão na Tabela 1.2, na seção Apêndices. Abaixo, procurei fazer uma descrição do dia-a-dia de como se deu a cobertura do jornal sobre o ataque às estátuas.

(1) Começo da destruição: o processo de depredação tem início e autoridades internacionais tentam barrá-lo. As reportagens 1, no dia 11 de março, e 2, no dia 12 de março, abordam o tema.

(2) Confirmação verbal da destruição: a ruína das estátuas é confirmada pela Unesco. As reportagens 3 e 4 abordam o tema no dia 13 de março.

(3) Confirmação fotográfica da destruição: o estrago é confirmado por fotografia. A reportagem 5 aborda o tema no dia 14 de março.

(4) Expulsão de repórter que cobriu a destruição: uma jornalista da BBC é expulsa do país por críticas ao ato. A reportagem 6 aborda o tema no dia 15 de março.

(5) Comemoração da destruição: o Taleban festeja o dano às estátuas. A reportagem 7 aborda o tema no dia 16 de março.

(6) Comentário do grupo sobre a destruição: o Taleban diz que ato foi vingança. A reportagem 9 aborda o tema no dia 20 de março.

(7) Exibição de mais destruição: o Taleban mostra outras estátuas quebradas. A reportagem 10 aborda o tema no dia 23 de março.

(8) Comentários do jornal sobre a destruição: um editorial do jornal (texto 11) e uma crônica (texto 12) abordam o episódio no dia 26 de março.

(9) Mais exibição de destruição: um integrante do Taleban mostra o estrago feito às estátuas. A reportagem 13 aborda o tema no dia 27 de março.

(10) Autoridade da Unesco comenta destruição: um artigo do diretor-geral da Unesco sobre o ato no texto 14 no dia 29 de março.

(11) Leitor comenta próximas “possíveis” destruições: uma carta publicada no dia 7 de abril (texto 15):

A continuar impune a indecente exploração da crueldade da vida atual, via caçadores de dízimos, bispões com TV, bispinhos ainda sem ela, padres 'showmen' etc., não tardarão a surgir 'Talebans tupiniquins', que, amanhã, demolirão o Corcovado sob as bênçãos dos omissos e interesseiros de hoje.

O comentário do leitor, que faz uma relação descabida entre evangélicos brasileiros e um grupo deobandita afegão, parece ser uma consequência da intensa cobertura da FSP sobre o assunto. Além da reportagem que confirmava a depredação das estátuas (texto 3), a FSP publicou mais duas vezes (textos 5 e 13) essa confirmação. Em outros dias o jornal comentou o assunto de variadas formas, como as tentativas de evitar que o grupo islâmico realizasse a destruição, a expulsão pelo grupo islâmico da jornalista da BBC que criticou a destruição, a festa do grupo islâmico pela destruição, a explicação do grupo islâmico do porquê da destruição e assim por diante. É como se o jornal lembrasse durante doze dias (do dia 11 a 16 de março, além dos dias 20, 23, 26, 27, 29 de março e 7 de abril) que um grupo islâmico praticou um ato de destruição.

O caso se torna emblemático quando comparado com outro exemplo semelhante. Como a cobertura da FSP sobre o caso foi bastante intensa, concluí que qualquer outro crime contra patrimônios históricos receberia do jornal tratamento similar, como um número próximo de reportagens que abordassem o tema.

Após a invasão norte-americana do Iraque, em 20 de março de 2003, o Museu Nacional do Iraque, em Bagdá, foi danificado e saqueado. O local, dedicado à exposição de peças descobertas em sítios arqueológicos no país, perdeu mais de quatro mil itens, entre eles importantes artefatos de civilizações da Mesopotâmia (ACHERSON, 2003). A importância do museu é ímpar. Entre as peças da coleção, há peças sumérias, originárias do povo que criou “a primeira de uma nova espécie de sociedade humana: as civilizações regionais” (TOYNBEE, 1978: 79).

Portanto, a fim de traçar um paralelo com a cobertura dada aos Budas de Bamiyan, procurei os Arquivos da Folha³¹. Coloquei a expressão “Museu Nacional do Iraque” para verificar quantas reportagens o jornal havia publicado em todo o ano de 2003 sobre o assunto. Na busca foram encontradas apenas sete citações e nenhuma reportagem específica sobre o museu. Com a entrada “Museu de Bagdá” foram encontrados 8 textos, sendo que um deles coincide com a busca anterior. A seguir, a reprodução das pesquisas:

Textos encontrados - 7

Busca por: "museu nacional do iraque"

Quadro de resultados

quadro de resultados

museu - 1263	}	& - 328	}	& - 321	}	& - 29 - " - 7				
nacional - 26387										
do - 83377	}									
iraque - 5400										

Textos encontrados - 8

Busca por: "museu de bagdá"

Quadro de resultados

museu - 1263	}	& - 1254	}	& - 40 - " - 8
de - 91379				
bagdá - 1823				

Ao todo, portanto, o jornal publicou 14 textos durante um ano inteiro (2003) sobre o sumiço de milhares de peças do museu iraquiano, sendo que apenas três reportagens tinham o assunto como tema principal. Ao comparar com o caso afegão, em que duas estátuas foram derrubadas, percebo que este recebeu mais atenção do

³¹ Os Arquivos são disponibilizados eletronicamente para os assinantes do UOL na internet por meio do endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>.

que o museu iraquiano. Em apenas um mês, os Budas de Bamiyan receberam a atenção de 13 textos, enquanto o museu iraquiano obteve 14 reportagens em um ano inteiro.

A destruição que muçulmanos promoveram contra um importante patrimônio da humanidade mereceu um tratamento muito mais indignado da FSP que incluiu editorial, crônica, artigo, carta de leitor além de reportagens detalhadas. No caso do não menos importante museu iraquiano, que expunha peças de um dos berços da civilização, destruído pelo caos que se seguiu à invasão norte-americana, a FSP preferiu publicar em um ano apenas três reportagens específicas a respeito e citações em outras 11. Ambas são notícias graves que mereciam, pelo menos, tratamento similar.

Ao analisar o léxico das 13 reportagens sobre os dois Budas de Bamiyan, percebi que uma palavra se repetiu em quase todos os textos. Foi a unidade lexical “destruição”, publicada 34 vezes, sendo três vezes em títulos (veja Tabela 1.2, em Apêndices, os títulos 3, 7 e 9). Não considerei as que foram usadas em gráficos, que não fazem parte do *corpus*³². Palavras com o mesmo radical “destr” foram utilizadas outras 22 vezes, uma delas em título (veja Tabela 1.2, título 10, em Apêndices). São elas: destruir, destruída, destruídas, destruído, destruam, destruiu, destruímos, destroços, destruí-lo, destruíram, destroçadas, destruições, destruidores. Ou seja: 56 palavras com a mesma raiz foram utilizadas num total de 13 reportagens sobre o tema (de um total de 15 só sobre o Afeganistão), o que dá uma média de 4,3 palavras com o radical “destr” presentes por texto sobre o tema Budas de Bamiyan.

A repetição lexical, que tentei reproduzir, usando desde a página 62 deste trabalho a palavra “destruição” por 18 vezes, não demonstra apenas uma ausência de sinônimos nos textos do jornal. É também uma ferramenta que confere coerência e coesão a um texto, mais particularmente em sua forma escrita. Contudo, é percebida de forma depreciativa (ANTUNES, 1994: 131), principalmente em jornais.

³² Reconheço a grande importância dos gráficos e fotos em jornais, mas este trabalho se propõe a avaliar somente os textos.

Somente em um único texto, “ONU confirma destruição de Budas gigantes” (veja a Tabela 1.2 em Apêndices), publicado na terça-feira, dia 13 de março de 2001, na página A-10 da editoria Mundo, “destruição” aparece 9 vezes (incluindo a ocorrência no título). Um jornal diário do perfil da FSP não costuma ir contra uma norma culta da língua. O próprio Novo Manual da Redação, “que contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da Folha” (2001: 7), não recomenda a prática (2001: 97):

Repetição de palavras – Uma antiga regra de estilo recomenda não repetir palavras ao longo de um texto. O emprego de vocabulário amplo enriquece de fato o texto de jornal, mas atenção: o uso de sinônimos para designar uma mesma coisa pode tornar o texto impreciso e confuso. Causídico e doutor, por exemplo, são péssimos substitutos de advogado. Em muitos casos, não há mal em repetir palavras.

Do ponto de vista do conteúdo, há outra utilidade por trás da repetição de uma mesma palavra: falar menos sobre o assunto. “Repetitions and variations facilitate comprehension by providing semantically less dense discourse. If some of the words are repetitious, comparatively less new information is communicated than if all words uttered carried new information” (TANNEN, 1989: 49). No caso específico do vandalismo contra as estátuas, a frequência com que a palavra foi utilizada mostra que os textos do jornal conferiam maior ênfase ao ato de destruição propriamente dito, se referindo a ele por várias vezes. Sobrou pouco espaço para a análise da situação que levou a esse desfecho.

Na mesma reportagem do dia 13 de março, o jornal afirma:

1) Quarto parágrafo: *O grupo extremista... diz ter se baseado na condenação islâmica à adoração de ídolos...*

2) Sexto parágrafo: *A OCI [Organização da Conferência Islâmica, que o jornal não esclarece o que é] disse que a destruição das estátuas era contrária ao islamismo.*

O texto não explica por que um grupo que se diz islâmico comete um ato contrário à religião que prega e em oposição a uma instituição da qual o Afeganistão é membro desde 1969³³. Também não foram explicados nos demais textos da FSP

33 A Organization of Islamic Conference foi fundada em 1969 e é uma organização não-governamental que reúne 57 países. “These States decided to pool their resources together, combine their efforts and

porque as estátuas não foram destruídas anteriormente, sendo que a região é majoritariamente muçulmana desde o século VIII (como o próprio jornal informa na reportagem de número 4, na Tabela 1.2 em Apêndices). Também, faltou elucidar porque o Taleban não as dinamitou quando assumiu o poder em 1996 (RASHID, 2003: 32), cinco anos antes.

O esforço da comunidade muçulmana internacional para evitar que o vandalismo anunciado prosseguisse recebeu pouca atenção do jornal. É uma informação importante para que os leitores saibam que esta não é uma prática chancelada pela maioria dos seguidores do Islã. A notícia foi inserida em apenas uma reportagem da FSP, nos parágrafos 5 e 6 do texto “ONU confirma destruição de Budas gigantes”, do dia 13 de março (reproduzido nos exemplos 1 e 2 acima).

Contudo, a reação contrária aos talebans não ficou escondida apenas na cobertura da FSP. Segundo Jillian Schwendler (2001: 11), a mídia americana também relegou a informação ao segundo plano.

While the March 2001 demolition of ancient Buddhist statues received widespread attention in the Western media, an accompanying movement received scant attention: the harsh condemnation of the Taliban by a wide range of Islamists. [...] While the destruction of the statues was still incomplete, numerous Islamic leaders appealed to the Taliban to stop the demolition.

“Destruição” e seus cognatos estiveram intimamente ligados com outras escolhas lexicais, fazendo com que seu conteúdo negativo também aderisse ao Islã. O Taleban é designado pela FSP em títulos e textos como sendo “grupo extremista *islâmico*”³⁴ (cinco vezes), “grupo extremista” (três vezes), “grupo *islâmico*” (duas vezes), “milícia *islâmica*” (duas vezes), “grupo fundamentalista *islâmico*” (uma vez). O jornal usou os sintagmas nominais descritos, com apenas um modificador ou um modificador mais um submodificador, em quase todas as reportagens que se referiam ao Taleban (veja a Tabela 1.2, em Apêndices).

speak with one voice to safeguard the interest and ensure the progress and well-being of their peoples and those of other Muslims in the world over”, segundo informa seu website oficial: <http://www.oic-oci.org>.

³⁴ Os grifos são meus.

O sintagma, quando usado com um modificador, como nos casos de “grupo extremista islâmico”, “grupo islâmico”, e “milícia islâmica” reforça a idéia de que o Taleban é um representante do Islã em geral e não uma parte muito ínfima dentro do universo de mais de 1,5 bilhão de fiéis. Percebe-se também que ao abreviar a expressão “grupo extremista islâmico” para “grupo extremista”, e variar o uso de “grupo islâmico” e “grupo extremista”, a palavra extremista acaba fazendo as vezes de um sinônimo de “islâmico”. A partir daí, é possível associar extremista com islâmico e vice-versa, o que colabora para a cristalização do velho estereótipo de que os muçulmanos são violentos. Os sintagmas nominais foram usados como uma forma de categorizar o grupo no sentido que Roger Fowler dá à palavra (1994b: 98), como exemplificamos no item 2.3, sobre a análise lexical. Aqui, a validade desse sistema de nomenclatura foi constantemente reafirmada pelo uso (*op. cit.*: 56), que se repete várias vezes na FSP. Juntando-se a isso a repetição de “destruição”, o que prevalece é a idéia de uma religião pautada pelo radicalismo que leva à eliminação de símbolos sagrados de outras denominações religiosas.

Em apenas uma ocasião, a FSP explicou aos seus leitores que o Taleban é um grupo adepto de uma seita específica. A informação surgiu no meio do sexto parágrafo da reportagem “Saiba mais sobre o grupo extremista Taleban” traduzida do jornal francês *Le Monde*, no dia 13 de março de 2001.

3) Metade do quinto parágrafo: *O Taleban, que recruta exclusivamente religiosos, compõe-se de discípulos de uma escola de pensamento fundada na Índia no final do século 19 e que defende uma leitura estrita, sem alterações motivadas pelo tempo, da mensagem alcorânica: a escola dos deobanditas.*

Como essa ressalva ficou escondida no quinto parágrafo de um texto secundário da página (conhecido pelo jargão jornalístico de “sub-retranca”) e não foi repetida nenhuma outra vez, a destruição das estátuas e outras práticas abomináveis do Taleban podem ser interpretados pelos leitores como práticas do Islã em geral.

O argumento do Taleban, que disse “ter se baseado na condenação islâmica à adoração de ídolos”, foi bastante reproduzido pelo jornal. Em apenas uma reportagem houve uma ressalva contendo as verdadeiras motivações do grupo (a reproduzida no exemplo 3 acima). Segundo Cainkar (2002), o Taleban é um representante de uma

cada vez mais comum corrente política que se atrela à religião como forma de dar respostas às demandas de povos que enfrentam a ausência de condições necessárias para a sua sobrevivência e, principalmente, que foram devastados por guerras civis. Essa “islamização” é parte de um padrão global, em vários países de maioria muçulmana, que pode ser explicado como resultado do fracasso dos movimentos políticos seculares (como o nacionalismo e o socialismo) em melhorar as condições de vida básicas de sua população (CAINKAR, 2002: 23). O problema é que, ao adotar a religião, esses grupos criam uma interpretação muito própria do Islã.

Ao falar sobre o Taleban é necessário falar sobre as etnias que compõem o Afeganistão. Há uma identificação específica do Taleban com o grupo étnico pashtun, majoritário no país, que também usa a retórica religiosa para impor seus próprios costumes (como o uso da burca) e oprimir outros grupos étnicos, como os hazaras, que seguem o xiismo, uma vertente islâmica diferente daquela professada pelos pashtuns (que seguem uma linha ortodoxa). Ahmed Rashid (2003) defende que a lei islâmica também é usada pela facção “não como um caminho para criar uma sociedade justa, mas simplesmente como um meio para controlar o comportamento pessoal e os códigos de vestuário dos muçulmanos – um conceito que distorce séculos de tradição, cultura, história e a própria religião islâmica” (RASHID, 2003: 33).

A FSP também utilizou cinco vezes neste recorte outro sintagma nominal além daqueles que definiam o Taleban como milícia ou grupo islâmico: “líder supremo” para designar o chefe do grupo afegão, mulá Muhammad Omar³⁵. A construção “líder supremo” só foi utilizada pelo jornal durante o período estudado em dois casos: ao referir-se ao líder taleban ou ao líder religioso iraniano Ali Khamenei. Nem outros líderes religiosos ou políticos, como o papa João Paulo II (vivo na época) e o presidente cubano Fidel Castro, ganharam a alcunha de “líder supremo”. O jornal reserva o sintagma apenas para esses dois personagens, que têm poucas coisas em comum. Não são do mesmo grupo étnico nem falam a mesma língua (o primeiro fala pashtun e o segundo, farsi), não professam a mesma linha religiosa (um é sunita

³⁵ Segundo as reportagens publicadas nesse período, ele se intitulava “comandante dos fiéis”.

deobandita e o outro, xiita), não moram no mesmo país, não ocupam cargos parecidos, não lutam pelas mesmas causas.

A própria instituição dos mulás afegãos é um caso muito específico do Afeganistão, principalmente entre o grupo étnico pashtun. Segundo Raja Anwar (1988: 132), por todo o país, a autoridade espiritual e temporária é em grande parte associada ao mulá. Especificamente no grupo étnico pashtun, o mulá tem, entre outros poderes, a autoridade para legislar. Práticas antiislâmicas como a usura são aceitas por eles, pois é uma das bases do sistema feudal do qual o próprio mulá se beneficia. “A careful analysis of the Pashtun social history reveals that it is the Mullah who is the father of the feudal system”, (*op. cit.*: 132). E este é um dos casos em que, mesmo com a chegada de uma nova religião no século VII, o sistema pré-existente de costumes, tradições ou crenças se manteve intacto, modificando apenas a linha religiosa praticada no país (*op. cit.*: 133).

Portanto, é seguro dizer que o Taleban é muito ligado ao sistema de crenças e costumes da etnia a qual grande parte de seus integrantes pertence. O grupo usa um discurso próprio para justificar a opressão de outros grupos étnicos que compõem o Afeganistão, fatos que os jornais não abordaram durante o período estudado. Prevaleceu a idéia de que um Islã uno influenciou o comportamento do grupo, e não uma leitura específica da religião e um código tradicional da etnia dominante.

De todo o *corpus* sobre o Afeganistão, nenhuma reportagem foi realizada pela própria equipe dos dois jornais. O repórter que chegou mais perto do Afeganistão, em termos geográficos, foi um jornalista identificado como “editor de Fotografia do jornal ‘Agora São Paulo’”, que faz parte da Empresa Folha da Manhã S.A, a mesma que edita a FSP. O texto foi publicado no dia 18 de março de 2001, na editoria de Mundo, página A-26, sob o título “Sem ajuda, afegãos fogem para o Paquistão” (o texto integral está em Anexos).

A viagem, segundo informa a própria reportagem, foi realizada “a convite da Rawa (Associação das Mulheres Revolucionárias do Afeganistão³⁶)”. O texto dá mais ênfase à viagem propriamente dita do que à descrição do campo de refugiados

³⁶ A sigla se refere ao nome em inglês Revolutionary Association of Women of Afghanistan.

visitado durante dez dias pelo repórter-fotográfico. A preparação da viagem ganhou quatro parágrafos dos nove totais, enquanto o local visitado recebeu apenas dois. Nos demais parágrafos (três) há descrições gerais sobre o conflito.

O que chama a atenção, contudo, é o foco dado às roupas dos refugiados, principalmente à vestimenta das mulheres³⁷. Logo no *lead e sublead*³⁸, elas são citadas:

Ao pisar no Paquistão, a imagem de mulheres com os rostos cobertos e homens com turbantes coloridos revelava o que seria essa viagem pelo interior do país em busca da dignidade dos refugiados afegãos.

Expulsas de seu país e vivendo aprisionadas às próprias roupas sem ter nenhum direito, as pessoas deixaram para trás histórias de famílias inteiras chacinadas em praça pública para recomeçar a vida nos campos de refugiados do Paquistão.

No texto, o autor afirma que ao ver mulheres cobertas (provavelmente pela burca, vestimenta que cobre a mulher dos pés à cabeça) e homens de “turbantes coloridos” foi-lhe revelado o que seria sua viagem, uma “busca pela dignidade dessas pessoas”. A seguir, o autor afirma que essas pessoas vivem “aprisionadas às suas roupas, sem nenhum direito”. Primeiro, o texto destaca as vestimentas dos refugiados para em seguida listar as próprias roupas como parte de seus problemas. Mais adiante, o texto relata que mais de “150 pessoas morreram de frio em fevereiro, na região de Herat (oeste do Afeganistão)”. O leitor poderia se perguntar: seria por causa das roupas?

³⁷ A regulamentação da vestimenta islâmica é controversa. Não há nenhuma recomendação específica no Alcorão sobre o assunto. Segundo John Esposito, também não há nada sobre cobrir a cabeça, apenas a recomendação de que os fiéis se vistam com modéstia. “Specific attire for women is not stipulated anywhere in the Quran, which also emphasizes modesty for men...” (ESPOSITO, 2002: 95). Segundo Frei Betto, o costume de encobrir o rosto com um véu é uma herança bizantina, posterior à morte do profeta Muhammad. Ahmed (1992: 5) diz que essa é uma prática pré-islâmica. O uso das muçulmanas baseia-se, de acordo com Frei Betto e Esposito, no versículo 31 da sura 24 do Alcorão: “E dize às crentes que baixem o olhar e preservem o pudor e não exibam de seus adornos além do que aparece necessariamente. E que abaxem seu véu sobre os seios e não exibam seus adornos senão a seus maridos ou pais ou sogros ou filhos ou enteados ou irmãos ou sobrinhos ou damas de companhia ou servas ou criados de apelo sexual ou às crianças que nada sabem da nudez da mulher.” (ALCORÃO, sem data: 186). Portanto me parece que aqui uma explicação mais detalhada sobre a vestimenta caberia, como a seguinte: “Essas práticas de evidente opressão à mulher não se dão necessariamente por força de uma ‘essência opressora islâmica’, constituindo antes perversões de leis tradicionais, muitas das quais, aliás, associadas por segmentos islâmicos à influência ocidental” (LANNA, 2002: 91).

³⁸ Segundo Lage (1985: 59), *lead* é o primeiro parágrafo de uma notícia: “O relato do fato mais importante de uma notícia”. O *sublead* é o parágrafo seguinte.

A roupa é mais uma vez citada no texto no parágrafo seguinte: “Ali já pude deparar com alguns refugiados, principalmente mulheres, facilmente identificadas pela burga [sic] – pano que cobre totalmente o rosto [e o corpo também]”. E também na legenda: “[...] refugiadas afegãs usando a tradicional burga [sic] exigida pelo Taleban no campo de Hyuan, a 25 km de Peshawar”. O item era obrigatório para todas as mulheres quando o grupo estava no poder, mas também fazia parte de um contexto mais amplo. O uso da burca é uma tradição entre os pashtuns, um dos vários grupos étnicos que habitam o Afeganistão. É uma das muitas formas de vestuário no subcontinente e na Sudoeste da Ásia que se desenvolveu como uma convenção que simboliza a modéstia feminina e respeitabilidade (ABU-LUGHOD, 2002: 785).

O repórter confere bastante atenção às vestimentas dos refugiados afegãos que, curiosamente, mesmo vivendo em outro país insistem em se vestir daquela forma “exótica”. A própria condição de refugiados, a miséria em que se encontram, os problemas cotidianos que enfrentam e a falta de perspectiva de volta ao país de origem ficam em segundo plano. A reportagem traz poucas informações objetivas como quantas pessoas vivem no local e, principalmente, sobre a Rawa, uma organização que se dedica à defesa dos direitos humanos no Afeganistão desde 1977, data que não consta do texto. Ou seja, surgiu quase duas décadas antes do aparecimento do Taleban. A organização feminista trabalhou durante os períodos em que os governos afegãos foram apoiados por Estados Unidos, União Soviética, Arábia Saudita e Paquistão (ABU-LUGHOD, 2002: 787). A informação é relevante para que o leitor entenda que os problemas no Afeganistão não são novos nem surgiram com o Taleban. O grupo é uma consequência desses problemas e não o contrário, como sugere o texto.

A reportagem se limita a descrições das próprias imagens publicadas (talvez por que o autor é um fotógrafo) e clichês sobre os moradores dos campos de refugiados como “sem ter nenhum direito” e “famílias inteiras chacinadas”. Além da naturalização dessas expressões-clichê, a reportagem também cita a questão das mulheres afegãs. Mas, em nenhum momento, dá voz a elas. Não há declarações de nenhuma refugiada ou refugiado, apenas a descrição do que parecia ser já preconcebido pelo próprio repórter. As mulheres estão caladas. É o repórter, que está entre elas, quem fala por

elas. Ele é quem determina o que elas são e qual é o sofrimento delas dentro daquela sociedade. As refugiadas são apenas corpos que vestem roupas estranhas, como fantasmas que caminham pelo campo. O repórter, portanto, parece que foi até lá somente para confirmar o que tinha em mente. Retomarei essa questão mais adiante.

Ao contrário do que pode parecer, este tipo de abordagem não é exclusivo do jornalista brasileiro nem da FSP. Uma tradução do jornal britânico *The Sunday Times*, desta vez publicada em OESP, tem muitas semelhanças com o texto mencionado da FSP. O texto em questão é intitulado “Exilados desafiam Taleban e educam meninas”, e foi publicado no dia 27 de março de 2001, pág. A-19 do caderno Internacional (o texto integral está em Anexos). Coincidentemente, também é um relato da visita de um jornalista ao campo de refugiados da Rawa. Os clichês (exemplo 4) e as roupas femininas (exemplos 5 e 6) também estão presentes neste texto³⁹.

4) Sexta linha do terceiro parágrafo: *Sharida e seus camaradas mantêm vivos os sonhos de liberdade das mulheres afegãs*.

5) Metade do terceiro parágrafo: *Trata-se de um mundo à parte, não apenas do “emirado islâmico do Afeganistão”, mas também os campos de refugiados que se espalham ao redor de Peshawar, onde outros grupos armados fundamentalistas defendem o princípio de que as mulheres devem vestir-se cobrindo todo o seu corpo*.

6) Quarto parágrafo: *Ali, as estudantes que, vestindo roupas claras, lotam a sala de aula sentindo não precisarem cobrirem-se completamente quando um visitante do sexo masculino aparece. Nas ruas do vilarejo, as mulheres andam vestidas discretamente, muitas usando véus sobre a cabeça, mas nenhuma sobre o rosto, como determina o Taleban*.

No exemplo 4, o clichê “sonhos de liberdade” das mulheres afegãs não esclarece se esse sonho se refere a livrarem-se da roupa, dos homens, de um sistema opressivo, da miséria ou de tudo isso. No exemplo 5, fica claro que esse sonho se refere à vestimenta: aquele local é um mundo à parte porque no “emirado islâmico” elas seriam obrigadas a cobrir todo o corpo. Mais uma vez, o Islã, e não uma ínfima parte dele, é culpado pela opressão feminina. No exemplo 6, o autor descreve o que as alunas sentem sobre a questão da vestimenta, apesar de não apresentar

³⁹ Nos exemplos que darei a seguir, somente copiarei as aspas usadas pelos jornais para deixar claro como esses sinais gráficos foram utilizados por eles. Portanto usarei itálico para diferenciar o texto do jornal do meu. Os grifos, todos colocados por mim, têm como objetivo ressaltar o uso das palavras e construções às quais me refiro.

evidências de que as entrevistou. O foco da reportagem é a roupa feminina. Mas, mais uma vez, não há uma única declaração das refugiadas sobre o assunto.

As duas reportagens têm em comum, além dos clichês, o fascínio pelas roupas não-ocidentais, mais especificamente femininas, e uma vitimização das mulheres. Elas são as estrelas, pois há uma ausência total de relatos sobre os homens⁴⁰. Sharida, a guia que leva o repórter do *The Sunday Times* pelo campo, ganha apenas duas frases, que contemplam o próprio campo: “Lamento pelas medidas de precaução, mas nós temos sofrido muitas ameaças” (segundo parágrafo) e “Temos nossa rede de escolas, hospitais e outros serviços sociais no Paquistão, além de nosso serviço secreto de informação infiltrado no Afeganistão” (quinto parágrafo). Os relatos sobre as condições das mulheres são mediados pelo repórter: somente ele fala por elas, fazendo uma mera descrição do que encontra. Assim como na reportagem da FSP, nada se fala sobre a Rawa, organização que tinha então longos 24 anos de história. Não se encontram relatos da longa resistência do grupo contra a opressão feminina e também a luta dessas mulheres pela própria sobrevivência e a de seus filhos durante décadas de invasão estrangeira e guerra civil. O problema começa e termina com a ascensão do Taleban. O que aconteceu anteriormente é esquecido.

A miséria das mulheres e crianças afegãs foi certamente acentuada com o governo dominado pelo grupo. Mas os campos de refugiados afegãos no Paquistão não são recentes nem o problema é novo. As reportagens promovem o apagamento dos problemas anteriores e propagam a idéia de que o maior obstáculo do país é a questão da opressão das mulheres afegãs, instrumentalizada por meio da obrigatoriedade da burca.

A FSP tratou da questão feminina em 3 dos seus 15 textos sobre o Afeganistão, o que corresponde a 20% de tudo o que foi publicado sobre o país neste recorte. Em um deles, o já mencionado “ONU confirma destruição de Budas gigantes”, o assunto

⁴⁰ O autoritário regime do Taleban reprimiu com maior pulso as mulheres, proibindo-as de trabalhar e estudar. Mas os homens também tiveram de obedecer regras absurdas como não cortar suas barbas, não empinar pipas, não assistir TV nem escutar música e, ainda, não tirar fotos nem desenhar pessoas (REUTERS, 2001).

surgiu no último parágrafo do texto, como uma informação deslocada em um texto que falava somente sobre a demolição dos Budas:

Em Paris, associações de direitos humanos protestaram contra a situação da mulher no Afeganistão, onde não podem trabalhar, estudar, tomar um táxi sozinhas nem ir a hospitais sem médicas.

A ênfase nas descrições das vestimentas e na publicação de fotos das afegãs em suas burcas faz com que a peça de vestuário se encaixe no que Erving Goffman (1981: 53) chamou de símbolo de estigma. Ele funciona como um signo que chama a atenção sobre uma incongruência degradante da identidade, diminuindo a valorização do indivíduo estigmatizado. O exemplo de Goffman para esse símbolo é o das cabeças raspadas de mulheres colaboracionistas durante a Segunda Guerra Mundial. Todas tinham a marca de um ato que cometeram, o envolvimento com nazistas. A burca, por sua vez, demonstra por um lado que a usuária é oprimida. Mas também que é alguém sem expressão e sem força dentro de sua própria comunidade, mulheres fracas e arcaicas que se deixam submeter por tal situação. E que, portanto, necessitam da intervenção de americanos e europeus para salvá-las e de repórteres que falem por elas.

Ambas as reportagens da FSP e de OESP citam apenas o Taleban e, por conseguinte, a religião como o principal culpado pela opressão das afegãs. A própria entidade citada nas duas matérias, a Rawa, por outro lado, indica a existência de uma questão cultural por trás da motivação para o uso da burca (AYOTTE e HUSAIN, 2005: 128), o que não foi citado em nenhuma das matérias pesquisadas. Os dois jornais brasileiros também deixaram de citar a violência praticada pelos opositores do Taleban na então guerra civil que devastava o país, o que corrobora a idéia de uma questão local por trás da opressão feminina. Segundo Mariam Rawi (2004), uma espécie de porta-voz da Rawa, a Aliança do Norte, cujos membros antecederam o Taleban no poder, lutou contra o grupo e em 2001 tomou o poder após a invasão norte-americana, também tem um longo histórico de violência contra as mulheres afegãs dos concidadãos muçulmanos.

The NA [North Alliance ou Aliança do Norte] was responsible for killing more than 50,000 civilians during their bloody rule in the 1990s. The rulers of today – men such as Karim Khalili, Rabbani, Sayyaf, Fahim, Yunus Qanooni, Mohaqiq

and Abdullah – were those who imposed the first anti-women restrictions as soon as they came to power in 1992 and started a reign of terror throughout Afghanistan. Thousands of women and young girls were raped by armed thugs and many committed suicide to avoid being sexually assaulted by them. For good reason the British Independent newspaper referred to the NA as a ‘symbol of massacre, systematic rape and pillage from 1992-96’.

De acordo com as declarações de Rawi, as motivações dos perpetradores de violência contra as mulheres se mostram mais complicadas do que as duas reportagens sugerem. É mais antiga do que o Taleban e continua apesar da queda do grupo. Por isso, parece que os dois repórteres que visitaram os campos de refugiados, não ouviram o que a organização tinha a dizer. Foram até lá apenas para reafirmar o que já sabiam sobre o uso da burca e a opressão praticada pelo Taleban. Esse fato parece confirmar a idéia apontada por Ayotte e Husain (2005: 115): há sempre um “ventríloquo” (texto narrativo do jornalista) falando por cima das afegãs ou por elas. Não há declarações, não há nem a presença delas através de discurso indireto, como visto anteriormente.

A questão da opressão das mulheres muçulmanas por homens muçulmanos, a violência praticada pelos “outros”, é o que parece atrair a atenção dos dois jornalistas. Segundo Lila Abu-Lughod (2002), a mobilização da mídia e de grupos feministas nos Estados Unidos e na Europa se dá mais facilmente quando são homens muçulmanos oprimindo mulheres muçulmanas: “women of color for whom they can feel sorry and in relation to whom they can feel smugly superior”. A mesma atenção não é dada às mulheres palestinas, por exemplo, que sofrem privações diárias (*op. cit.*: 787), em consequência de uma ocupação de não-muçulmanos.

Por isso, enquadrar a opressão das mulheres afegãs como um problema causado apenas pela crueldade do Taleban, culpando somente a religião e os costumes do Afeganistão, “prevented the serious exploration of the roots and nature of human suffering in this part of the world”. Não há uma discussão sobre as causas da pobreza em que o país se encontra e a influência de potências como a União Soviética e os Estados Unidos⁴¹ na situação de miséria afegã, em que as mulheres são um dos

⁴¹ No caso soviético, refiro-me à guerra contra o Afeganistão entre 1979 e 1989. No caso norte-americano lembro do apoio dado ao governo paquistanês para a criação de um grupo que se opusesse aos soviéticos. Esse grupo é o Taleban. Além disso, os norte-americanos firmaram um acordo, através

grupos mais vulneráveis. Esse reducionismo narrativo tende a recriar “an imaginative geography of West versus East, us versus Muslims” (ABU-LUGHOD, 2002: 784), um dos principais pontos de argumentação do Orientalismo. Essa divisão imaginária aliada à bestialização do outro, segundo a antropóloga americana, também abre caminho para a idéia de intervenção de potências ocidentais em outros países.

Houve um deslocamento do foco da cobertura, principalmente na FSP. Ele não é o Afeganistão, país que passa por uma guerra civil que foi pouco citada pelos textos, mas o “grupo islâmico” Taleban, que destrói estátuas e oprime as mulheres, como os textos publicados afirmaram repetidas vezes. Mas, na verdade, o grupo é mais um dos atores em um cenário do conflito que ocorre no Afeganistão, resultado de uma dinâmica ignorada pelos dois jornais. Ao repetir várias vezes que este é um grupo islâmico ou milícia islâmica em textos que citam a opressão contra a mulher e a devastação de patrimônios históricos, a cobertura enfatizou a ligação entre a barbárie e o Islã. Não existe um Islã único, mas durante o período pesquisado, o Taleban foi sua face mais recorrente nos dois jornais, principalmente na FSP. O Afeganistão, com sua diversidade étnica e suas distintas vertentes do Islã, foi deixado de lado.

3.3 – Os muçulmanos albaneses da Macedônia

A República da Macedônia obteve independência da antiga Iugoslávia em 1991. Além de uma maioria de macedônios, o país conta em sua composição étnica com grupos de albaneses, turcos e sérvios. Em fevereiro de 2001, integrantes do segundo maior grupo étnico do país, os albaneses, formaram o Exército de Libertação Nacional (ELN) e entraram em confronto com as forças de defesa do país. A história teve bastante repercussão principalmente por que o mundo temeu que ocorresse uma nova

da empresa Unocal, com o Taleban para a construção de um oleoduto milionário no Afeganistão. Enviados do grupo foram recebidos pela Unocal no Texas, Estado então governado pelo atual presidente americano George W. Bush, como noticiou a BBC em 4 de novembro de 1997 (http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/west_asia/37021.stm).

disputa de consequências trágicas nos Bálcãs, como ocorreu na província sérvia de Kosovo apenas dois anos antes. Esse conflito entre sérvios, minoritários na província, e albaneses, majoritários, teve fim com a intervenção, em 1999, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Otan (COURBAGE, 2003: 420).

Na Macedônia, em 2001, o Exército de Libertação de Kosovo, o ELK, que deveria ter se desmobilizado após o acordo de paz de 1999, foi acusado de dar apoio ao ELN e de tentar formar uma Grande Albânia, que abrangeria parte do território da Macedônia, além de Kosovo e da própria Albânia (BARDOS, 2002: 44).

O conflito macedônio foi o segundo assunto mais recorrente envolvendo muçulmanos em ambos os jornais durante o período estudado, de 11 de março de 2001 a 9 de abril de 2001. A FSP dedicou 25 textos para o tema, sendo dois deles na Primeira Página (veja os títulos das reportagens e as datas em que foram publicados na Tabela 2.1, em Apêndices). Para a FSP, isso significou 20% de tudo o que foi publicado no período sobre árabes e muçulmanos. OESP, por sua vez, também redigiu 25 textos sobre o assunto, o que correspondeu a 14,88% do total. Dessas reportagens, 2 mereceram chamadas na capa da FSP no formato conhecido como texto-legenda⁴² e 2 em OESP, sendo que uma delas foi um texto-legenda com a mesma foto publicada em um dos textos-legenda do concorrente. A foto traz a imagem de uma refugiada albanesa muçulmana, de lenço na cabeça. Assim como no caso do Afeganistão, os dois jornais se mostraram propensos a privilegiar a publicação de imagens de mulheres muçulmanas com os cabelos ou o corpo inteiro cobertos para ilustrar reportagens, mesmo que o assunto não se referisse diretamente a elas.

Os textos-legenda, como o da foto mencionada, publicados nas capas dos dois jornais no dia 28 de março de 2001, receberam grande destaque. Em OESP, a chamada “Exílio” mede 63 centímetros/coluna (veja na seção Anexos). Ela remete à reportagem interna “UE pede à Macedônia diálogo com albaneses”, que é apenas uma nota da seção Breves, da editoria de Internacional, página A-14. A nota mede somente

⁴² Segundo o *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*, é “ao mesmo tempo uma notícia e uma legenda” (MARTINS, 1997: 281). Para o *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, é “legenda ampliada que, em combinação com a foto ou ilustração a que se refere, deve esgotar o assunto de que trata” (2001: 100).

8 centímetros/coluna. A reportagem foi 7,5 vezes menor do que a chamada de capa, que traz a foto da refugiada. Isso é um forte indício de que a foto da mulher coberta de véu foi, para o jornal, material jornalístico mais importante do que a notícia para a qual remetia. Na FSP, por sua vez, o espaço dedicado à chamada de capa “Balcãs” (veja na seção Anexos) é de 32 centímetros/coluna. A reportagem para a qual ela remete, “Macedônia diz que combate não acabou perto da divisa com Kosovo”, publicada em Mundo, página A-10, tem 63 centímetros/coluna, quase duas vezes maior do que a chamada de capa.

No decorrer da cobertura, as escolhas lexicais dos jornais deixam transparecer claramente a existência de um embate retórico entre as posições do governo da Macedônia e as do grupo armado formado por albaneses étnicos do país. Nas reportagens também se encontram escolhas lexicais específicas utilizadas por funcionários da Otan⁴³, governos europeus e americano, além das assumidas pelos próprios jornais.

A diferença ideológica se mostra mais evidente nas declarações de integrantes do governo macedônio que chamam seus opositores de “terroristas”. Por outro lado, os porta-vozes da Otan se referem aos integrantes do grupo armado da etnia albanesa como “guerrilheiros” e “rebeldes”, palavras compartilhadas também pelos dois jornais. Os albaneses, por sua vez, também se autodenominam “rebeldes”. O termo “terroristas” é utilizado por ambos os diários somente entre aspas, seja em discurso direto ou indireto, ao reproduzir declarações de autoridades macedônias. Os exemplos a seguir foram retirados da reportagem “Exército macedônio usa tanques contra rebeldes”, publicado na editoria Internacional de OESP, no dia 17 de março de 2001, página A-20.

7) Primeira linha do texto: *Os combates na Macedônia (ex-república iugoslava) entre o Exército macedônio e rebeldes albaneses étnicos intensificaram-se ontem...*

8) Segunda frase do segundo parágrafo: *Os guerrilheiros, empenhados em anexar a região Macedônia habitada por albaneses étnicos a Kosovo...*

⁴³ Lembro que a Otan era então formada pelos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, República Checa e Turquia.

9) Primeira frase do último parágrafo: *O Secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), George Robertson, advertiu os rebeldes albaneses étnicos...*

10) Segunda frase do último parágrafo: *Um porta-voz do ELK retrucou afirmando que os rebeldes continuarão...*

11) Última frase do texto: *Segundo o governo da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro [sic]), há entre 5 e 6 mil “terroristas” ao longo da fronteira Macedônia...*

Nos exemplos 7 e 8, OESP utiliza as palavras “rebeldes” e “guerrilheiros” para identificar os integrantes dos grupos que iniciaram um levante armado contra o governo macedônio. Nos exemplos 9 e 10, a palavra “rebeldes” é utilizada em discurso indireto para defini-los. Não é possível saber se o jornal ou a agência de notícias retirou a palavra do discurso do secretário-geral da Otan (9) e do porta-voz do ELK (10), mas a heterogeneidade marcada está presente, demonstrada pela atribuição da autoria da declaração. O jornal optou por utilizá-la sem aspas.

No exemplo 11, essa diferenciação fica mais clara. Apesar de “terroristas” estar em discurso indireto, a palavra se refere à declaração literal do governo da Macedônia, que utiliza o termo considerado pejorativo para identificar os integrantes do grupo. O jornal, ao optar pelo uso do sinal gráfico, não assume a definição como sendo sua. Ao contrário. Marca sua posição, separando-a da declaração governamental.

Colocar aspas em uma palavra tem, segundo Cunha e Cintra (1985: 644), quatro propósitos: (1) fazer sobressair termos ou expressões, geralmente não peculiares à linguagem normal de quem escreve; (2) acentuar seu valor significativo (3) realçá-la ironicamente; (4) indicar a significação de uma palavra de língua estrangeira. A definição 2 se enquadra melhor neste caso. Mas não o explica totalmente. Jacqueline Authier (1981) também contribui, junto com suas argumentações sobre heterogeneidade, com uma definição cabível para o exemplo 5: o aspeamento tem uma função autonímia, em que se faz a menção e não a utilização propriamente dita das palavras aspeadas, o que faz com que o jornal mantenha-se distante do significado.

O cuidado com o uso das três palavras fica ainda mais claro em um texto posterior de OESP publicado no dia 21 de março de 2001, na página A-18 do caderno Internacional sob o título “Macedônia lança ultimato aos rebeldes albaneses”.

- 12) Primeira linha do texto: *...a Macedônia deu prazo de 24 horas aos rebeldes albaneses étnicos entrincheirados na região...*
- 13) Segundo parágrafo: *“Encerrado esse prazo, as forças de segurança macedônias continuarão usando todos os meios e armas de que dispõem contra as posições dos terroristas até que eles sejam completamente destruídos”, conclui o texto [do Ministério do Interior da Macedônia].*
- 14) Terceiro parágrafo: *Um chefe dos guerrilheiros, de codinome Skopje, rejeitou o ultimato. Ouvido pela Reuters, ele assegurou que os rebeldes estão preparados para resistir...*
- 15) Segunda frase do quarto parágrafo: *“Começou a ofensiva final contra os terroristas”, anunciou um porta-voz do Ministério da Defesa, Gueorgui Tendrafilov.*
- 16) Terceira frase do quarto parágrafo: *Segundo a ONU, pelo menos 8 mil albaneses e macedônios fugiram da cidade, localizada perto da fronteira com Kosovo (onde os rebeldes têm suas bases).*
- 17) Terceira frase do quinto parágrafo: *Segundo o porta-voz [do Ministério da Defesa da Macedônia], há cerca de mil guerrilheiros entrincheirados nas cercanias de Tetovo.*
- 18) Última frase do quinto parágrafo: *“As autoridades macedônias anunciaram a ‘derradeira batalha’ contra os guerrilheiros, mas não notamos nenhum soldado escalando as colinas”, comentou um observador.*
- 19) Primeira frase do sexto parágrafo: *Os rebeldes integram o chamado Exército de Libertação de Kosovo (ELK), que ontem dirigiu [sic] pedindo diálogo ao governo.*
- 20) Terceira frase do sexto parágrafo: *Procurando conquistar a simpatia da comunidade albanesa macedônia que se queixa de discriminação, os rebeldes exigem a transformação da Macedônia numa federação...*
- 21) Sétimo parágrafo: *O presidente [da Macedônia] Boris Trajkovski rejeitou a proposta de diálogo do ELK. “Não há o que negociar com terroristas.”*
- 22) Última frase do penúltimo (nono) parágrafo: *Mas o porta-voz do governo, Antonio Milosovski, disse que os ministros ausentes estavam na região de Tetovo, tentando entrar em contato com os rebeldes para pôr fim ao conflito.*

No texto, a palavra “terroristas” é mais uma vez encontrada, mas somente nas declarações governamentais em discurso direto, aspeadas, como mostram os exemplos 13, 15 e 21. “Guerrilheiros” e “rebeldes” são encontrados sem a marca das aspas ou sem estarem relacionados a alguma frase em discurso direto, como se vê no próprio título da reportagem e nos exemplos restantes. No exemplo 14, fica claro que o jornal considera “guerrilheiros” e “rebeldes” sinônimos, pois utiliza o segundo para não

repetir o primeiro. E, quando a unidade lexical “guerrilheiros” é encontrada em frase no discurso direto, o autor é obviamente “um observador [militar da Otan]” (exemplo 18) e não algum integrante do governo macedônio.

O jornal preferiu utilizar “guerrilheiros” (exemplo 17) e “rebeldes” (exemplo 22), mais uma vez se distanciando do viés negativo, que é conferido pelo governo macedônio ao chamar os combatentes albaneses de “terroristas”. Mas, por outro lado, ameniza seu grau de distanciamento. Ao colocar aspas na palavra anteriormente, OESP havia dado ênfase ao item lexical como sendo discurso de outro (no caso, do governo macedônio). Nos últimos exemplos, utilizou-se a palavra “rebeldes” no discurso indireto que relata uma frase do porta-voz do governo macedônio (exemplo 22) no lugar de “terroristas” entre aspas (como havia feito na reportagem anterior).

O padrão é seguido nas demais reportagens de OESP, exceto uma, em que é acrescentado “extremistas”, entre aspas. O vocábulo foi adicionado por um novo personagem, o presidente americano. O item lexical está na reportagem “Macedônia prepara-se para a ‘operação final’”, publicada na página A-16 da editoria Internacional da edição de 20 de março de 2001.

23) *O cenário de guerra é visto com apreensão pelos Estados Unidos e a Rússia. O presidente americano, George W. Bush, criticou as ações dos “extremistas albaneses” e autorizou o reforço das patrulhas americanas da Kfor, que têm seu QG na região.*

OESP não fez suas as palavras do presidente norte-americano. Assim como havia feito com os “terroristas” do governo macedônio, destacou o sintagma “extremistas albaneses” com aspas, demonstrando o caráter diferenciado delas neste contexto. O próprio Bush, por sua vez, demonstrou sua posição no conflito com sua escolha lexical. Não usou nem “guerrilheiros” nem “rebeldes”, conforme retratado nas reportagens do jornal, escolhas lexicais que se mostram simpáticas aos militantes albaneses. Bush também não optou por “terroristas”, o que demonstraria um alinhamento com o governo macedônio. Usou uma palavra menos precisa (como diz o *Novo Manual da Redação da FSP*), mas que também traz uma carga que acredito ser de contrariedade, não tão forte como a do governo macedônio.

Na FSP, um padrão semelhante ao de OESP é encontrado. Como podem ser vistos em alguns dos títulos das 25 reportagens identificadas durante o período estudado (veja a Tabela 2.1 em Apêndices), os integrantes do grupo da etnia albanesa são sempre definidos como “guerrilheiros” ou “rebeldes”. Em poucos momentos eles ganham a alcunha de “extremistas” nos textos publicados e o termo “terrorista” somente é encontrado entre aspas, em reprodução de declaração de membros do governo macedônio.

A reportagem “Macedônia ataca rebeldes albaneses”, publicada no dia 18 de março de 2001, na página A-26 da editoria Mundo, traz alguns exemplos do uso de “rebeldes” e “guerrilheiros”, semelhantes ao do concorrente:

24) Primeiro parágrafo: *Pelo quarto dia consecutivo, forças macedônias tentaram desalojar rebeldes de origem albanesa que atuam nas colinas de Tetovo...*

25) Segundo parágrafo: *Forças macedônias afirmaram ter prendido alguns rebeldes e conseguido afastá-los de suas posições...*

26) Terceiro parágrafo: *Na sexta-feira, os rebeldes, que tentam ganhar controle sobre a cidade, lançaram foguetes contra a praça central de Tetovo...*

27) Segunda linha do quarto parágrafo: *Os guerrilheiros responderam com rajadas de metralhadoras e rifles automáticos.*

28) Quinto parágrafo: *Os rebeldes de origem albanesa, pouco numerosos, querem criar um conflito entre a minoria albanesa na Macedônia (cerca de 30% da população) o governo para forçar a divisão do país, uma ex-república iugoslava que se tornou independente nos anos 90.*

29) Sétimo parágrafo: *O Conselho de Segurança da ONU condenou a violência, mas não atendeu ao pedido macedônio de investigar se os rebeldes estão recebendo ajuda de albaneses de Kosovo...*

Assim como em OESP, o uso da palavra “extremista” foi encontrada na FSP entre aspas, em transcrição da declaração de uma autoridade alemã que também se mostra contrariada com a posição dos albaneses, mas também não se alinha com a posição macedônia. Um exemplo está na reportagem “Guerrilha ataca centro de cidade macedônia”, publicada dia 17 de março, na página A-13, de Mundo:

30) *O ministro da Defesa da Alemanha, Rudolf Scharping, ordenou o envio de tanques Leopard, que estavam estacionados em Kosovo, à região para reforçar a segurança da caserna. "O comportamento de alguns extremistas albaneses tem sido totalmente irresponsável", disse Scharping.*

Assim como em OESP, os “terroristas”, ou a “ameaça terrorista” está apenas no discurso dos macedônios, como atesta, até no título, a reportagem “Macedônia lança novo ataque contra rebeldes”, publicada em Mundo, no dia 29 de março de 2001, página A-12, assinada como “das agências internacionais”. Neste texto, está clara a opção do jornal, contrária à do discurso do governo macedônio. Assim como em OESP, o jornal prefere “guerrilheiros” e “rebeldes” (exemplos 31, 32, 33, 35 e 36 abaixo) ao “terroristas” governamental (exemplo 34 abaixo).

31) Primeiro parágrafo: *Forças macedônias lançaram ontem uma nova ofensiva militar contra guerrilheiros de origem albanesa, em mais uma tentativa de obrigá-los a sair de seus esconderijos nas montanhas e de expulsá-los do território macedônio.*

32) Final do segundo parágrafo: *...quando as forças de segurança deram início à nova ofensiva, que ocorreu apenas três dias após um grande ataque a bases dos rebeldes situadas perto de Tetovo, no noroeste do país.*

33) Quarto parágrafo: *Um repórter da agência de notícias “Reuters” disse ter visto helicópteros macedônios atirarem contra bases dos guerrilheiros situadas em território kosovar.*

34) Sexto parágrafo: *“Creio que, em breve, conseguiremos fazer com que os terroristas se dispersem ou os obrigaremos a fugir para Kosovo”, afirmou Blagoja Markovski, porta-voz do Exército macedônio.*

35) Oitavo parágrafo: *Segundo as autoridades macedônias, os guerrilheiros continuavam a resistir, mas estavam sendo obrigados a fugir para Kosovo.*

36) Último parágrafo: *Se os rebeldes forem expulsos da Macedônia, o caminho estará aberto para a abertura de negociações entre o governo macedônio...*

A distinção entre “guerrilheiros” e “rebeldes” de um lado e “terroristas” de outro se dá pelo fato de que a última palavra possui uma conotação indesejada (HOFFMAN, 1998: 29). Exatamente por ser um termo pejorativo, terroristas não gostam de ser chamados de terroristas (ROBERTS *apud* SOMMA e MIRANDA, 2004b: 53). Para complicar ainda mais seu uso, não há uma definição amplamente aceita para terrorismo; nem mesmo a Organização das Nações Unidas chegou a um acordo sobre o tema (HOFFMAN, 1998: 37). Como a palavra também aparece com bastante frequência no próximo assunto abordado, o conflito israelense-palestino, voltarei mais adiante a discutir o seu uso.

Deve-se ressaltar que, em todos os exemplos mostrados, não encontrei nenhum sintagma nominal com submodificador como os identificados nas reportagens do Afeganistão. Aqui, os integrantes do grupo albanês são somente “guerrilheiros”, “extremistas”, “rebeldes” ou “terroristas” albaneses (dependendo de quem os invoca). Mas nunca são “guerrilheiros/rebeldes extremistas albaneses” ou mesmo “guerrilheiros extremistas islâmicos” ou mesmo pertencentes a um “grupo islâmico”, apesar de o grupo pertencer a uma minoria étnica muçulmana dentro de um país majoritariamente eslavo e cristão ortodoxo. Não é informado se o grupo é laico. Também não surge a definição “grupo nacionalista”, mesmo quando as reportagens afirmam que o ELN pretende criar uma “Grande Albânia”, em que albaneses kosovares e albaneses macedônios se uniriam para lutar por anexações à vizinha Albânia. O que quero dizer com isso é que o grupo albanês não foi categorizado, ou melhor, enquadrado dentro de uma definição fixa com submodificadores assim como aconteceu com o grupo afegão.

A religião começa a ser citada na cobertura do conflito somente na tradução do jornal britânico *The Independent* “Conflito atinge segunda cidade Macedônia”, na FSP do dia 16 de março de 2001, na página A-12 de Mundo, quando se refere à morte de um civil:

37) *O som de disparos de armas e de violentas explosões atrapalhou as preces muçulmanas que foram feitas durante o funeral.*

No exemplo acima, a religião aparece apenas como uma composição do cenário do funeral e não como elemento de discórdia entre as duas partes. Nem foi citada qual a religião predominante entre os habitantes da Macedônia.

Na época do conflito, a principal queixa dos albaneses era a equiparação dos direitos do resto da população, segundo explica a mesma reportagem. A informação é citada, mas não a questão religiosa:

38) *A comunidade albanesa da Macedônia corresponde a cerca de 30% dos 2,2 milhões de habitantes do país. Ela é majoritária em regiões no oeste e no norte do país e em partes da capital. Os guerrilheiros afirmam que lutam por direitos iguais aos da maioria eslava e denunciam violência e preconceito.*

Sete dias depois, no dia 23 de março de 2001, na página A-10 do caderno Mundo, assinada “Da Redação”, uma reportagem esclarece melhor as queixas albanesas. O título é “Ocidente põe lenha na fogueira”. No penúltimo parágrafo:

39) Afinal, a minoria albanesa corresponde a cerca de 30% da população macedônia, que é de 2,2 milhões de habitantes, e sofre grave discriminação. Por exemplo, os diplomas obtidos em escolas com ensino em albanês não são reconhecidas por Skopje.

Nove dias depois de citar as orações muçulmanas, no dia 25 de março de 2001, a FSP publica na página A-19, da editoria de Mundo, sob assinatura “Da Redação”, a reportagem “Macedônia ameaça equilíbrio nos Bálcãs”. Surge pela primeira vez a informação, no *corpus* deste jornal, que os albaneses são majoritariamente muçulmanos e os macedônios, quase 70% dos habitantes do país, são cristãos ortodoxos. Mas a discriminação de cristãos contra muçulmanos não fica explícita.

40) Os rebeldes contam com a crescente simpatia da população albanesa também em razão de sua crença religiosa – muçulmana. Os eslavos são majoritariamente cristãos ortodoxos.

Bem antes da frase acima, no sexto parágrafo, a discriminação é citada, mas não o motivo (religioso ou étnico) dela.

41) Especialistas internacionais concordam que a comunidade albanesa tem sido considerada como uma classe inferior dentro da sociedade civil macedônia, apesar de partidos moderados que a representam fazerem parte da coalizão governamental que está no poder em Skopje.

No mesmo dia, mais informações surgem na página ao lado, A-20, sob o título “Mosaico étnico” e assinatura “da Redação”. Entre elas estão a de que os albaneses querem ser reconhecidos como uma minoria na Constituição macedônia e que o albanês passe a ser considerado uma das línguas oficiais (afinal, a cada 10 macedônios, 3 são da etnia albanesa, informa a FSP). A situação é descrita desta maneira por um entrevistado desta mesma reportagem, William J. Buckley, professor da Universidade de Georgetown e editor do livro *Kosovo: Contending Voices on Balkan Interventions*:

42) “Historicamente, a minoria albanesa tem sido uma classe inferior. Ela é para os Bálcãs o que os indígenas são para a América Latina”.

Em OESP, as reivindicações dos albaneses não sensibilizaram os redatores, que continuaram a atribuir a discriminação somente à retórica dos rebeldes. Essa marca

está presente nos textos: “Macedônia ameaça impor estado de emergência”, publicado em 16 de março de 2001, página A-16 de Internacional, notícia atribuída às agências Reuters, AP e EFE (exemplo 42) e “Exército macedônio usa tanques contra rebeldes”, de 17 de março de 2001, página A-20 de Internacional, atribuído à Reuters e à EFE, (exemplo 43).

43) *Eles [os albaneses] acham que são tratados como cidadãos de segunda classe...*

44) *[Os albaneses] Consideram-se cidadãos de “segunda classe” e exigem equiparação de direitos com os macedônios.*

Em infográfico publicado no dia 23 de março de 2001 em OESP, ao lado da reportagem “Macedônia ataca rebeldes e mata 2 diante das câmeras” (Internacional, A-18), publicou-se a informação de que 60% dos albaneses na Macedônia estão desempregados e só 3,1% de todos os funcionários públicos do país são de etnia albanesa, o que é um indício de que realmente há algum tipo de exclusão dos integrantes dessa minoria. A informação não é encontrada no texto.

Os muçulmanos albaneses foram retratados apenas como albaneses nos dois jornais e não como muçulmanos. Neste caso específico, os jornais preferiram ressaltar a etnia e deixar a religião totalmente de lado. A discriminação contra eles não foi explicitada, diferentemente do que ocorreu com as mulheres afegãs (em grande escala). Os dois jornais conferiram destaque à etnia e não à religião quando o grupo étnico majoritariamente muçulmano (albaneses) se mostrou discriminado por outro majoritariamente cristão, como os próprios jornais FSP e OESP afirmaram. Mas, quando um grupo étnico majoritariamente muçulmano (pashtun) é o agente da discriminação (contra suas próprias mulheres e contra outra religião, o budismo), a religião em sua totalidade recebeu o destaque, e não a denominação deobandita.

Assim como no Afeganistão, os jornais também não exploraram as origens do conflito na Macedônia para explicitar quais as reais motivações de sua revolta. Como lembra Michael A. Sells (2003: 356), a diferença religiosa é um elemento fomentador nos Bálcãs e data da queda do Império Otomano. Segundo ele, revigorou-se durante a década de 80, culminando com os massacres de muçulmanos eslavos na Bósnia e

muçulmanos albaneses no Kosovo⁴⁴, província sérvia que faz fronteira com a Macedônia.

A posição da Otan e dos governos europeus e norte-americano também não foi explorada na contextualização do conflito. Segundo Carpenter (2002: 21), eles têm grande responsabilidade na fomentação das desavenças na Macedônia. “The armed rebellion in both areas [*Vale de Presevo, na Sérvia, e Macedônia*] in the first half of 2001 was the fruit of that U.S.-NATO policy”. Essa política ao qual o autor se refere é o apoio de ambos ao Exército de Libertação do Kosovo (ELK), grupo que se insurgiu contra o domínio sérvio. Durante a guerra de 1999 na província Sérvia, em que a Otan interveio, os Estados Unidos estavam em campanha pela derrubada do líder sérvio e presidente da então remanescente Iugoslávia, Slobodan Milosevic, inimigo da ELK (BARODS, 2002: 52).

After Nato occupied Kosovo, various US agencies initiated a covert campaign to foment an insurgency in Albanian-populated villages in southern Serbia as part of an effort to overthrow then-Yugoslav president Slobodan Milosevic. Unfortunately, the American operatives in charge of the clandestine Kosovo mission soon lost control over their ostensible KLA allies, and after American interest in the operation dissipated with Milosevic's overthrow in October 2000, the Albanian guerrillas quickly set their sights on a new target – Macedonia.

O papel desempenhado por eles em insuflar o conflito foi abordado pela FSP com o uso do modalizador “pode” no exemplo 48 (a seguir). Por outro lado, a Otan, os governos europeus e norte-americano ganham nas reportagens do *corpus* status de mediadores e não de fomentadores da crise. Isso se mostra claro quando passei a dedicar atenção ao item lexical “Ocidente”. Apesar de os jornais terem se mostrado parcimoniosos na definição dos militantes albaneses, não se deixando levar pelo discurso de governos, isso não ocorreu com o uso de “Ocidente”, que ganhou significado muito particular, como é possível perceber nos próximos exemplos

⁴⁴ Após o massacre de 45 civis albaneses por forças sérvias em Racak (Kosovo), em 16 de janeiro de 1999, a Otan preparou um acordo com a Sérvia de Slobodan Milosevic. Mas o governo sérvio se recusou a ratificar a proposta que concedia autonomia aos albaneses. A Otan então promoveu uma campanha de 78 dias de bombardeios contra posições sérvias em Kosovo até que a proposta fosse aceita (BARODS, 2002).

retirados do texto: “Macedônia ameaça equilíbrio nos Bálcãs”, da Redação, publicado na página A-19 da editoria Mundo da FSP, em 25 de março de 2001.

45) Primeiro parágrafo: *Este provavelmente causaria um enfrentamento étnico generalizado no país, desencadeando uma tragédia e desacreditando a Otan (aliança militar do Ocidente) como força de manutenção da paz.*

46) Sétimo parágrafo: *Motivados pela Guerra de Kosovo (1999), quando o levante do UCK kosovar contra o jugo da Sérvia (Iugoslávia) do então ditador Slobodan Milosevic foi apoiado pelo Ocidente, os rebeldes do UCK-M acreditaram que a batalha diplomática que teve início quando eles optaram pela escalada da violência na região próxima a Kosovo, no noroeste da Macedônia, os favorecesse.*

47) Nono parágrafo: *No entanto o Ocidente tem como prioridade manter a frágil estabilidade geopolítica dos Bálcãs, alcançada após a queda de Milosevic, em outubro passado.*

48) Décimo primeiro parágrafo: *"O UCK-M cometeu um erro diplomático ao pensar que a experiência kosovar poderia ser transposta para o território macedônio. O Ocidente apoiou os albaneses de Kosovo porque eles eram alvo de maciças violações aos direitos humanos, como a limpeza étnica, mas sobretudo porque Milosevic tentava desestabilizar a Albânia e a Macedônia por meio do êxodo de populações albanesas", analisou para a Folha Jacques Rupnik, diretor de pesquisas do Centro de Estudos em Relações Internacionais, de Paris.*

49) Décimo terceiro parágrafo: *Buscando manter o precário equilíbrio regional, o Ocidente pode ter cometido dois erros que contribuíram para a deflagração do novo conflito: não desarmou os guerrilheiros do UCK kosovar, em 1999, e permitiu que Skopje tomasse medidas drásticas para colocar fim à ameaça extremista.*

50) Vigésimo segundo parágrafo: *Afinal, como ressaltou Buckley, há a questão religiosa, que costuma ser negligenciada no Ocidente.*

A FSP também utilizou Ocidente da mesma forma em “Macedônia toma bases de guerrilheiros” de 26 de março de 2001, publicado na página A-8 da editoria de Mundo da FSP, sob a assinatura “das agências internacionais”.

51) Oitavo parágrafo: *Líderes ocidentais exortaram o governo macedônio a ser "moderado" em suas ações contra os guerrilheiros, que dizem lutar pela minoria albanesa da Macedônia (cerca de 30% da população, que é de 2,2 milhões de habitantes). O Ocidente também condenou a violência dos rebeldes.*

52) Décimo parágrafo: *Um diplomata ocidental, que não quis identificar-se, disse que a escalada da violência na região causou uma "preocupação considerável" no Ocidente e que a comunidade internacional ainda não sabia se as forças macedônias haviam tomado medidas apropriadas para proteger a população civil de Tetovo.*

Em OESP ocorreu o mesmo, mas com muito menos freqüência do que na FSP. Localizei nas reportagens “Macedônia prepara-se para a 'operação final'” (20/03/2001 A-16 Internacional), exemplo 52, e “Macedônia retoma posições chave dos rebeldes” (26/03/2001 A-12 Internacional), exemplo 53, os seguintes usos:

53) Oitavo parágrafo: *Entretanto, o primeiro-ministro macedônio, Ljubco Georgievski, acusou o Ocidente de "permitir a criação de um novo Taleban na Europa", referência ao grupo integrista islâmico que controla com mão de ferro o Afeganistão. "Os Estados Unidos e a Alemanha (cujas tropas operam na fronteira entre Kosovo e a Macedônia) recusaram-se a agir contra os guerrilheiros albaneses que hoje atacam nosso território", disse o chefe do governo macedônio.*

54) Último parágrafo: *Líderes ocidentais têm exortado a Macedônia a lidar com moderação com as guerrilhas.*

Qual é esse Ocidente descrito pelos dois jornais? Certamente, não é o hemisfério inteiro. No exemplo 52 ficou claro que os Estados Unidos e a Alemanha são o Ocidente ao qual o texto se refere. Quando os jornais falam de “Líderes ocidentais”, “condenação do Ocidente”, “preocupação no Ocidente”, referem-se exclusivamente aos membros da Otan, responsáveis pela intervenção no vizinho Kosovo, onde a organização ainda mantém tropas. Não fazem parte outros países do mesmo hemisfério, como os países latino-americanos, somente os membros da aliança.

A definição, portanto, não segue o ponto de vista geográfico. O Hemisfério Ocidental engloba todos os países que estão a oeste do meridiano zero, ou Meridiano de Greenwich – que corta a Grã-Bretanha. Assim, ficam de fora parte da Grã-Bretanha e boa parte da Europa Continental. Dentro estão as Américas e parte da África. A escolha lexical também não é explicada pelos manuais. No manual de OESP, o termo não aparece. No da FSP, encontra-se no verbete Ocidente/Oriente: “Escreva com maiúscula quando designar hemisfério: Aumentou o fluxo de capitais do Ocidente para o Oriente” (NOVO MANUAL DA REDAÇÃO, 2001: 89).

Há, portanto, uma relexicalização da palavra Ocidente nos exemplos reproduzidos de ambos os jornais. O emprego dado pelos jornais cabe no mesmo sentido estabelecido pelo cientista político Samuel Huntington, da Universidade de Harvard, em seu livro *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* (1996). Sua definição pós-Guerra Fria de “civilização” é feita por meio da distinção

religiosa e econômica. De acordo com ele, o Ocidente abrange as cristãs e desenvolvidas Europa Central e Ocidental, mais Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. A América Latina, apesar de também ser predominantemente cristã, fica de fora desse bloco. Cristãos ortodoxos (como os europeus sérvios e macedônios), muçulmanos e confucionistas formariam outras “civilizações”.

Um dos problemas levantados pelos diversos críticos à teoria é que a definição de “civilizações” é monolítica e estanque. Estabelece uma divisão baseada em religiões e culturas, sem considerar que dentro delas também existem fissuras. Não admite a existência de inúmeras realidades e nuances dentro de cada uma dessas civilizações. Como explicar que um país muçulmano como a Turquia está mais alinhada a esta idéia de “Ocidente” do que à “civilização islâmica”? Afinal, o país é membro da Otan e se candidatou a entrar na Comunidade Econômica Européia, dois blocos políticos alinhados ao conceito de “Ocidente” de Huntington.

Para o professor de História Islâmica, também lotado na Universidade de Harvard, Roy P. Mottahedeh (2003: 145), “o choque das civilizações” mais parece uma descrição (e uma prescrição) do que um sistema explanatório das relações internacionais. É uma forma de excluir os “outros” e de ressaltar o que se quer do “nós”.

It offers a long list of things that the West is – the bearer of individualism, liberalism, democracy, free markets, and the like – but, by and large, just tells us that the non-Western, in the great American language of the multiple choice test, is ‘none of the above’.

Ao sustentar essa definição de “Ocidente”, os jornais também admitem que as posições tomadas pela Otan, principalmente pelos governos de potências européias e o norte-americano, sejam compartilhadas por todo esse “Ocidente”. O uso do termo nestas condições também contribui para um apagamento da existência de um bloco ocidental mais amplo (que inclui os países da América Latina), que não é unitário e possui divisões tanto ideológicas como econômicas. É uma forma de separar e provocar um antagonismo entre um Ocidente imaginário (uno e civilizado) e um Oriente também fruto da imaginação (uno e bárbaro).

3.4 – Os árabes da Palestina

Dentro do universo dos 22 países que fazem parte da Liga Árabe mais Israel, foram os palestinos que apareceram com maior frequência nos jornais FSP e OESP. A luta pela autodeterminação foi o que os fez campeões de frequência no noticiário. O número de textos sobre o assunto foi bastante superior em comparação ao de outras nacionalidades árabes⁴⁵.

Relembro os números: na FSP foram publicadas 43 reportagens sobre o tema no período estudado, o que abrangeu 34,4% de tudo o que o jornal publicou sobre árabes e muçulmanos. Em OESP encontrei 48 reportagens sobre os palestinos, 28,57% do total geral.

No conflito palestino-israelense, “terrorismo”, “terroristas” e “terror” foram usados habitualmente, sem aspas e sem nenhuma ressalva pelos dois jornais exclusivamente para se referir aos palestinos e suas ações contra Israel. A palavra “guerrilheiro” foi usada para defini-los em apenas uma reportagem da FSP⁴⁶ e em nenhuma de OESP, ao contrário do que ocorreu com os albaneses macedônios e os integrantes do Taleban. O item lexical “extremistas” foi encontrado com maior frequência na FSP e “ativistas”, em OESP, para categorizar os palestinos. Ao contrário do caso dos militantes albaneses, essas duas palavras não estavam em declarações e sim cristalizadas em textos dos dois jornais.

Os exemplos a seguir demonstram a utilização do termo “terrorista(s)” em OESP, em reportagens sobre o conflito no período estudado. Foram encontrados em apenas cinco reportagens. São elas: “EUA não conseguem conter rede de Bin Laden”, publicada dia 11 de março de 2001, na página A-21 do caderno Internacional, tradução

⁴⁵ Os demais países árabes que mais apareceram no noticiário da FSP foram Iraque, Egito e Arábia Saudita, com sete textos cada. Em OESP, foram Arábia Saudita e Egito, com 12 citações cada um.

⁴⁶ Foi no sexto parágrafo do texto “Economia palestina cai 50% com a Intifada”, no dia 14 de março de 2001, página A-12 do caderno Mundo da FSP: *Elas [as fronteiras] haviam sido fechadas anteontem porque Israel disse ter informações de que guerrilheiros palestinos da cidade estariam planejando um ataque a bomba nos arredores de Jerusalém.*

da revista *Newsweek* (exemplo 55); “Aliados criticam 'apoio cego' dos EUA a Israel”, de 1 de abril de 2001, página A-17 de Internacional, com informações da Reuters e EFE (exemplo 56); “Cerco impede acesso a universidade palestina e deixa aldeões isolados”, do dia 13 de março de 2001, página A-15 de Internacional, do Los Angeles Times (exemplo 57); “Bebê é morto por ativistas palestinos em Hebron”, de 27 de março, A-16 de Internacional, das agências Associated Press, Reuters, EFE, DPA e France Presse (exemplo 58); e “Promessa de segurança de Sharon é cobrada”, do dia 29 de março, página A-18 de Internacional, com crédito do jornal NYT (exemplo 59).

55) Nono parágrafo: *Funcionários do governo dos EUA temem que a eleição do linha-dura Ariel Sharon para primeiro-ministro de Israel agrave a ameaça terrorista não só contra israelenses, mas também contra americanos.*

56) Terceiro parágrafo: *“O Oriente Médio está prestes a entrar em uma era extremamente violenta que não poupará ninguém. Agradeçam ao sanguinário terrorista Sharon (primeiro ministro [sic] israelense), que está a frente de uma guerra desigual contra o desarmado povo palestino”, ressaltou em seu editorial o diário Qatar al-Watan.*

57) Quarto parágrafo: *Um porta-voz do Exército disse que o bloqueio visa a evitar que militantes palestinos cumpram sua ameaça de lançar ataques terroristas dentro de Israel e contra as colônias.*

58) Nono parágrafo: *“Exigimos que todo este território seja recapturado e os terroristas varridos. Não há outra solução. A cabeça da víbora deve ser esmagada”, disse Noam Arnon, porta-voz dos colonos judeus de Hebron, comunidade que costuma alinhar-se com a extrema direita israelense na defesa do aumento do uso da força contra o levante palestino.*

59) Sétimo parágrafo: *Numa declaração divulgada em seu escritório na terça-feira à noite, [Ariel] Sharon disse que “a Autoridade Palestina e outros órgãos terroristas exploraram a moderação demonstrada pelo governo” no início de seu mandato.*

Nos exemplos 56, 58 e 59, a palavra “terrorista(s)” é usada por atores interessados no sentido ideológico do termo, a fim de desqualificar seus opositores: um jornal árabe, o governo israelense e representante dos colonos que habitam ilegalmente territórios palestinos. O item lexical está inserido em declarações descritas em discurso direto, entre aspas: o jornal árabe chama o primeiro-ministro de Israel de terrorista (exemplo 56), o porta-voz de colonos judeus chama os opositores palestinos de terroristas (exemplo 58) e o primeiro ministro Sharon chama o governo palestino de órgão terrorista (exemplo 59). Nestes exemplos, é possível perceber como a palavra é

utilizada com viés ideológico nos dois lados do conflito. Porém, os jornais somente seguem o uso do termo conferido pelos israelenses, naturalizando-o. Ou seja, há um alinhamento dos jornais com o discurso dos governos dos Estados Unidos e de Israel, ignorando-se o outro lado. O próprio debate sobre esse uso não foi encontrado em nenhum dos recortes deste trabalho.

Nos exemplos 55 e 57, a palavra “terrorista(s)” foi utilizada pelo próprio jornal. Na verdade, os textos em que elas estão inseridas são traduções da revista americana *Newsweek* e do jornal americano *Los Angeles Times*. Em ambas, encontram-se, respectivamente, os sintagmas “ameaça terrorista” e “ataques terroristas”. Em nenhuma outra ocasião OESP publicou tais sintagmas em relação ao conflito árabe-israelense. Portanto, é possível concluir que estes “empréstimos”, que aqui chamarei de naturalização de discursos hegemônicos, são comuns na imprensa americana e, portanto, surge em OESP somente em traduções diretas e não quando o texto é produzido pela própria redação do jornal, que faz uma espécie de colagem de informações de várias agências internacionais para produzir um texto, prática comum nas editorias de assuntos internacionais dos jornais brasileiros.

Encontrei evidências de que OESP também naturaliza as palavras de outros discursos. Isso ocorreu com a expressão “o terror”. No exemplo 60, abaixo, ela está inserida na declaração do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, que faz eco ao primeiro-ministro israelense. No exemplo 61, também a seguir, “o terror” está naturalizado no texto do próprio jornal.

60)⁴⁷ Último parágrafo: “*Não pode haver negociações diplomáticas enquanto o terror continua [sic].*”

61)⁴⁸ Sexto parágrafo: *Sharon tornou a culpar o presidente da Autoridade Palestina (AP), Yasser Arafat, repetindo que ele não instruiu suas forças a deter o terror.*

Na FSP, o padrão de utilização dos cognatos de “terror” seguem o padrão americano. Mas também demonstra que as palavras são bastante utilizadas nos discursos dos vários atores do conflito. Em “Israelense de 10 meses é morta em

⁴⁷ Trecho do texto “Morte de colono leva Israel a cercar Belém”, de 20 de março de 2001, página A-17 da editoria de Internacional de OESP, sob a assinatura das agências Reuters, AP, EFE, DPA, Ansa e FP.

⁴⁸ Do texto “Atentados palestinos ferem 33 em Jerusalém”, de 28 de março de 2001, página A-13 da editoria de Internacional de OESP, com informações das agências Reuters, AP, EFE e FP.

Hebron”, das agências internacionais, publicado no dia 27 de março de 2001, na página A-12 do Caderno Mundo, “terrorismo” e “terroristas” foram usados somente entre aspas na reprodução de declarações do primeiro-ministro de Israel e de um colono dos Territórios Ocupados Palestinos.

62) Sétimo parágrafo: O premiê israelense, Ariel Sharon, considerou a Autoridade Nacional Palestina, presidida por Iasser Arafat, “responsável pela violência e pelo terrorismo que causou hoje (ontem) o assassinato de um bebê e ferimentos em seu pai”, disse um porta-voz.

63) Décimo terceiro parágrafo: “Exigimos que todo o território seja recapturado e que os terroristas sejam aniquilados. Não há outra solução. A cabeça da serpente deve ser cortada”, disse Noam Arnon, porta-voz dos colonos judeus de Hebron, um dos centros da Intifada _a revolta palestina contra a ocupação israelense de Gaza e Cisjordânia, tomadas por Israel na guerra de 1967.

No texto “Israel ataca palestinos após novo atentado”, assinado como sendo “das agências internacionais”, publicado no dia 29 de março de 2001, na página A-10 do Caderno Mundo da FSP, “terror” e “terrorismo” continuam a surgir entre aspas nas declarações do governo israelense (exemplos 65 e 66 a seguir), mas também nas declarações da Autoridade Nacional Palestina (exemplo 67), que por sua vez usa o termo como uma ação de Estado (Israel). Apesar de os dois lados apresentarem “o terror” como sendo uma ação tanto de Estado como de indivíduos (palestinos), a FSP apóia apenas o segundo sentido, deixando o primeiro sentido somente para as declarações palestinas, assim como pode ser observado nas traduções da *Newsweek* e do *Los Angeles Times* publicados em OESP. O jornal usa o termo “terrorista(s)” apenas para descrever as ações palestinas (exemplos 63, 64, 68 e 69). Para definir as ações israelenses, o jornal usou um eufemismo, “ofensiva” (exemplos 63 e 68), que nos exemplos abaixo estão sempre acompanhados da lembrança de que antes houve um “ataque terrorista” palestino.

64) Primeiro parágrafo: *Após ter sofrido o terceiro atentado em cerca de 24 horas, Israel bombardeou ontem instalações das forças de elite palestinas em Gaza e em Ramallah (Cisjordânia). Foram mortos dois palestinos na ofensiva israelense e, no último ataque terrorista, dois adolescentes judeus.*

65) Segundo parágrafo: *Poucas horas após um terrorista palestino ter matado os dois israelenses, em Newe Yamin (na fronteira entre Cisjordânia e Israel, cerca de 25 km a nordeste de Tel Aviv), helicópteros de Israel dispararam mísseis sobre vários alvos...*

66) Quinto parágrafo: *O Exército de Israel afirmou que "a ação teve como objetivo atingir diretamente os responsáveis pelo terror, já que a Autoridade Nacional Palestina (ANP, presidida por Arafat) tem sido responsável pelo atingimento [sic] de civis inocentes e pela deterioração da situação".*

67) Sexto parágrafo: *Fontes do escritório de Sharon disseram que "a nova política não será de represálias pontuais, mas de uma luta permanente contra o terrorismo", e o gabinete de segurança israelense concedeu poderes especiais ao premiê.*

68) Sétimo parágrafo: *"Isso mostra as reais intenções do atual governo, que se recusa a voltar às negociações e pretende colocar os palestinos de joelhos por meio do terrorismo de Estado", protestou Ahmed Abdel Rahman, assessor de Arafat.*

69) Décimo segundo parágrafo: *Onda de terror*

A ofensiva militar se seguiu a uma série de ataques terroristas em território israelense. Anteontem, 33 foram feridos por atentados em setores judaicos de Jerusalém Oriental.

70) Antepenúltimo parágrafo: *O Hamas distribuiu a agências de notícias um vídeo com declarações do terrorista suicida que morreu anteontem em Jerusalém.*

Apesar de definir as ações palestinas de "terroristas", a FSP deixa de fazer o mesmo para incursões israelenses, como sugeriu o entrevistado no exemplo 68. O uso de "ofensiva" ou "ofensiva militar" não reflete que os alvos do ataque também são civis, daí ser plausivelmente um ato de terrorismo de Estado. Outro problema encontrado foi a descrição de "ofensiva" como uma forma de "retaliação" ao ataque terrorista (exemplo 69). E, se a retaliação foi proposital (como realmente se mostrou), significa ser uma ação de punição coletiva, em que a população palestina teve suas cidades atacadas e casas destruídas. O que é uma clara violação de direitos humanos descrita nas Convenções de Genebra.

Para entender melhor a definição de "terrorista", procurei o Dicionário Houaiss⁴⁹. Segundo ele, "terrorista" é relativo ou partidário do terrorismo. Sobre "terrorismo", o mesmo dicionário afirma⁵⁰:

Substantivo masculino: 1 modo de impor a vontade pelo uso sistemático do terror; 2 emprego sistemático da violência para fins políticos, esp. a prática de atentados e destruições por grupos cujo objetivo é a desorganização da sociedade existente e a tomada do poder; 3 regime de violência instituído por um governo; 4 atitude de intolerância e de intimidação adotada pelos

⁴⁹ Neste trabalho foi utilizada a versão eletrônica do Dicionário Houaiss: <http://houaiss.uol.com.br>.

⁵⁰ Todos os grifos são de minha autoria para dar ênfase aos atos praticados pelo então governo de Israel.

defensores de uma ideologia, sobretudo nos campos literário e artístico, em relação àqueles que não participam de suas convicções Ex.: t. intelectual.

Ambos os lados, tanto israelenses e palestinos, atuam dentro dos parâmetros indicados nos quatro itens anteriores listados pelo dicionário Houaiss e, por isso, poderiam ser igualmente classificados dentro da abrangência do item lexical “terrorismo” e cognatos. Contudo, em ambos os jornais, apenas os palestinos e seus atos são designados de “terroristas”. Somente suas ações também são denominadas de “o terror”, “ataques terroristas”, “ameaça terrorista”. Esses sintagmas são usados para difundir o medo e descolar as ações de uma luta mais ampla, seja ela qual for. Não explicam, confundem. Substituem outras palavras que podem contextualizar melhor o que se passa, como “resistência”.

Além dos dicionários, ou melhor, acima deles, os jornais se pautam pelo que está escrito em seus próprios manuais de redação. E o que dizem os manuais dos dois jornais sobre o assunto? Procurei a definição das palavras “terrorismo”, “terroristas” e “terror” no *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* e não encontrei nenhuma delas (nem guerrilheiro, nem extremista). No *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo* encontrei as seguintes entradas e definições (2001: 100):

Terrorista/guerrilheiro – Use apenas em sentido técnico, evitando a carga ideológica positiva ou negativa.

O termo *terrorista* se refere a indivíduos, organizações e governos quando praticam ações violentas contra alvos civis ainda que não de maneira exclusiva (podem eventualmente atingir alvos militares). Seus objetivos são essencialmente de propaganda, mesmo que mantenham retórica militar. Se não for possível aplicar esses critérios adequadamente, empregue o termo *extremista*, que tem a desvantagem de ser menos preciso. Exemplos: as ações do Unabomber, o ataque com gás sarin ao metrô de Tóquio, o bombardeio de uma fábrica de remédios no Sudão pelos EUA.

Guerrilheiro é o combatente de forças paramilitares engajadas em luta armada para a conquista do poder. Em alguns casos, praticam ações terroristas.

Em caso de dúvida, discuta a aplicação desses termos com os editores.

No caso específico da FSP, portanto, os trechos anteriormente exibidos do *corpus* demonstram que o jornal não obedece às regras contidas em seu próprio

manual. OESP também associa exclusivamente aos palestinos a prática terrorista, mesmo que eles também sejam alvos dela. Como o terrorismo é uma forma condenável de ação, os dois jornais estigmatizam os palestinos ao apontar que apenas eles praticam o “terror”.

As aspas, que sempre estiveram presentes no item lexical “terroristas” no caso macedônio, aqui foram encontradas em menor escala. Em referência às explosões de homens-bomba suicidas, os dois jornais utilizaram a palavra “terrorista” sem aspas. Os ataques israelenses à população civil não foram denominados de atos “terroristas”, nem “terrorismo”, nem “terror”. Apenas um dos lados é qualificado de terrorista quando ambos praticam atos considerados terroristas segundo o dicionário Houaiss e o manual da FSP.

O ombudsman⁵¹ da FSP na ocasião, Marcelo Beraba, abordou esse assunto em sua coluna semanal publicada em 28 de novembro de 2004, intitulada “Terrorismo e equivalentes”. Ele admite que a redação do jornal desobedece aos preceitos do Manual em relação ao uso de “terrorismo” no conflito (BERABA, 2004: A-6):

Fiz uma pesquisa, com a ajuda do Banco de Dados do jornal, nas edições dos últimos três anos e não encontrei nenhuma reportagem em que a Folha associasse os termos terrorismo ou terrorista a qualquer ação do governo ou do Exército de Israel na Palestina ou contra palestinos. É uma orientação, portanto, nova e, até este momento, sem efeito prático.

A nova edição do *Manual da Redação* da FSP havia sido lançada no dia 18 de fevereiro de 2001⁵², menos de um mês antes do período abrangido por este trabalho. Por isso, estas considerações eram novas⁵³ na época estudada – o que não quer dizer que deveriam ser desconhecidas da equipe do jornal. Mas, na época em que o ombudsman escreveu a coluna, em 2004, já haviam se passado três anos. Portanto, não era uma orientação “nova”. No período pós-11 de setembro de 2001, esta questão

⁵¹ Palavra de origem sueca, ombudsman significa “aquele que representa”. Desde 1989, a FSP mantém um jornalista no cargo a fim de “atender os leitores da Folha e encaminhar suas reclamações à Redação” (NOVO MANUAL DA REDAÇÃO, 2001: 114).

⁵² “Folha lança novo ‘Manual da Redação’”, publicado na FSP, na pág. A-6 da editoria Brasil, em 18 de fevereiro de 2001. O crédito do artigo é “do Programa de Qualidade”.

⁵³ Na edição anterior, o verbete era menos completo.

será ainda mais importante e, portanto, voltarei a ela mais uma vez no próximo capítulo.

Se a prática do terrorismo está associada exclusivamente aos palestinos, o direito de contra-atacar também é atribuído exclusivamente ao lado oposto, algo que foi apontado por Edward W. Said (2003a: 122). “Tudo o que Israel fazia transformou-se em retaliação. Tudo o que os palestinos faziam era violência ou terror ou (em geral) ambos.” As ações do governo israelense não são denominadas atos terroristas pelos dois jornais. Em seu lugar, foram utilizados outros itens lexicais para denominar os mesmos atos, como os verbos “retaliar” e “responder” e suas nominalizações “retaliação” e “resposta”. Os exemplos a seguir demonstram a utilização dessas palavras.

Em OESP, a reportagem “Morte de colono leva Israel a cercar Belém”, de 20 de março de 2001, página A-17 do caderno Internacional, sob assinatura de Reuters, AP, EFE, DPA, Ansa e FP, utiliza o verbo “responder” para designar a repressão a palestinos pelo Exército israelense. É importante notar que em nenhum momento o texto lembra que os palestinos lutam por um Estado independente, estão sob ocupação israelense desde 1967 e sofrem diariamente punições coletivas, que violam a Convenção de Genebra⁵⁴.

71) Terceiro parágrafo: *Em resposta ao ataque recente, o Exército israelense restabeleceu o cerco a Belém.*

72) Terceiro parágrafo: *A ação militar faz parte da política de Sharon de responder à violência com restrições à liberdade de movimento dos palestinos onde ocorrem atentados, ao mesmo tempo em que são levantados bloqueios de áreas calmas.*

73) Quarto parágrafo: *Os soldados disseram que responderam a um ataque com pedras, mas, segundo a Associated Press, os repórteres no local não viram nenhuma agressão.*

Em outra reportagem menor de OESP, de apenas 8 centímetros/coluna, “Exército de Israel mata guarda-costas de Arafat”, do dia 22 de março de 2001,

⁵⁴ O artigo 33 da Quarta Convenção de Genebra (1949) afirma: "No protected person may be punished for an offense he or she has not personally committed" e "collective penalties and likewise are all measures of intimidation or of terrorism are prohibited" (<http://www.icrc.org/>).

localizada à página A-20, na coluna Breves da editoria Internacional, o mesmo verbo foi encontrado para justificar ações que não são palestinas.

74) Parágrafo único: *Os militares disseram estar respondendo a disparos de morteiros contra o assentamento judaico de Netzarim.*

O uso do verbo “responder” também foi encontrado em títulos de reportagens de OESP, como em “Israel responde atentados com bombardeios”, de 29 de março de 2001, página A-18 de Internacional. No texto, foi usado o sinônimo:

75) Segundo parágrafo: *Os bombardeios foram uma retaliação contra a intrensificação [sic] dos atentados de extremistas palestinos nos últimos dias em Israel*⁵⁵.

A idéia de atribuir o direito de retaliação a apenas um lado é algo tão incontestado que mesmo quando ela não é adotada por Israel, OESP registrou (exemplo 76 abaixo). Isso ocorreu no dia 27 de março de 2001, página A-16 de Internacional, na reportagem intitulada “Bebê é morto por ativistas palestinos em Hebron”.

76) Quinto parágrafo: *Desde que ele assumiu o poder, no início do mês, o Exército não adotou ações retaliatórias, mas, com a morte do bebê, deve aumentar a pressão no país para que se tomem medidas mais duras.*

77) Sexto parágrafo: *Segundo comentários da imprensa israelense - publicados ontem, antes da morte da criança -, Sharon deu instruções aos militares para que respondam "comedidamente" aos ataques dos grupos armados para não provocar uma escalada de violência durante a cúpula árabe, evitando, assim fortalecer as posições do presidente da AP, Yasser Arafat.*

Mais atentados terroristas ocorrem e, mais uma vez, a “resposta” vem logo em seguida. Em OESP, no dia 29 de março de 2001, na página A-18 de Internacional, a unidade textual “Israel responde a atentados com bombardeios”, a palavra vem no título e na primeira página do jornal. A reportagem descreve um atentado suicida, que causou a morte de dois adolescentes israelenses e a punição coletiva que se seguiu, com o bombardeio da Cisjordânia. Nota-se que a morte de uma criança palestina de nove anos, ganhou apenas o penúltimo parágrafo da reportagem. Na chamada para

⁵⁵ Bombardeios contra seis instalações da Força 17, a guarda especial do presidente da Autoridade Palestina (AP), Yasser Arafat, nas cidades de Gaza e Khan Yunis, na Faixa de Gaza e, em Ramallah, na Cisjordânia.

esta notícia na primeira página, o jornal comenta o atentado e a “retaliação”. A morte do palestino, não.

78) Título da chamada de capa: *Israel responde a atentados com bombardeios*

79) Texto da chamada de capa: *Os bombardeios foram uma retaliação contra a intensificação dos atentados de extremistas palestinos nos últimos dias.*

Na FSP, “retaliação” e “resposta” também são encontrados. Em “Retaliação de Israel parece ser só o começo” publicado em 29 de março de 2001, na página A-10 de Mundo, a nominalização “resposta” é mais uma vez usada para explicar as ações israelenses.

80) Terceiro parágrafo: *Os ataques a Gaza e Cisjordânia ontem, em resposta a três dias seguidos de ações palestinas que comoveram profundamente os israelenses, parecem só uma pequena introdução a uma escalada que deve tornar a vida dos palestinos ainda mais infernal.*

No mesmo jornal, além dos verbos “retaliar” e “responder”, o verbo reagir também é utilizado, mas também somente ao referir-se a ações do exército israelense contra palestinos. O item lexical pode ser encontrado no texto e no título de “Israel reage a ataques com tanques”, publicado em 7 de abril de 2001, na página A-16 de Mundo (das agências internacionais).

81) Lead: *Israel voltou ontem a retaliar ataques palestinos com bombardeios de tanques e helicópteros contra prédios ligados à Autoridade Nacional Palestina (ANP).*

82) Nono parágrafo: *O porta-voz do Exército de Israel afirmou que a estratégia de reagir a ataques com bombardeios não está produzindo grandes avanços.*

Responder, retaliar e reagir sempre pressupõem a ocorrência de uma provocação anterior. Mas a provocação nunca vem do lado israelense. Os palestinos é quem são os provocadores, que somente fazem com que os militares de Israel “respondam” às agressões. A verdadeira causa da revolta palestina, que levou a duas Intifadas, a contínua ocupação militar israelense (que naquele ano completava 34 anos) não é sequer citada. Isso contribui para a descontextualização de uma situação de ocupação, em que a luta palestina pela autodeterminação é reduzida a uma série de “provocações” (ACKERMAN, 2001: 64).

'Palestinian violence' has become almost a mantra of the Middle East press corps. The war seems to feature "violence" from one side and mere "retaliation" from the other: "The renewed Arab violence provoked a new wave of retaliation from Israel" was a typical formulation (Newsweek, 23 October 2000).

A idéia de que os palestinos são o cerne do problema já passou para a percepção dos telespectadores da Grã-Bretanha. Uma pesquisa realizada em 2001 pelo Glasgow University Media Group⁵⁶ demonstrou como o uso de verbos como os acima mencionados, entre outras práticas comuns na cobertura da segunda Intifada⁵⁷ realizada pela TV britânica colaboram para desinformar e confundir os telespectadores. No mês de dezembro de 2001, a pesquisa registrou que os textos de TV retratavam os israelenses "retaliando" ou "respondendo" seis vezes mais vezes do que os palestinos. "This was a period of very intense conflict, including Israeli incursions into Palestinian towns and villages, suicide bombs and other attacks" (PHILO e BERRY, 2004: 223).

A pesquisa, além de avaliar o material veiculado pelos canais de TV, incluiu a realização de entrevistas com 300 telespectadores de 17 a 22 anos. Um deles, de 20 anos, afirmou: "You always think of the Palestinians as being really aggressive because of the stories you hear on the news... I always think the Israelis are fighting back against the bombings that have been done to them". Outro, com a mesma idade, disse: "I wasn't under the impression that Israeli borders had changed or that they had taken land from other people - I thought it was more a Palestinian aggression than it was Israeli aggression" (PHILO e BERRY, 2004: 223).

Associar os itens lexicais "responder" e "retaliar" a apenas um dos lados, faz com que o conflito pareça um desenho animado no estilo gato e rato. Mas, nesse caso, apenas o maior (equipado com armamento, aviões, tanques, helicópteros e com um exército organizado) é perseguido pelo menor (com armas contrabandeadas e combatentes não regulares), segundo o noticiário dos dois jornais. Os verdadeiros meandros que levam grupos a organizarem atentados com suicidas não são expostos.

⁵⁶ A pesquisa se concentrou na análise do noticiário exibido pela BBC e pela ITV News e entrevistou 800 telespectadores. O resultado foi transformado em um livro, *Bad News From Israel* (2004).

⁵⁷ A segunda Intifada, levante palestino contra a ocupação israelense, teve início em setembro de 2000 e ainda não se encerrou. Portanto, coincidiu com os dois recortes deste trabalho.

Por isso, os autores do estudo britânico consideram que o uso desses termos colaboram para a noção de que o conflito se trata de apenas um ciclo de violência interminável. “Such references suggest that one reason for the continuing violence is its self-perpetuating nature – that it is a cycle of ‘tit for tat’ action” (PHILO e BERRY, 2004: 224).

No próximo capítulo, procurarei fazer uma comparação entre o recorte apresentado neste capítulo, anterior a 11 de setembro de 2001, com o posterior a essa data. Pretendo verificar se os mesmos assuntos foram retratados e se os mesmos itens lexicais também foram utilizados pelos dois jornais.

Capítulo IV – Análise do período posterior a 11 de setembro de 2001

4.1 – Dados quantitativos e comparações com o período anterior

No segundo recorte desta pesquisa, as 30 edições analisadas foram publicadas entre 11 de março de 2002 e 9 de abril 2002, período que corresponde a um ano após o analisado no Capítulo III e seis meses após os atentados de 11 de setembro de 2001. A amostra tem como objetivo representar um padrão que se seguiu à cobertura posterior aos atentados a fim de demonstrar possíveis mudanças no tratamento de assuntos estudados no capítulo anterior.

Dos 30 dias de textos pesquisados em OESP encontrei 463 textos que abordaram temas relacionados ao mundo árabe e muçulmano. Portanto, houve um aumento de 175,59% em relação ao recorte anterior, em que encontrei 168 textos. Um dos motivos para este aumento se deu, principalmente, devido à intervenção militar que o governo israelense promoveu neste período pós-11 de setembro de 2001. Foram encontrados 323 textos sobre o conflito palestino-israelense, 275 a mais do que no recorte anterior, ou 41,19 pontos percentuais a mais. O assunto foi o que mais se sobressaiu, representando 69,76% do total de textos publicados em OESP sobre árabes e/ou muçulmanos. O número de chamadas de capa que o jornal dedicou ao assunto também aumentou significativamente. Enquanto no período pré-11 de setembro de 2001 houve 12 chamadas de capa, neste recorte foram encontradas 36, número três vezes maior.

O segundo país dentro do universo árabe e/ou muçulmano em que se registrou maior frequência de citações em textos foi o Afeganistão, com 54 unidades textuais, 42 a mais do que em 2001. Em pontos percentuais, o aumento foi de 4,52. A quantidade de chamadas nas primeiras páginas também foi maior: enquanto no período pré-11 de setembro de 2001 não foi encontrada nenhuma, neste recorte encontrei 5. De tudo que foi publicado sobre árabes e ou muçulmanos em OESP, o Afeganistão representou 11,66%.

Em terceiro lugar veio o Iraque, país que seria invadido pelos Estados Unidos em março de 2003, exatamente um ano após este recorte. Encontrei citações em 44 textos e duas chamadas de capa. No período anterior, o Iraque foi citado em apenas 6 textos de OESP. Portanto, houve um aumento de 38 textos ou 5,93 pontos percentuais no número de matérias sobre o Iraque no recorte de 2002. Dos textos publicados em OESP sobre árabes e ou muçulmanos neste período, o Iraque correspondeu a 9,50% do total.

Os três assuntos⁵⁸ ocuparam a maior parte do espaço dedicado pelo jornal ao tema dessa dissertação. Dos 463 textos neste segundo recorte dedicados a árabes e muçulmanos, apenas 42 não mencionavam nem o Afeganistão, nem o Iraque nem o conflito palestino-israelense. Portanto, 90,92% de tudo que foi publicado sobre árabes e/ou muçulmanos contemplavam esses três assuntos⁵⁹.

No quesito produção, as agências de notícias continuaram a ser fonte primária de informação em OESP. Dos textos analisados, 236 tinham como fonte agências de notícias (50,97% do total). Jornais e revistas norte-americanos e europeus totalizaram 61 textos e os que não informam a fonte, mas são notícias do exterior no caderno Internacional, 8. Somados, agências, veículos impressos estrangeiros e os que não mencionam a fonte, mas são notícias que certamente foram tiradas de agências correspondem a 305, ou 65,87% do total. No recorte anterior, esse número foi de

⁵⁸ Decidi por não listar os mais de 500 títulos de reportagens de cada jornal em tabelas, como fiz no primeiro recorte, por não haver necessidade de seu uso em futuros comentários.

⁵⁹ Devo ressaltar que, em alguns textos, todos os três assuntos foram encontrados, portanto a soma do resultado de cada um dos três assuntos não equivale ao número total de unidades informativas que o jornal dedicou aos temas. O mesmo vale para a FSP.

82,73%. A Reuters continuou sendo a agência mais utilizada, com 152 textos, 32,82% do total. Anteriormente, esse número foi de 48,21%. O NYT também manteve a liderança entre os jornais e revistas mais publicados, com 21 textos (4,53% do total). No período pré-11 de setembro, esse índice foi de 3,54%.

A comparação entre os dois recortes de OESP está mais clara na tabela a seguir. A tabela contém índices percentuais e numéricos. No quesito diferença, comparei o número de textos publicados em cada um dos períodos e a diferença percentual entre eles.

Tabela 2A
Comparação dos resultados de 2001 e 2002 em OESP

	2001		2002		Diferença	
Assunto	Número de textos	% do total	Número de textos	% do total	No número de textos	Na participação no total (pp.)*
Palestina/Israel	48	28,57	323	69,76	+275	+41,19
Macedônia	25	14,88	0	0	-25	-14,88
Afeganistão	12	7,14	54	11,66	+42	+4,52
Iraque	6	3,57	44	9,50	+38	+5,93
Subtotal	91	54,16	421	90,92	330	+36,76
Outros	77	45,83	42	9,07	-35	-36,76
TOTAL	168	100	463	100	+295	+63,71
Enfoque						
Violência	79	47,02	181	39,09	+102	-7,93
Cultura	7	4,16	9	1,94	+2	-2,22
Origem						
Fontes Internacionais	139	82,73	305	65,87	+166	-16,86

* Em pontos percentuais

Na FSP, o número de unidades textuais encontradas foi de 411 – 286 a mais do que o período anterior (aumento de 69,58 pontos percentuais). O aumento do volume de textos foi maior do que o do concorrente e por isso a FSP não ficou muito atrás de OESP no número de textos publicados sobre o tema neste segundo recorte, contabilizando apenas 11,23% a menos de textos do que OESP, que, portanto, publicou 52 unidades textuais a mais.

A hierarquização dos principais assuntos foi igual, assim como ocorreu no primeiro recorte. Os textos relativos ao conflito palestino-israelense também lideraram, totalizando 292 – 249 a mais do que no recorte anterior (aumento de 36,64 pontos percentuais) e apenas 31 a menos do que em OESP (1,28%). Do total de textos publicados na FSP sobre árabes e/ou muçulmanos nesse recorte, o conflito correspondeu a 71,04%%.

O segundo tema mais publicado também foi o Afeganistão, com 41 textos no total, 26 textos a mais do que no recorte anterior (queda de 2,03 pontos percentuais) e 13 a menos do que em OESP. Os 41 textos sobre o Afeganistão corresponderam a 9,97% do total publicado sobre árabes e muçulmanos neste recorte. O Iraque, terceiro lugar em ocorrências neste segundo recorte, contabilizou 23 textos, 16 a mais do que no recorte anterior (diminuição de 0,1 ponto percentual) e 11 a menos do que os publicados em OESP (3,91 pontos percentuais). De tudo que foi publicado sobre os dois grupos a que esse trabalho se dedica no segundo recorte da FSP, o Iraque correspondeu a 5,59%.

Os três temas estiveram presentes em 356 reportagens, totalizando 86,61% de tudo o que foi publicado sobre árabes e/ou muçulmanos no período. No recorte anterior, os três principais assuntos somaram 66,4% do total dedicado aos objetos deste estudo. Mais uma vez, a FSP deu mais ênfase aos três assuntos mais importantes do que OESP. Mas, agora, a diferença foi bem menor, de apenas 4,31% em favor de OESP. No recorte anterior, essa diferença havia sido de 15,31%. Portanto, OESP diversificou menos os assuntos relativos a árabes e/ou muçulmanos em relação ao recorte anterior. Relembrando: enquanto neste recorte os três principais assuntos de OESP somaram 90,92%, no período anterior totalizaram 50,59%.

Na FSP, por sua vez, foram 109 textos assinados pela “redação com agências internacionais” (no recorte anterior o crédito era dado apenas às “agências internacionais”). O jornal continuou a não informar as agências usadas em cada texto, portanto não foi possível avaliar qual a agência mais utilizada. Por outro lado, neste recorte o jornal informou a agência de notícias de onde tirou algumas traduções. A Reuters foi a mais traduzida, totalizando 24 textos, que equivale a 5,83%. Desta vez, o

NYT ultrapassou *The Independent* como o jornal estrangeiro com maior número de créditos, 12 textos, 2,91% do total. Somando-se todos os textos traduzidos por outras agências, jornais e revistas contabilizei 24 textos (5,83%). Outros 67 não mencionavam a fonte, mas como eram notícias internacionais provavelmente vinham de agências. Portanto, o total de textos produzidos a partir de fontes de informação de outros países, principalmente americanos e ingleses, além de espanhóis, italianos e franceses, foi de 236 ou 57,42% do total, número bastante inferior ao anterior, que correspondeu a 78,4%. A queda se deveu ao envio do jornalista Clóvis Rossi para cobrir a invasão israelense da Cisjordânia, assunto que será tratado no item 4.3.

A violência também permaneceu como principal tema abordado pelos jornais em se tratando de árabes e muçulmanos. Em OESP, 181 textos tinham atos de violência como principal foco (tanto contra árabes e muçulmanos como provocados por eles), o que equivale a 39,09% de tudo o que foi publicado a respeito dos dois grupos neste recorte.

Assuntos que abordavam temas culturais, como livros, uma novela (*O Clone*) que retratava um núcleo árabe-muçulmano, achados arqueológicos no Egito, entre outros, foram encontrados apenas em 9 reportagens, ou 1,94% do total. No primeiro recorte, os números foram, respectivamente, 47,02% e 4,16%, denotando uma diminuição tanto no número de temas violentos como culturais nos valores totais. Contudo, ao compararmos os números absolutos, houve um aumento significativo de temas violentos em relação a 2001, que foi de 129,11%.

Na Tabela 3A, a seguir, a comparação entre os dois períodos na FSP fica mais clara. Assim como na Tabela 2A, comparei o número de textos publicados em cada um dos recortes e a diferença percentual entre eles. A tabela posterior, 4A, traz a comparação do segundo recorte entre os dois jornais. Mais uma vez, a tabela traz a diferença entre o número de textos e de pontos percentuais dedicados à cobertura de cada item de ambos.

Tabela 3A
Comparação dos resultados de 2001 e 2002 na FSP

Assunto	2001		2002		Diferença	
	Número de textos	% do total	Número de textos	% do total	No número de textos	Na participação no total (pp.)*
Palestina/Israel	43	34,4	292	71,04	+249	+36,64
Macedônia	25	20	0	0	-25	-20
Afeganistão	15	12	41	9,97	+26	-2,03
Iraque	7	5,6	23	5,59	+16	-0,1
Subtotal	90	72	356	86,61	+266	+14,61
Outros	35	28	55	13,38	+20	-14,62
TOTAL	125	100	411	100	+286	+69,58
Enfoque						
Violência	76	60,8	198	48,17	+122	-12,63
Cultura	8	6,4	8	1,94	=	-4,46
Origem						
Fontes Internacionais	98	78,4	236	57,42	+138	-20,98

* Em pontos percentuais

Tabela 4A
Comparação dos recortes de 2002 de OESP e FSP

Assunto	FSP		OESP		Diferença	
	Número de textos	% do total	Número de textos	% do total	No número de textos	Na participação no total (em pp.)*
Palestina/Israel	292	71,04	323	69,76	+31 (p/ OESP)	+1,28 (p/ FSP)
Afeganistão	41	9,97	54	11,66	+13 (p/ OESP)	+1,69 (p/ OESP)
Iraque	23	5,59	44	9,50	+11 (p/ OESP)	+3,91 (p/ OESP)
Subtotal	356	86,61	421	90,92	+65 (p/ OESP)	+4,31 (p/ OESP)
Outros	55	13,38	42	9,07	+13 (p/ FSP)	+4,31 (p/ FSP)
TOTAL	411	100	463	100	+52 (p/ OESP)	+11,23 (p/ OESP)
Enfoque						
Violência	198	48,17	181	39,09	+17 (p/ FSP)	+ 9,08 (p/ FSP)
Cultura	8	1,94	9	1,94	+1 (p/ OESP)	=
Origem						
Fontes Internacionais	236	57,42	305	70,27	+69 (p/ OESP)	+12,85 (p/ OESP)

* Em pontos percentuais

Assim como em OESP, a FSP também deu bastante ênfase a temas relacionados à violência. Foram publicados neste recorte 198 textos sobre o assunto, equivalente a 48,17% do total. Também houve uma diminuição em relação ao número total pesquisado no recorte anterior, de 12,63 pontos percentuais. Mas houve um aumento absoluto. Neste recorte, a FSP publicou 160,52% mais textos sobre violência do que no período anterior. O número de textos relacionados a assuntos culturais foi o mesmo, 8. Mas como neste recorte o total de textos foi maior, então houve uma diminuição no índice geral. Enquanto no primeiro recorte os textos que remetiam a algum aspecto da cultura de árabes e muçulmanos representaram 6,4% do total, neste segundo recorte eles equivaleram a apenas 1,94% do índice geral de textos publicados.

O aumento do número absoluto de textos relacionados a atos de violência neste recorte se deu por conta da maior invasão militar aos territórios ocupados palestinos desde a guerra de 1967 que ocorreu no período pesquisado. Já a queda dos números em relação ao total de textos no período se deu por que houve um aumento da cobertura de questões sobre relações internacionais e política exterior no conflito palestino e em relação ao Iraque, oscilações do preço do petróleo e movimentações de militares da Otan no Afeganistão. Devo lembrar que no primeiro período, o noticiário colocou árabes e/ou muçulmanos como principais agentes dos conflitos que abrangiam o *corpus*. Os albaneses se insurgiam contra o governo macedônio, os talebans destruíam estátuas e oprimiam mulheres, os palestinos promoviam ataques suicidas.

Naquele momento, a violência era enfatizada. Neste segundo recorte, temos uma inversão dos agentes: os militares americanos atacam o Afeganistão, o exército de Israel invadiu os territórios ocupados palestinos e os governos britânico e americano começam a divulgar a idéia de que o Iraque detém armas de destruição em massa e possui laços com a Al Qaeda. No recorte pós-11 de setembro de 2001, a violência deixa de ser enfatizada por que é provocada por atores governamentais: os governos americano, israelense e britânico. A cobertura desses assuntos dá mais importância a outros elementos do que aos atos de violência propriamente ditos. O impacto dos ataques, portanto, é amenizado. As reportagens abrangem mais a movimentação

militar e as declarações dos governos do que o dia-a-dia daqueles que sofrem com as incursões militares.

Dos três assuntos abordados com maior profundidade no Capítulo III, um deles esteve totalmente ausente do período pós-11 de setembro de 2001 desta pesquisa: o conflito macedônio. A causa da ausência no noticiário de ambos os jornais foi o acordo de paz assinado entre as duas partes no final de 2001 e o conseqüente término das hostilidades. O conflito entre o governo Macedônio e os militantes albaneses durou de janeiro a julho daquele ano. Em 13 de agosto de 2001, ambos assinaram um tratado negociado pela União Européia, Otan e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (COURBAGE, 2003: 430).

O Acordo de Ohrid, como foi chamado, incluiu as principais demandas da minoria étnica como o reconhecimento do albanês como língua oficial da Macedônia e a inclusão do ensino em albanês nas escolas do país. Em troca, os militantes armados se comprometeram a renunciar à violência⁶⁰. Isso corroborou a tese dos albaneses, que afirmavam ser cidadãos de segunda classe. O encerramento do conflito após a aceitação das demandas do ELN é um sinal de que realmente havia preconceito contra a minoria albanesa e muçulmana.

O Iraque, que esteve praticamente escondido no primeiro recorte deste trabalho, apareceu com maior frequência neste segundo período. Explica-se pelo fato de que tanto os governos da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos tinham a intenção de iniciar uma ostensiva campanha de difamação contra o Iraque com o objetivo de obter apoio para a invasão do país, um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Nesse período, tanto britânicos como americanos atacaram o ditador iraquiano Saddam Hussein, o que se refletiu na cobertura da imprensa. As acusações formuladas pelos governos incluíram a fabricação de armas de destruição em massa e o envolvimento com o grupo Al Qaeda.

Ambas as afirmações se mostraram inverídicas menos de dois anos depois. Em 2004, o jornal NYT publicou uma nota em que reconhecia ter errado ao publicar

⁶⁰ A íntegra do acordo pode ser encontrada no endereço eletrônico do Council of Europe: http://www.coe.int/T/E/Legal_affairs/Legal_cooperation/Police_and_internal_security/OHRID%20Agreement%2013august2001.asp.

informações sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque sem confirmá-las. Segundo Paula Fontenelle (2004: 79), o NYT “reconheceu que deu destaque especial às afirmações negativas sobre o Iraque”. Outros jornais seguiram a mesma linha de cobertura, incluindo os brasileiros, mas não o pedido de desculpas. Quanto à acusação do envolvimento do governo de Hussein com a Al Qaeda, um relatório do Pentágono, divulgado em 6 de abril de 2007⁶¹, negou a existência dele.

No recorte estudado, as acusações ainda eram esporádicas. Por isso, acredito que uma análise sobre a representação dos iraquianos na mídia sobre esse assunto específico necessita de um período de abrangência maior do que o que este trabalho se propõe.

O Afeganistão, por sua vez, esteve presente no noticiário do período pós-11 de setembro. No dia 3 de outubro de 2001, os Estados Unidos iniciaram bombardeios aéreos contra supostas posições do Taleban e da Al Qaeda, enquanto a Aliança do Norte, aliada dos EUA, investiu contra seus opositores por terra. Durante o recorte estudado, o exército americano já havia vencido o grupo e ainda fazia investidas militares em várias localidades do território afegão à procura do mentor dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, o líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden.

Diferentemente do período pré-11 de setembro de 2001, a questão da opressão feminina não foi encontrada neste recorte. Em nenhuma das reportagens publicadas nesse segundo período, a situação feminina após a queda do Taleban foi abordada, ao contrário do que ocorreu no recorte precedente. A partir disso, é plausível supor que, assim como no caso macedônio, os problemas denunciados anteriormente tenham sido solucionados.

A ocupação americana provocou mudanças, mas episódios de violência contra as mulheres continuaram a ocorrer regularmente. Segundo o relatório da Human Rights Watch (2004: 12), relativo a 2003, um ano após o nosso recorte, houve uma melhora significativa na vida das mulheres afegãs. A queda do Taleban, contudo, não mudou a necessidade do uso da burca, bastante mencionada no recorte anterior.

⁶¹ A informação foi publicada em 7 de abril de 2007 nos jornais OESP (“Relatório derruba argumento da guerra”), na pág. A-10 de Internacional, e FSP (“Cheney insiste em ligação entre Saddam e Al Qaeda”), na pág. A-8 de Mundo.

Men and women told Human Rights Watch that women and older girls could not go out alone and that when they did go out they had to wear a burqa for fear of harassment or violence, regardless of whether they would otherwise choose to wear it. And in Jalalabad and Laghman, certain government officials have threatened to beat or kill women who do not wear it.

Apesar de a violência estrutural contra a mulher continuar mesmo após a intervenção americana (AYOTTE e HUSAIN, 2005: 126), o assunto deixou de ser abordado pela imprensa neste recorte. As palavras ligadas à opressão e os clichês encontrados no primeiro período, antes da ofensiva da Aliança do Norte e dos bombardeios norte-americanos em outubro de 2001, não foram mais encontradas. No entanto, a burca ainda pôde ser vista em fotos. No dia 23 de março de 2002, um texto-legenda foi publicado na capa da FSP, medindo 54 centímetros/coluna. Nele, cinco mulheres caminham em um cemitério. Abaixo, o texto:

DEPOIS DA GUERRA – Mulheres vestidas com a burqa [sic] caminham por um cemitério da capital do Afeganistão, Cabul; os afegãos tradicionalmente celebram o Ano Novo, cujas comemorações acontecem agora, em visitas aos seus parentes mortos.

A repetição do fato de que mulheres afegãs eram oprimidas por seus conterrâneos na imprensa – no Brasil principalmente pela FSP – fez com que a idéia de intervenção fosse vista como positiva e até necessária no período pré-11 de setembro. Estranhamente, o assunto desapareceu tanto no discurso do governo americano assim como no dos jornais após a invasão ao Afeganistão. Virou apenas uma bela ilustração. Os discursos americanos que associavam a opressão de gênero com práticas como o uso da burca enquanto colocavam toda a responsabilidade nas ações do Taleban e da al Qaeda maquiaram o papel das políticas americanas em “perpetuating the insecurity of structural violence against women in Afghanistan” (AYOTTE e HUSAIN, 2005: 126).

A nova guerra que se travou no Afeganistão após 11 de setembro provocou um novo tipo de violência contra as afegãs, o bombardeio aéreo. Os jornais estudados não publicaram estimativas de quantos afegãos morreram após o início da ofensiva dos Estados Unidos. Apenas uma notícia a esse respeito foi publicada durante este recorte. Foi um texto-legenda, cuja foto era de soldados americanos descendo de um helicóptero. O título dessa unidade textual é “EUA admitem ter matado mulheres e

crianças”, publicada em 13 de março de 2002, na página A-11 do Caderno Mundo da FSP. O texto informa que “[...] ontem os EUA admitiram que 14 pessoas, incluindo mulheres e crianças, morreram em disparos contra um veículo no Afeganistão semana passada”. A informação não foi publicada em OESP.

Os ataques e mortes provocadas pela ofensiva de tropas dos Estados Unidos não receberam destaque dos dois jornais. Por outro lado, nesse segundo recorte, atos bárbaros cometidos por afegãos contra afegãos continuam a aparecer. Em uma reportagem traduzida do jornal americano NYT, a ação é perpetrada por um afegão contra crianças. Um exemplo é “Pai afegão vende filhos para comprar comida”, publicada em FSP no dia 17 de março de 2002, na página A-28 em Mundo:

Assombrado pela necessidade e pela fome, Akhtar Muhammad primeiro vendeu alguns de seus animais. Aí, enquanto os meses iam passando, trocou os tapetes da família, os utensílios de metal e até mesmo as toras de madeira que sustentavam o teto da cabana que o abriga com a larga prole.

Mas o dinheiro não dava. A fome sempre reaparecia. Finalmente, seis semanas atrás, Muhammad fez algo que se tornou infelizmente digno de nota no país. Ele levou 2 de seus 10 filhos para o bazar da cidade mais próxima e os trocou por sacos de trigo.

Agora, os garotos Sher, 10, e Baz, 5, estão longe de suas casas. “O que mais eu poderia fazer?”, pergunta o pai em Kangori, uma remota vila do norte do Afeganistão. Ele não quer parecer indiferente: “Sinto falta de meus filhos, mas não havia nada para comer”.

A tragédia descrita, a venda de dois meninos pelo próprio pai, não é ligada nem ao Taleban (que estava acuado após a invasão americana) nem à religião. Desta vez, surge uma informação que até então havia sido omitida em todas as reportagens do recorte anterior: o país sofria com um desastre natural há pelo menos quatro anos.

O Afeganistão, berço de tragédias, está agora em seu quarto ano de seca –e, com ela, a fome.

Para evitar a fome, as pessoas vendem tudo, comem a ração dos animais, viram pedintes.

Quando os bombardeios americanos começaram também a jogar comida, os grupos de auxílio humanitário estavam preocupados com a disseminação da fome. Era outono. Agora, quando termina o inverno, a fome não se mostra tão letal.

“Numa situação como essa, há sempre gente morrendo, mas fazemos o máximo para minimizar a perda de vidas”, diz Alejandro Chicheri, porta-voz do PAM (Programa de Alimentação Mundial) da ONU. “Se há fome hoje, ela aparece apenas em pequenos bolsões”, diz.

A estiagem no Afeganistão, que entrava em seu quarto ano consecutivo, não foi sequer comentada no recorte anterior. Naquele período, todos os problemas eram causados somente pelo Taleban e o Islã. Neste momento, em que a vitória contra o Taleban era divulgada, nem o grupo nem a religião poderiam mais ser culpados pelos problemas do Afeganistão. A seca, neste texto, substituiu-os sob medida como a origem dos problemas. O caso do pai que vendeu os filhos, por outro lado, é colocado como uma exceção e não uma regra agora que o Afeganistão está sob controle de um país ocidental.

Ao mesmo tempo, o texto se esforça em demonstrar que o país está melhorando graças à intervenção dos EUA. O A reportagem do NYT demonstra que até os bombardeios americanos são bons para o Afeganistão, por que jogam comida dos céus para a população. A justificativa da invasão está no serviço humanitário, levado à população que tem de vender seus filhos para conseguir um saco de farinha. A tese de que o Oriente necessita da intervenção ocidental é reafirmada pelo jornal dos EUA e reproduzida pelos jornais paulistanos sem nenhuma abordagem crítica.

Neste segundo recorte, a maior parte das reportagens sobre o Afeganistão se referiu ao movimento dos militares americanos e às intervenções humanitárias realizadas pela ONU e Otan. Os problemas apontados anteriormente, como a vestimenta das mulheres, não foram abordados. As reportagens, especialmente as traduzidas de jornais americanos, esqueceram os problemas anteriores como a opressão contra elas. Prevaleceu a necessidade de justificar a intervenção dos EUA, enquanto Osama Bin Laden, procurado por sua participação nos atentados de 11 de setembro, não era encontrado.

Neste segundo recorte, a cobertura deu maior ênfase ao conflito palestino-israelense. Farei um breve relato dos acontecimentos abordados nos dois jornais, com base na leitura das reportagens. Durante o recorte, houve sete atentados suicidas de palestinos contra israelenses e uma operação militar foi desencadeada pelo governo israelense contra os territórios palestinos ocupados por Israel. Esta foi a maior intervenção militar israelense, segundo ambos os jornais, desde a Guerra dos Seis Dias ou, como é conhecida pelos palestinos, desde a Guerra de Junho, travada em

1967. O exército israelense destruiu a sede da Autoridade Palestina, governo implantado após os Acordos de Oslo e, portanto, reconhecido por Israel. Sitiou o presidente palestino eleito democraticamente, Yasser Arafat, por 54 dias, de 10 de março a 3 de maio de 2002 (a retirada do cerco ocorreu, portanto, em data posterior a este recorte). Somente na cidade de Jenin, morreram 53 civis palestinos e 23 soldados israelenses.

Um episódio marcante do período foi o cerco à Igreja da Natividade, em Belém. O templo, que marca o local onde segundo a tradição cristã Jesus Cristo⁶² nasceu, foi invadido por militantes palestinos em fuga. Lá também estavam religiosos, que se recusaram a sair. O impasse se deu porque os invasores palestinos não queriam se entregar. Os militares de Israel, por sua vez, se negavam a liberá-los. O exército manteve o sítio até 11 de maio de 2002, quando completou 38 dias. Dos militantes palestinos, 13 foram exilados em Chipre e 26 foram enviados para a Faixa de Gaza⁶³.

4.2 – A Questão Palestina na Imprensa

Antes de entrar na análise propriamente dita dos termos mais encontrados durante este segundo período, apresentarei alguns estudos sobre a evolução da imagem dos palestinos em veículos norte-americanos. Como visto anteriormente, agências de notícias, jornais e revistas americanas são as fontes primárias de onde são retiradas as notícias publicadas em ambos os jornais pesquisados, além de veículos ingleses. O conhecimento dos retratos elaborados pelos veículos midiáticos

⁶² Os muçulmanos consideram Jesus um importante profeta e também cultuam sua mãe, Maria. Portanto, o local é sagrado tanto para cristãos como para muçulmanos. Entre a população palestina, há tanto cristãos como muçulmanos.

⁶³ A Faixa de Gaza não tem comunicação contígua por terra com a Cisjordânia, onde se localiza Belém. Para ir de um lugar a outro, é necessário passar por território israelense, o que exige permissão do governo daquele país. Portanto, aqueles que foram enviados para lá foram “exilados” da Cisjordânia.

dos EUA pode contribuir para o conhecimento de elementos que estejam influenciando a imprensa brasileira.

Um dos mais interessantes trabalhos é de R. S. Zaharna (1997). O autor produziu um estudo sobre as várias faces com que os líderes palestinos foram apresentados na revista americana *Time*. Ele também traçou a imagem do povo palestino desde a década de 40, principalmente após a fundação do Estado de Israel, em 1948, até setembro de 1993, data em que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o governo israelense assinaram os Acordos de Oslo. Essa abordagem será apresentada a seguir.

No primeiro período, pós 1948, o pesquisador constatou que a revista *Time* deixou de usar o termo “Palestinian”, utilizado até então para todos os moradores do que era considerado pertencente ao Mandato Britânico. Em seu lugar, a revista passou a utilizar “Palestine’s Arabs”, “Palestinian Arabs”, “Arab inhabitants of Palestine” ou “Arabs of Palestine” (ZAHARNA, 1997: 38).

Paradoxically, the first significant trend that emerged was the disappearance of the Palestinians and Palestine from the American coverage. In many ways, the birth of Israel in May 1948, not only erased Palestine from the map, but the national identity of the Palestinians as well.

A tendência continuou nos anos 50 e 60. A diferença, contudo, passou a ser a introdução das nacionalidades jordaniana e israelense nos textos que se referiam aos refugiados que se instalaram na Transjordânia, atual Cisjordânia, e àqueles que ficaram em Israel. A designação variou de “Jordanians” e “Non-Jordan Arabs” a “Israeli Arabs” e “Palestinian Arabs”.

A ausência do uso apenas do vocábulo “palestinos” na revista ocorreu, ainda segundo Zaharna, por fatores como a relação especial existente entre os Estados Unidos e Israel, a absorção dos palestinos sob o rótulo “árabe” e a falta de liderança e de porta-vozes entre os refugiados palestinos.

A relação entre a comunidade judaica e funcionários de alto escalão do governo norte-americano teria influenciado, desde o princípio, a cobertura do assunto na imprensa americana de muitas formas. A primeira delas foi a transformação do conflito

estrangeiro em um assunto interno. Na *Time*, as reportagens sobre o tema passaram a ser inseridas na editoria “National” e não apenas na “International”. A segunda modificação assinalada é a de que essa relação especial teria colaborado para o apagamento do lado palestino nas reportagens dedicadas ao assunto. As fontes de informação raramente eram palestinas (ZAHARNA, 1997:39).

When the shift from international to national occurred, rather than securing quotes primarily from the two parties -- the Palestinians and the Israelis -- the media quoted extensively from American politicians and Israelis. Because American officials were more supportive of Israeli views, this practice served to reinforce the Israeli perspective and negate the Palestinian message. Indeed, quotes that explain the Palestinians perspective are all but absent in the early reporting. Not until the 1970's, in a effort to understand the Palestinian guerrillas, do quotes by Palestinians occur with some frequency.

O uso do rótulo “árabe” como referência aos habitantes nativos da Palestina sob Mandado Britânico nas reportagens reforçou a idéia de que seria um conflito étnico com viés religioso. De um lado eram designados os “árabes da Palestina” e de outro os “judeus da Palestina”. Até meados da década de 40, todos que viviam na região eram chamados de palestinos, qualquer que fosse sua religião ou etnia. Ao chamar os habitantes da Palestina de árabes, a revista e outros meios de imprensa “produced a perception of the conflict as one country, Israel, against the Arab masses”. E, ao mesmo tempo, estabeleceu uma imagem dual: de um lado a de agressor – exércitos “árabes” – e de outro a de vítima – refugiados “árabes” (*op. cit.*: 40).

A própria imagem de refugiados sem líderes e sem vozes que falassem por eles é outro fator que teria contribuído para o desaparecimento dos palestinos, como tais, na cobertura da imprensa, segundo Zaharna. A cobertura das reivindicações e anseios palestinos foi prejudicada nas primeiras décadas pela falta de porta-vozes que contassem a história de famílias deslocadas de suas casas e alojadas em campos de refugiados. “One of the great tragedies of the 1948 period was not simply the displacement of the Palestinians from their homeland but that their story was not told” (*op. cit.*: 39). A história não foi contada por seus habitantes, nem relatada pela revista *Time*.

Para Kathleen Christison (1997), o desaparecimento de cena dos palestinos como atores no jogo da política externa – e da imprensa – ocorreu por que eles não apresentaram atributos de nação, ao contrário de Israel que se posicionou como um Estado recém-independente. Não havia oficiais que falassem pelos palestinos e as organizações palestinas ainda eram incipientes (CHRISTISON, 1997: 57).

If policy-makers in this era quickly forgot them as a political factor, policy-makers for decades into the future rarely knew them to have been a political factor and thus never thought to learn their story, the reason for their grievances, or their perspective on the issue.

Entre 1950 e 1967, de acordo com a pesquisa de Zaharna, prevaleceu uma imagem fragmentada dos palestinos. Ao mesmo tempo em que eram apresentados pela *Time* como um povo inábil – pelos problemas de autogerenciamento nos campos de refugiados – e sem liderança, o que não conferia a imagem de ameaça, também eram considerados parte do enorme contingente “árabe”, uma ameaça perceptível. Enquanto os refugiados ganhavam simpatia, as lideranças árabes eram vistas como uma ameaça para Israel. “This conflicting image of the Arab as both victim and aggressor would become a split image for the Palestinians” (ZAHARNA, 1997: 42).

A guerra de 1967 marcou uma nova fase na cobertura da questão palestina. De acordo com Zaharna, a derrota dos exércitos árabes provocou maior desconfiança dos próprios palestinos e fez com que eles buscassem promover sua própria identidade. “Ironically, it was in trying to counter their invisible victim image of refugee that the Palestinians created a highly visible – yet primarily negative – image of the Palestinian ‘terrorist’” (*op. cit.*: 42). Durante a década de 70, além de testemunhar o aumento do número de refugiados, o mundo viu o surgimento de uma imagem oposta, a do terrorista. O vocábulo “palestino” passou a ser visto como sinônimo de “terrorista”, “seqüestrador de aviões” e “guerrilheiro”. O termo *fedayeen*, que significa em árabe “combatente pela liberdade”, também foi usado, mas raramente traduzido nos textos (*op. cit.*: 42).

Essa imagem cindida do povo e de seus líderes – refugiados de um lado, terroristas de outro – continuou durante a década de 80. A invasão do Líbano e os massacres nos campos palestinos de Sabra e Chatila em 1982 reforçaram a imagem

de refugiados desamparados. Por outro lado, o estereótipo de terroristas também continuou após a expulsão da Organização pela Libertação da Palestina de Beirute, rotulada como uma “organização terrorista” (*op. cit.*:42).

O desaparecimento dos palestinos na mídia americana continuou até meados da década de 80, período em que ainda não eram vistos como povo pela opinião pública do Estados Unidos. Michael Suleiman (1984) acredita, assim como Zaharna, que o uso de “refugiados árabes” pelos veículos impressos e TVs fez com que eles se transformassem em uma massa amorfa. Com a utilização deles foram excluídas idéias mais complexas e mapas assim como a luta palestina pela sua autodeterminação.

Suleiman afirma que, por outro lado, a imprensa enfatizou a representação dos palestinos como guerrilheiros associados à violência e ao terrorismo, que irracionalmente se recusam a viver em paz com Israel (SULEIMAN, 1984: 106). Este estereótipo negativo desumanizou-os e contribuiu para uma deslegitimação de suas aspirações.

Com o início da primeira Intifada, em 1987, a imagem dos palestinos como povo e a de seus líderes começou a convergir. Pela primeira vez, se tornou claro que o conflito “árabe-israelense” era fundamentalmente uma questão sobre palestinos e israelenses. Os palestinos ganharam maior visibilidade como povo com a cobertura do levante, que os mostrou como vítimas mal armadas que se defendiam com pedras de seus bem armados oponentes, como afirmou a própria revista *Time*, na edição de 20 de junho de 1988.

Parte da mudança no tratamento dado aos palestinos também se deveu ao fato de que o exército de Israel infringiu um tratamento áspero aos meios de comunicação que realizavam a cobertura dos eventos relacionados a Intifada. Israel tomou medidas severas para restringir o acesso aos territórios ocupados palestinos e, portanto, à versão deles dos fatos (ZAHARNA, 1997: 44). Mesmo assim, eles foram mais ouvidos. Tanto os líderes como o povo palestino ganharam mais visibilidade. Foram humanizados e ganharam valores positivos com a publicação de suas versões e histórias. Com isso, a comunidade internacional se mostrou mais simpática à autodeterminação palestina (*op. cit.*: 44).

Segundo Suleiman (1984), três forças têm formatado, com a ajuda da mídia e de especialistas, a imagem que os americanos têm dos palestinos nas últimas quatro décadas. A primeira delas é de cunho religioso. Grupos fundamentalistas cristãos estariam propagando a idéia de que o retorno dos judeus à Palestina precederia a volta de Jesus Cristo. A segunda é a teoria abraçada pelo setor de política externa do governo dos EUA de que Israel é um aliado estratégico no Oriente Médio e, por consequência, os palestinos devem ser combatidos. Por último, a insistência de que a questão palestina se trataria apenas de um problema de refugiados – idéia que teria mudado após a emergência dos movimentos nacionalistas na década de 60. “These factors produced a negative image of the Palestinian/Arab news reports and scholarship, as well as in ‘American popular culture’” (SULEIMAN, 1984; 107).

No recorte exposto no Capítulo III, demonstrei que a idéia de que a violência parte somente do lado palestino foi predominante. Naquele recorte, “terrorismo” e cognatos foram aplicados exclusivamente para o lado palestino. Além disso, as forças de ocupação apenas “respondiam” a esses ataques. Ou seja, atacavam a população palestina com armamento pesado e fechavam as fronteiras, punição coletiva que serviu mais como retórica de que o governo estava fazendo algo do que como meio efetivo de barrar qualquer atentado. O período retratava a retomada do levante contra a ocupação militar israelense, a segunda Intifada, que teve início em setembro de 2000. Os líderes foram culpados pela retomada da violência e palavras como terroristas e extremistas foram utilizadas tanto para os líderes como para o povo. Eram eles os responsáveis pela origem em si do conflito. Ou seja, o ciclo de violência partia deles sem que as causas de sua revolta ficassem claras.

No período pós-11 de setembro de 2001 observei que as mesmas concepções estavam presentes nos jornais pesquisados. Este segundo recorte demonstra que houve uma relação entre a formulação de “guerra ao terror” propalada pelo governo dos EUA e o aumento da repressão israelense. Naquele período, 2002, era ainda mais fácil justificar ações contra os palestinos (CHOMSKY, 2002: 22).

As atrocidades cometidas em 11 de setembro tiveram um efeito devastador sobre a causa palestina, como eles próprios reconheceram. Israel está

escancaradamente exultante com a oportunidade que se apresentou, já que agora pode esmagar os palestinos com total impunidade.

Isso ocorreu graças ao eufemismo criado pelo governo norte-americano para justificar qualquer atitude contra seus inimigos (e dos inimigos de seus amigos), como bombardeios e, mais tarde, suspensão de direitos individuais. O governo israelense se aproveitou disso e criou sua própria “guerra contra o terrorismo”, segundo o historiador britânico de origem iraquiana Avi Shlaim (2002). “Ever the opportunist, Sharon [*então primeiro-ministro de Israel*] was quick to jump on the bandwagon of America's 'war against terror' in the aftermath of 11 September”, comentou, em artigo publicado no jornal britânico *The Observer* em 14 abril de 2002, sobre os acontecimentos relativos ao período deste recorte. Ambos os governos utilizaram a idéia abstrata de que o inimigo era “o terror”. Quem quer que o praticasse, deveria ser eliminado (como já discutimos anteriormente, a idéia de terror é bastante inexata e, por isso, largamente empregada por governos).

O que chamou minha atenção, contudo, não foi o fato de governos terem utilizado termos e idéias para justificar a repressão. Foi a adesão dos meios de imprensa a essas concepções. Como Noam Chomsky (2002: 32) lembra, a grande imprensa tende a “alinhar-se em apoio ao poder num momento de crise e tentar mobilizar a população para esta causa”. E foi o que ocorreu após 11 de setembro de 2001 nos meios de imprensa dos Estados Unidos. Eles se mostraram menos críticos e resistentes à retórica do governo dos EUA, como afirma um jornalista do *The Daily Mirror* britânico, Tom Newton Dunn. “Acho que vários jornais americanos são conservadores. Eles não questionam as coisas; aceitam as versões oficiais; defendem como corretas decisões do governo e dos militares, sem senso crítico” (DUNN *apud* FONTENELLE, 2004, pp. 79 e 80). Boehlert (2006) usa uma metáfora para descrever como os veículos de imprensa norte-americanos agiram no pós-11 de setembro de 2001. Segundo ele, naquele período a imprensa agiu mais como um megafone do que como um filtro da administração Bush.

A escassez de senso crítico após 11 de setembro de 2001 foi admitida pelo jornal NYT, dois anos depois, em relação ao Iraque (como mencionei anteriormente). Em

uma extensa nota publicada em 26 de maio de 2004 (THE NEW YORK TIMES, 2004), a direção do periódico afirma que errou ao não apurar com rigor a informação divulgada pelo governo americano de que havia provas da existência de armas de destruição em massa naquele país:

In some cases, information that was controversial then, and seems questionable now, was insufficiently qualified or allowed to stand unchallenged. Looking back, we wish we had been more aggressive in re-examining the claims as new evidence emerged — or failed to emerge”.

O jornal se referia especificamente às informações publicadas à respeito da existência de armas de destruição em massa no Iraque. O *mea culpa*, contudo, não se estendeu a outros assuntos relacionados a árabes e muçulmanos. O viés antipalestino, apontado por pesquisas como de Zelizer *et al.* (2002), ainda não mereceu uma revisão das práticas do jornal.

4.3 – Os árabes da Palestina pós-11 de setembro de 2001

O sintoma de um viés antipalestino neste recorte ficou claro em duas reportagens escritas pelo correspondente do jornal FSP em Londres. Ambas foram publicadas em uma mesma página no dia 17 de março de 2002. Ambas tratavam de desemprego. O texto que abre a página A-22 da editoria de Mundo é, pelo tamanho e pelo destaque que recebeu ao ser colocado como o primeiro da página, considerado o mais importante. Seu título é “Onda de desemprego também assusta Israel”. A reportagem, de 77 centímetros/coluna, traz a informação de que o desemprego ultrapassou 10,2% no país.

1) *Lead: A histórica escalada de violência no Oriente Médio não é a única má notícia para os israelenses: no final do mês passado, o Escritório Central de Estatísticas divulgou números recordes de desemprego no país.*

Logo abaixo, com apenas 26 centímetros/coluna, surge uma sub-retranca sob o título “Metade dos palestinos não tem emprego”. O texto revela que:

2) Lead: *Segundo os últimos números oficiais do Conselho Econômico Palestino para o Desenvolvimento e Reconstrução (Pecdar, sigla em inglês), de setembro passado, o desemprego atingia então 51% da população – 333 mil pessoas perderam seus empregos no primeiro ano do conflito [Intifada].*

Portanto, é mais importante para a FSP a informação de que um em cada dez israelenses está desempregado do que um em cada dois palestinos. Aqui, a hierarquia é inversa ao critério jornalístico de que a notícia mais impactante é a que recebe mais destaque e mais espaço. Venceu a de que a notícia mais nova (desemprego em Israel) merecia mais destaque do que a mais sensacional (o desemprego palestino). Mas devo lembrar que ambas são notícias “velhas” para um jornal que sai diariamente (uma é do mês anterior e a outra de seis meses antes).

Além disso, enquanto os israelenses têm duas más notícias, o recrudescimento da Intifada e o desemprego, os palestinos – que vivem sob ocupação desde 1967 e não contam com um Estado próprio – só têm uma, o desemprego. Em ambas as reportagens, a Intifada é o principal motivo da falta de emprego dos trabalhadores de ambos os lados. A ocupação militar não é citada nem como causa nem como agravante do problema. A palavra só é usada para explicar o que é Intifada “levante contra a ocupação israelense”.

Para Greg Philo (2002), um dos responsáveis pelo estudo do Glasgow University Media Group mencionado no capítulo anterior, a falta de contextualização da ocupação israelense em territórios palestinos nos canais de TV britânicos é comum e recorrente. Esse fato provoca ruídos na percepção da audiência. O núcleo de mídia da universidade escocesa chegou a essa conclusão após entrevistar 300 jovens de 17 a 22 anos. As entrevistas foram realizadas após a exibição de noticiário relativo ao Oriente Médio. Entre os pesquisados, 71% não tinham conhecimento de que eram os israelenses que ocupavam territórios palestinos. Apenas 9% afirmaram saber disso, enquanto 11%, acreditavam que os palestinos são os responsáveis pela ocupação ilegal de terras israelenses (PHILO, 2002).

No caso da mídia americana, não é apenas o verdadeiro significado de “ocupação” que anda cada vez mais ausente do noticiário. A palavra propriamente dita também. Segundo Seth Ackerman (2001), o item lexical “ocupação” é quase um tabu para os repórteres dos EUA. E mesmo o sintagma nominal “territórios ocupados” estaria em extinção. O autor realizou uma comparação entre o jornal britânico *Independent* e o americano NYT. Enquanto a ocupação israelense é mencionada em quase dois terços das reportagens do primeiro, ela é omitida em mais de dois terços das histórias publicadas no segundo (ACKERMAN, 2001: 62). O mesmo estaria ocorrendo nos noticiários das principais redes de TV dos EUA.

Outro exemplo dado pelo autor é especialmente interessante para este estudo, pois se refere a AP, uma das agências internacionais de notícias mais usadas pelos dois jornais analisados. Nos despachos da AP, “territórios ocupados”, uma importante expressão para o entendimento do conflito palestino-israelense, também está em vias de extinção (*op. cit.*: 63).

In the early 1990's “occupied territories” showed up in hundreds of Associated Press (AP) articles each year – 699 in 1992 e 731 in 1993. Nearly a third of all articles mentioning Palestinians used the term. By the end of the decade, the number of appearances had dwindled to a few dozen. During the first eleven months of 2000, barely 1 percent of such articles mentioned the dreaded phrase.

Nos textos analisados neste recorte, o sintagma nominal “territórios ocupados” foi encontrado com frequência, assim como no período anterior. O que faltou em ambos os períodos foi a contextualização de que fala Philo. Selecionei alguns exemplos do que foi publicado no noticiário das editorias de Mundo da FSP e de Internacional de OESP – cadernos em que o assunto é mais freqüente – no período estudado. No recorte anterior, a aplicação foi muito semelhante. Portanto considere importante apresentar apenas este período de “crise”, e cuja cobertura foi mais extensa e apresentou facetas mais diversificadas.

Os textos são: “Israel acha explosivo em ambulância”, publicado em 28 de março de 2002, página A-14, da Redação com agências internacionais (exemplo 3); “Liga Árabe impede discurso de Arafat”, do mesmo dia e página, free-lance para a Folha em

Beirute (exemplo 4); “Suicida mata 16 na Páscoa judaica em Israel”, também do dia 28 de março de 2002, página A-13, da Redação com agências internacionais (exemplo 5); “Líderes europeus protestam contra Sharon”, do dia 1 de abril de 2002, página A-8, da Redação com agências internacionais (exemplos 6 e 7):

3) Sétimo parágrafo: *Os palestinos acusam Israel de prejudicar o atendimento médico nos territórios ocupados, retardando a chegada dos médicos com vistorias nos postos de controle nas estradas e até mesmo disparando contra motoristas de ambulância – quatro deles morreram em serviço este mês, de acordo com fontes palestinas.*

4) Sexto parágrafo: *No discurso mais esperado, o príncipe Abdullah, herdeiro do trono da Arábia Saudita, pediu para a Liga Árabe aprovar seu plano que prevê a normalização das relações com Israel, em troca da retirada total dos territórios ocupados na guerra árabe-israelense de 1967, do reconhecimento do Estado palestino, com Jerusalém Oriental como capital, e do direito de retorno dos refugiados palestinos.*

5) Último parágrafo: *O conflito sofreu uma escalada no último mês, com os palestinos aumentando a frequência [sic] de suas ações armadas e Israel respondendo com a maior ofensiva militar nos territórios ocupados desde a sua ocupação, em 1967.*

6) Décimo parágrafo: *Grande parte da população jordaniana é formada por palestinos que fugiram ou foram expulsos de Israel ou dos territórios ocupados durante as guerras de 1948 (independência de Israel) e 1967.*

7) Décimo primeiro parágrafo: *O governo jordaniano manifestou-se a favor do envio de uma força internacional de paz para os territórios ocupados. A Jordânia assinou um acordo de paz com Israel em 1994, tornando-se um dos únicos países árabes, ao lado de Egito e Mauritânia, a ter relações normais com o Estado judeu.*

No exemplo 3, a Cisjordânia foi citada no mesmo texto, mas não é identificada como sendo um território ocupado⁶⁴. E, nem quando “territórios ocupados” são mencionados o texto esclarece quem são os ocupantes. No exemplo 4, o texto cita corretamente que os territórios foram ocupados na guerra árabe-israelense de 1967, mas não deixa claro quem os ocupa militarmente desde então. No exemplo 5, o agente da ocupação fica ainda mais dubio, pois o texto afirma que o conflito sofreu uma escalada por que palestinos provocam e os israelenses “respondem”. Portanto, aquele

⁶⁴ Na frase: *Segundo os militares israelenses, o motorista confessou estar transportando a bomba para Ramallah, na Cisjordânia, a pedido de um militante do Tanzim, um dos braços armados do Fatah, grupo político do líder palestino Iasser Arafat.*

que provoca também pode ser confundido com aquele que está cometendo a ilegalidade. Em todo o texto, a FSP utilizou o sintagma nominal com um modificador (“ocupados”). Se fosse acrescentado o submodificador “palestinos”, o significado provavelmente ficaria mais claro.

Em OESP, esse submodificador foi encontrado com frequência, como mostram os textos a seguir: “Israel lança maior ofensiva militar em 35 anos”, publicado no dia 13 de março de 2002, na página A-13 de Internacional (exemplo 8); “Conselho da ONU propõe Estado palestino”, de 14 de março de 2002, página A-16 de Internacional, da Reuters, AP e DPA (exemplo 9); “Bush critica ação de Israel e deve vetar ajuda extra”, do mesmo dia da anterior, na página A-18 de Internacional (exemplo 10); e “Israel desmente reunião com Autoridade Palestina”, de 17 de março de 2002, página A-17 de Internacional (exemplo 11).

8) *Lead: Israel desencadeou ontem sua maior ofensiva por terra, mar e ar na Faixa de Gaza e Cisjordânia desde que ocupou esses territórios palestinos na Guerra dos Seis Dias, em 1967 - é a mais ampla desde a invasão do Líbano, em 1982.*

9) *Último parágrafo: Apesar da aprovação da resolução e de apelos da Casa Branca para que israelenses e palestinos [sic] não ponham obstáculos à missão de Zinni, o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, ampliou ontem a ofensiva nos territórios palestinos ocupados, onde agora estão cerca de 20 mil soldados israelenses - na maior operação do Exército desde a invasão do Líbano, em 1982.*

10) *Lead: O presidente americano, George W. Bush, afirmou ontem que as recentes ações militares de Israel nos territórios palestinos ocupados “não ajudam” os esforços americanos para obter um cessar-fogo entre as partes.*

11) *Quinto parágrafo: Ainda na noite de ontem, o chanceler israelense, Shimon Peres, dissera a correspondentes estrangeiros em Tel-Aviv que o Exército de Israel estava pronto para abandonar hoje suas posições nos territórios autônomos palestinos.*

No exemplo 8, logo no *lead* da principal reportagem do caderno, surge a informação de quem ocupa e de quando a terra foi ocupada. Nos exemplos 9 e 10 o modificador e o submodificador estão presentes, no formato mais encontrado em OESP. No exemplo 11, o modificador “ocupados” é substituído por “autônomos”. Essa forma é ainda mais interessante por que adiciona uma segunda informação, que é a de que a região é “autônoma”. Os itens lexicais “ocupados” e “autônomos” têm a mesma função gramatical em um mesmo contexto, provocando também uma convergência de

sentido. Os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza eram todos ocupados, mas nem todos também eram autônomos. “Territórios palestinos autônomos” são aqueles que estão sob a Autoridade Palestina, portanto caberia informar quais são eles para que os termos não se confundam.

Devo registrar que não foram encontrados nos dois recortes pesquisados termos comuns na mídia americana que substituem “territórios ocupados” e que são considerados equivocados. Barbie Zelizer *et al.* pesquisaram a utilização do sintagma em três jornais americanos: NYT, TWP e *Chicago Tribune*. Em nenhum deles o sintagma foi encontrado. Os três utilizaram “disputed lands” – territórios disputados – no lugar de “occupied lands” – territórios ocupados. E, em substituição a “Israeli settlements” – assentamentos israelenses –, muitas vezes os mesmos jornais utilizaram “Israeli neighbourhoods” – bairros israelenses – (ZELIZER *et al.*, 2002: 290), o que viola a resolução 242 da ONU, votada por unanimidade em 22 de novembro de 1967, que exige a retirada das forças armadas israelenses dos territórios palestinos ocupados por elas desde a guerra travada naquele ano. A ONU não considera a Faixa de Gaza e a Cisjordânia territórios em disputa, mas terras que devem ser devolvidas aos palestinos (HIRO, 1996: 246).

Se por um lado algumas palavras estão fora de moda, outras viram modismo e “contaminam” os textos publicados. Isso fica bastante claro quando medimos a associação de “terrorismo” e cognatos aos palestinos. No período pós 11 de setembro, o termo “terrorismo” foi muito mais encontrado nos veículos midiáticos do que no recorte anterior relatado no Capítulo III. Os atentados provocaram uma espécie de epidemia, em que a palavra foi adotada principalmente pelos discursos governamentais em todo o mundo. Exemplo disso foi encontrado em FSP e OESP⁶⁵ em suas edições de 24 de março de 2002, período em que este estudo se baseou. No dia anterior, a fazenda do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, havia sido invadida por um grupo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O

⁶⁵ As reportagens são do dia 24 de março de 2002: “Para Jungmann, ação é ‘ato de terrorismo’”, publicada na página A-15 da editoria de Brasil da FSP, assinada pela Sucursal de Brasília; e “Para Jungmann, foi ‘ato de terrorismo’”, publicada na página A-16 da editoria de Geral de OESP, também da equipe do jornal em Brasília.

ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, definiu a ação como sendo “terrorismo”.

Outros usaram a palavra em declarações divulgadas pela imprensa com o mesmo pouco cuidado, e ainda em maior quantidade. O presidente George W. Bush, em discurso proferido no dia 4 de abril de 2002, sobre o conflito no Oriente Médio, repetiu a palavra “terroristas” por 13 vezes, “terror” por 8 vezes e “terrorismo” por 4 vezes⁶⁶ em um texto de 45 parágrafos, o que dá uma média de 1 cognato de terror a cada 1,8 parágrafo. Seu colega, Ariel Sharon, também havia feito o mesmo dias antes. Em 31 de março de 2002, o então primeiro-ministro de Israel repetiu a palavra terrorismo 30 vezes em um discurso para a nação transmitido pela TV do país⁶⁷.

Não é à toa que os governos costumam empregar a palavra contra opositores – conforme demonstrei no Capítulo III, mesmo antes dos atentados o termo foi usado pelo governo macedônio ao referir-se aos rebeldes albaneses. Terror é sempre associado ao que os “outros” fazem. É a violência com a qual “nós” não concordamos. (SOMMA e MIRANDA, 2004a: 52). Como lembra o romancista americano John Edgar Wideman (2002), palavras são dispostas como “weapons to identify, stigmatize, eliminate, the enemy”. E exemplos como “terror” e “terrorista” são sinônimos de selvageria ímpia, da maldade genuína.

Wideman acredita que o uso desse vocabulário exclui a problemática da dignidade do combate convencional, ainda mais em um contexto maniqueísta. Quando um dos lados usa o termo para descrever o outro nunca é resultado de uma troca racional entre antagonistas. É a negação do diálogo, a negação do outro. “The designation terrorist is produced by the one-way gaze of power. Only one point of view, one vision, one story, is necessary and permissible, since what defines the gaze of power is its absolute, unquestionable authority” (WIEDEMAN, 2002: 36). Um Estado que se proclama sitiado por terroristas reivindica sua total inocência, evocando a

⁶⁶ O discurso foi reproduzido na íntegra pela FSP com o título “O discurso de Bush”, na página A-19 de Mundo, do dia 5 de abril de 2002.

⁶⁷ “Líder israelense diz que esmagará terror para obter a paz”, publicado no dia 1º de abril na página A-8 do caderno Internacional de OESP, com autoria da AP e Reuters.

irracionalidade e o ultraje dos ataques contra ele. Não há espaço para direitos humanos (WIEDEMAN, 2002: 37).

A holy war may be launched to root out terrorism, but its form must be a punitive crusade, an angry god's vengeance exacted upon sinners, since no proper war can exist when there is no recognition of the other's list of grievances, no awareness of the relentless dynamic binding the powerful and powerless.

A discussão do termo implica, também, a problemática de ser ou não um adjetivo exclusivo de atores não-estatais. Bruce Hoffmann (1998), um especialista ligado a uma linha conservadora norte-americana, acredita que apenas atores não-governamentais são terroristas. Segundo ele, terroristas não se organizam abertamente como unidades armadas, não procuram em geral tomar ou manter territórios, evitam deliberadamente lutar contra forças militares e raramente controlam populações ou territórios (HOFFMAN, 1998: 41).

Há outros, ligados a movimentos progressistas, como Noam Chomsky e o historiador britânico Eric Hobsbawm, que nos lembram que a prática terrorista não é exclusiva de guerrilheiros ou afins. O respeito a civis, segundo Hobsbawm, “não é mais um costume de nações da Europa ou de nenhum outro lugar”. E completa: “Hoje, esse limite não é reconhecido por revolucionários e terroristas, como também não o é pelos governos que promovem guerras” (HOBSBAWM, 1994, pp.: 270 e 271).

Os meios de imprensa americanos e brasileiros seguem uma linha mais conservadora. Segundo Carlos Dorneles (2002: 259), a mídia nacional só atribui a prática terrorista a atores não-governamentais. “Massacres e crimes contra a humanidade praticados por um governo jamais são citados como ‘terrorismo’.” Este foi o caso encontrado nos dois recortes desta pesquisa. Os dois jornais seguem esse padrão, apesar de o manual da FSP, o único a abordar o tema (como demonstrei no Capítulo III), afirmar que governos estão incluídos em sua definição de “terrorista”.

Além das controvérsias anteriores, há ainda o debate do que pode ser definido como um ato terrorista. Invadir a fazenda de um presidente é um ato terrorista, como afirmou o então ministro da Reforma Agrária brasileiro em 2002? De acordo com

Dorneles (2002: 259), convencionou-se chamar de “terroristas” aqueles que perpetram atentados que vitimam a população civil e não têm objetivo militar. Contudo, em relação a atos praticados por palestinos, essa lógica é desprezada. “Porém, quando se trata de conflito no Oriente Médio, as definições, tanto dos dicionários como a convencional da imprensa, são utilizadas de forma ideológica, com objetivos claramente políticos” (DORNELES, 2002: 259). Mesmo quando os alvos são militares, segundo ele, a imprensa costuma definir o ato como terrorista.

Creio que a discussão sobre a utilização de vocábulos como “terror” e “terrorismo” não se limita mais à definição propriamente dita. Se é ou não é uma prática exclusiva de atores não-estatais. Ela também deve abranger o próprio emprego da palavra pelos governos, que podem justificar a caça do monstro que denominou de “terrorista” se fazendo valer de ações não-convencionais e que desprezam os direitos humanos e a legislação internacional.

A preocupação se dá devido à forma ainda mais ostensiva com que “terror” e cognatos foram utilizados neste segundo período de análise. Além de estarem ainda mais presentes nos discursos governamentais, o “terror” se espalhou literalmente nos textos dos jornais analisados. Foram naturalizadas expressões como a lançada pelo governo americano “guerra ao terror”, sem que fossem acompanhadas de aspas ou modalizadores nos textos dos jornais. O slogan se tornou um fato nas páginas dos jornais. O sintagma foi bastante repetido e incorporado pelos jornais brasileiros, que o utilizavam em “chapéus”, jargão para palavras que vêm antes do título e do subtítulo para identificar o assunto da reportagem.

No conflito israelo-palestino, os termos correlatos surgiram com mais vigor do que no período anterior. Além dos já mencionados no capítulo anterior “terror”, “terrorista” e “terrorismo”, um novo termo se agregou ao grupo neste recorte. Na reportagem “‘Ação busca terroristas’, diz israelense”, do dia 13 de março de 2002, na página A-10 da editoria Mundo da FSP, começou a surgir um sintagma nominal que se faria presente quase que diariamente nas reportagens do jornal sobre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina: “infra-estrutura do terror”. Também foram detectados termos usados como sinônimos como “infra-estrutura terrorista/militar”, “fundações do

terror/terroristas” e “estrutura do terror/terrorista”. É possível supor pelos próprios textos que o sintagma nasceu no discurso do governo israelense, como vemos em trechos do texto citado publicado no dia 13:

12) Penúltimo parágrafo: *"Estamos fazendo buscas de casa em casa, de laboratório em laboratório, de galpão em galpão para desmantelar a infra-estrutura do terror", disse Hirsch [coronel do exército israelense], acrescentando que soldados receberam ordens para evitar danos a civis durante batalhas contra atiradores palestinos.*

13) Antepenúltimo parágrafo: *"Como cidades palestinas e campos de refugiados se tornaram uma infra-estrutura militar, nós não temos outra opção a não ser realizar incursões", disse o coronel israelense.*

A FSP naturalizou o sintagma nominal da retórica governamental na próxima reportagem sobre o assunto. Em “Novo ataque palestino suspende diálogo”, publicado na página A-14 de 22 de março de 2002, em Mundo, com texto Da Redação com agências internacionais, a “infra-estrutura” é incorporada pelo próprio jornal, apesar de não explicar o que o termo significa (exemplo 14). Em outros dois dias isso também ocorreu. Foram nos textos: “Suicida mata 16 na Páscoa judaica em Israel”, publicado em 28 de março de 2002, na página A-13 de Mundo, assinado da Redação, com agências internacionais (exemplo 15), e “Exército de Israel invade e ocupa o QG de Arafat”, publicado no dia 30 de março de 2002, página A-10 em Mundo, da Redação com agências internacionais (exemplo 16).

14) Décimo terceiro: *Israel exige de Arafat a prisão de terroristas e o desmantelamento da infra-estrutura dos grupos extremistas.*

15) Antepenúltimo parágrafo: *Bush condenou o "assassinato a sangue-frio" em Israel e colocou novamente pressão sobre Arafat para que busque desmantelar a infra-estrutura do terror.*

16) Décimo segundo parágrafo: *A invasão do quartel-general de Arafat faria parte de um plano israelense mais amplo, que deve durar várias semanas, para erradicar a infra-estrutura das organizações terroristas.*

Nos exemplos 14 e 15, o jornal reproduziu em discurso indireto declarações de governos aliados, dos EUA e Israel, que possuem como característica uma retórica conjunta. O jornal absorveu o sintagma ao não acrescentar aspas ou ressalvas como “segundo” e “de acordo com”. Reproduziu sem mesmo questionar e conseqüentemente explicar o que é essa “infra-estrutura do terror”, corroborando a

retórica governamental. No exemplo 15, vê-se que o jornal prefere colocar aspas somente em parte da declaração de Bush, considerando desnecessário pontuar outra parte. No exemplo 16, o jornal usa o modalizador “faria” para se referir a um plano que desconhece. Mas afirma, sem modalização, aspas ou qualquer outra forma de distanciamento, que a intenção do governo é “erradicar a infra-estrutura das organizações terroristas”, formato muito semelhante ao utilizado pelos governos de Israel e EUA, como veremos a seguir.

O sintagma foi encontrado ainda por vários dias nas declarações dos dois governos na FSP: em “Combate foi sala a sala; ao menos 20 são presos”, do dia 30 de março de 2002, página A-10 de Mundo, da Redação com agências internacionais, (exemplo 17); em “Israel amplia ofensiva na Cisjordânia” do dia 31 de março de 2002, página A-15 de Mundo, da Redação com agências internacionais (exemplo 18); em “Israel fecha a cidade onde está Arafat”, do dia 1 de abril de 2002, página A-8 de Mundo, da Redação com agências internacionais (exemplo 19); em “Israel entra em mais cidades e prende 700”, do dia 2 de abril de 2002, na página A-7 de Mundo, da Redação com agências internacionais (exemplo 20) ; em “Crise faz Bush rever 'guerra ao terrorismo'”, do dia 3 de abril de 2002, página A-16 de Mundo, da Redação (exemplo 21); em “Ação israelense está na lógica da guerra, diz analista”, do dia 4 de abril de 2002, página A-14 de Mundo, da Redação (exemplos 22, 23 e 24):

17) Sétimo parágrafo: *"Arafat não tem nada a temer por sua integridade pessoal. Estamos desmantelando a infra-estrutura terrorista que ele não conseguiu desmantelar", afirmou Ra'anan Gissin, porta-voz do governo israelense.*

18) Terceiro parágrafo: *Na manhã de anteontem, o governo do premiê Ariel Sharon declarou Arafat um "inimigo" a ser isolado e ordenou uma grande operação para destruir a infra-estrutura do terror na Cisjordânia.*

19) Penúltimo parágrafo: *O ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres, afirmou que o "Exército israelense entrou nos territórios palestinos para fazer o que os palestinos se negaram: desmantelar a infra-estrutura do terror".*

20) Décimo terceiro parágrafo: *Na sexta-feira, Sharon declarou que Arafat é "inimigo" a ser isolado e ordenou operação para destruir a infra-estrutura do terror.*

21) Quarto parágrafo: *"No caso afegão, havia uma infra-estrutura terrorista protegida por um regime extremista religioso, o do Taleban. No Oriente Médio, o terrorismo transformou-se num movimento de*

massa. A infra-estrutura quase não existe. Há uma ala radical da população que faz uso do terrorismo para defender sua causa", acrescentou [James Lindsay, ex-diretor para questões globais e assuntos multilaterais do Conselho de Segurança Nacional dos EUA (1996-1997)].

22)⁶⁸ Quinto parágrafo: A estratégia ou o objetivo dos militares é destruir o que chamam de "infra-estrutura terrorista", que existe em muitos lugares dos territórios que estão sob controle palestino. Os militares buscam prender pessoas que estiveram envolvidas em atentados terroristas ou em atividades ligadas a eles.

23) Décimo segundo parágrafo: Houve, então, a decisão, apoiada até pelo Partido Trabalhista, de realizar a ofensiva contra a "infra-estrutura terrorista". E ela vai durar até que certos objetivos específicos e confidenciais sejam atingidos.

24) Último parágrafo: Os explosivos e outros materiais bélicos mais simples são produzidos dentro dos territórios que estão sob controle palestino. Essas fábricas improvisadas fazem parte da infra-estrutura que os militares israelenses pretendem destruir na atual ofensiva.

Nos exemplos 17 e 19, foram reproduzidas declarações em discurso direto de membros do governo israelense em que se encontram respectivamente "infra-estrutura terrorista" e "infra-estrutura do terror". Nos exemplos 18 e 20, a declaração do primeiro-ministro israelense em discurso indireto traz "infra-estrutura do terror". Neles, o jornal não usa nenhuma marca de distanciamento, nem aspas nem qualquer outro tipo de ressalva que denotaria uma separação entre o texto do jornal e o do governo israelense. Nos demais exemplos, 21, 22, 23 e 24 são declarações de especialistas entrevistados pelos jornal. Mas, ao contrário de seu colega israelense (exemplos 22, 23 e 24), o especialista americano, cuja declaração está no exemplo 21, discorda da existência de uma "infra-estrutura terrorista" dizendo que ela "quase não existe". É importante enfatizar que nos exemplos 17, 18, 19, 22 e 24 estão presentes na frase as palavras "desmantelar" e "destruir", exatamente como nos exemplos 14, 15 e 16 em que demonstrei que o próprio jornal naturalizou os termos. Houve, portanto uma absorção do formato integral da construção do discurso governamental "desmantelar/destruir a infra-estrutura terrorista/do terror". A idéia, mesmo que pareça estranha para o especialista consultado, não se mostrou digna de uma reavaliação do jornal.

⁶⁸ Os exemplos 22, 23 e 24 são compilações das respostas dadas por Zeev Schiff ao jornal FSP. O entrevistado é apresentado como "um dos mais reputados analistas militares de Israel e autor de, entre outros, 'A History of the Israeli Army, 1870-1974'".

O outro sintagma correlato apareceu na FSP, como em “Exército de Israel invade e ocupa o QG de Arafat”, publicado no dia 30 de março de 2002, página A-10 em Mundo, da Redação com agências internacionais:

25) Oitavo parágrafo: *Em discurso antes da operação, Sharon disse que seu objetivo era “remover as fundações do terror”.*

O uso das aspas é interrompido no dia 3 de abril de 2002, como o texto “Arafat e Sharon rejeitam alternativas”, publicado na página A-13 de Mundo, com texto da Redação. O autor pergunta a Yezid Sayigh, que como informa a própria reportagem é especialista em Oriente Médio do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, sobre a tal “infra-estrutura”, que não leva aspas. O entrevistado também alerta para o absurdo da expressão.

Folha - Sharon será capaz de erradicar a infra-estrutura do terror?

Sayigh - O que é, afinal, uma infra-estrutura do terror? Infra-estrutura dá uma imagem de prédios, estradas, veículos. Isso não existe. Eles têm explosivos e poucas armas. Não há infra-estrutura, há uma estrutura humana.

No dia 4 de abril de 2002, começaram a surgir textos do repórter da FSP enviado para Jerusalém, Clovis Rossi. Até então, os textos tinham como principal crédito “da Redação, com agências internacionais”. Ao se referir à “infra-estrutura do terror/terrorista”, Rossi opta por colocar a expressão entre aspas. Também prefere, em alguns momentos, incluir o próprio conceito difundido pelo governo israelense de “destruição da infra-estrutura” entre aspas, distanciando-se dela. Isso ocorreu nas seguintes reportagens assinadas por ele: “Ação em Belém envolve cristãos em conflito”, do dia 4 de março de 2002, página A-13 de Mundo (exemplo 27); “Americano rompe isolamento de Arafat”, do dia 6 de abril de 2002, página A-19 de Mundo (exemplo 28); “Chegada de Powell deve antecipar retirada de tropas”, de 8 de abril de 2002, página A-12 de Mundo (exemplo 29); “Início de retirada está previsto”, de 8 de abril de 2002, capa (exemplo 30); e “Israel anuncia início de retirada de tropas”, de 9 de abril de 2002, página A-8 de Mundo (exemplo 31):

27) Décimo terceiro parágrafo: *Israel iniciou sua ofensiva na madrugada de sexta-feira, após ataque suicida palestino que matou 22, e diz que ela visa erradicar a “infra-estrutura terrorista”.*

28) Terceiro parágrafo: *Mas, apesar do pedido de Bush, anteontem, de um recuo de Israel "o mais cedo possível", o país seguiu sua ofensiva na Cisjordânia cujo o [sic] objetivo, segundo o governo, é erradicar a "infra-estrutura terrorista" palestina.*

29) Primeiro parágrafo: *As IDF (Forças de Defesa de Israel) acreditam que possam terminar até o fim da semana o trabalho que chamam de "destruição da infra-estrutura terrorista" nos territórios palestinos e iniciar uma retirada que será por etapas, segundo o ministro da Defesa, Benjamin Ben Eliezer.*

30) Primeira parágrafo: *Israel acredita poder concluir até o fim da semana a "destruição da infra-estrutura terrorista" nos territórios palestinos e então iniciar uma retirada.*

31) Terceiro parágrafo: *Horas antes, o premiê Ariel Sharon, em discurso no Parlamento, havia dito que não iria retirar suas tropas dos territórios reocupados, cuja missão, segundo Israel, é destruir a "infra-estrutura terrorista" responsável por uma série de atentados suicidas que mataram dezenas de israelenses em março.*

Mas, em reportagem de 7 de abril de 2002, o distanciamento mantido nos textos anteriores do autor desaparece. Em seu lugar, surge um novo termo, “estrutura terrorista” em “Chegada de Powell recoloca impasse político”, publicado na página A-29 de Mundo sob o chapéu “Análise”⁶⁹, em que é dada a opinião do repórter. Portanto, a resistência do repórter, que há três dias mencionava “infra-estrutura do terror” entre aspas, terminou e ele aderiu ao sintagma governamental.

32) Décimo quinto parágrafo: *Ainda mais que Frisch calcula que seria preciso uma ocupação bem mais prolongada que os dez dias já transcorridos para de fato atingir poderosamente a estrutura terrorista.*

OESP, por sua vez, publicou o termo com muito menos freqüência do que a FSP. Mas, assim como o concorrente, naturalizou o sintagma. Reproduzirei abaixo todas as reportagens em que “infra-estrutura do terror” e correlatos foram encontradas em OESP. Eles estão nas seguintes reportagens: “Homens são algemados e marcados com número”, publicado no dia 12 de março de 2002, na página A-14 de Internacional, por AP e Reuters (exemplo 33); “Sharon cai na armadilha de querer 'vitória' militar”, publicado no dia 2 de abril de 2002, na página A-13 de Internacional, por TWP (exemplo 34); “Estratégia de Sharon cria mais terroristas”, dia 3 de abril de 2002, na página A-19 de Internacional, por NYT (exemplo 35); “EUA rejeitam expulsão e apóiam Estado palestino”, do dia 3 de abril de 2002, na página A-17 de Internacional, pelo

⁶⁹ Na FSP, significa que essa modalidade “contém a interpretação do autor e é sempre assinada” (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 2001: 71).

correspondente em Washington (exemplo 36); “Ação só vai terminar com o fim da estrutura terrorista”, do dia 9 de abril de 2002, na página A-11 de Internacional, das agências Reuters, Associated Press, EFE e Ansa (exemplo 37); e “O vaivém da Casa Branca”, do dia 5 de abril de 2002, na página A-15 de Internacional, com crédito não mencionado (exemplo 38).

33) Quarto parágrafo: *A colocação dos homens em filas de espera faz parte da operação cujo objetivo, segundo Israel, é “eliminar as raízes da infra-estrutura do terror”.*

34) Sexto Parágrafo: *Se é possível montar um cinturão de explosivos num barracão, num galinheiro ou numa garagem, então destruir a “infra-estrutura do terrorismo” começa a parecer praticamente impossível.*

35) Terceiro parágrafo: *Enquanto Sharon fala em remover a “infra-estrutura do terrorismo”, a verdadeira infra-estrutura é simplesmente a raiva e frustração dos palestinos comuns.*

36) Terceiro parágrafo: *A exemplo do que Bush fizera um dia antes, o secretário de Estado recusou-se a classificar o líder palestino de “terrorista”, como fez Sharon ao justificar sua ofensiva sob o pretexto de “destruir a infra-estrutura terrorista” supostamente administrada pela Autoridade Palestina (AP).*

37) Lead: *Em aberto desafio às exortações da comunidade internacional - e, principalmente, dos EUA - para que retire imediatamente suas tropas das cidades palestinas, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, afirmou ontem, em discurso na Knesset (Parlamento), que a ofensiva militar iniciada há 11 dias não terminará enquanto não for desmantelado o que chamou de “infra-estrutura terrorista”.*

38) Quinto parágrafo: *Logo depois, Powell afirma que Israel está destruindo a infra-estrutura do terrorismo.*

Nos exemplos 33, 34, 36 e 37, OESP utilizou o sintagma entre aspas, denotando seu distanciamento dele. No exemplo 35, ele também é usado entre aspas. Mas no uso posterior não é, pois o autor, o jornalista do NYT, Nicholas D. Kristof, ironiza a construção dizendo que o que fomenta o terrorismo é o sofrimento e não a “infra-estrutura do terrorismo”. A pontuação esteve presente até nas traduções dos textos de NYT e TWP, jornais que costumam ter um viés pró-Israel como afirma Zelizer *et al.* (2002). Mas no exemplo 38, em um texto que relatava o histórico das últimas decisões do governo americano, a expressão foi naturalizada⁷⁰.

⁷⁰ Devo acrescentar que, ao contrário da FSP, OESP não contou com repórteres na região do conflito.

Em todos os exemplos anteriores de OESP, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, o jornal repetiu a idéia de destruição propalada pelo governo israelense através do próprio verbo destruir e de sinônimos: “eliminar”, “remover” e “desmantelar”. Na FSP, a esses verbos somou-se “erradicar”, como vimos nos exemplos 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 28, 29, 30 e 31.

O que ocorre aqui é que depois de reproduzir declarações diárias do governo israelense de que há uma “infra-estrutura” ou “estrutura” ou “fundação terrorista”, os redatores/repórteres sucumbiram à crença de sua existência. Infra-estrutura indica a existência de construções, algo físico, concreto, como revelou o entrevistado da FSP, Yezid Sayigh, cuja declaração foi reproduzida anteriormente. É, portanto, uma relexicalização, pois o termo ganha nova significação no discurso. Se essas estruturas são “do terror” ou “terroristas” pressupõe-se que devam ser destruídas para que não sejam usadas para este fim. Nem seria necessário pressupor, por que na maioria dos casos o sintagma veio acompanhado de verbos que indicam “destruição” na mesma frase.

Essas relexicalizações (“infra-estrutura”, “estrutura”, “fundação terrorista”) não foram encontradas no primeiro recorte desta pesquisa. O sintagma, contudo, não era novidade no discurso do próprio primeiro-ministro Ariel Sharon. Ele já havia sido utilizado pelo então ministro da Defesa israelense em 1982, na operação “Paz para a Galiléia”, quando a Cisjordânia sofreu um ataque ostensivo (MARROUCHI, 2003: 16). Neste segundo recorte, ela foi encontrada dias antes de uma invasão também intensa. A expressão fez parte da retórica governamental pré-invasão, utilizada para justificar a sangrenta intervenção militar.

A mesma expressão foi usada após 11 de setembro, pelo governo americano antes de atacar o Afeganistão. Como lembra Tamim Ansary (2002), o presidente dos EUA George W. Bush incitou seus concidadãos “to destroy the infrastructure of terrorism” logo após os atentados de 11 de setembro. O sintagma continuou a ser usado no início da guerra contra o Iraque.

Ansary também aponta que o sintagma nominal traz um paradoxo: “But every time I hear about ‘destroying the infrastructure of terrorism’ (...) I am troubled by the fact

that terrorism doesn't need an infrastructure to succeed" (2002: A-9). Para produzir bombas não é necessário ter uma fábrica, uma linha de produção. Bombas podem ser feitas em casa, com o uso de materiais fáceis de encontrar como fertilizantes (ANSARY, 2002: A-9). Destruir ou desmantelar essa "infra-estrutura", portanto, é mais um eufemismo utilizado para justificar o bombardeio de áreas civis, como ocorreu no Afeganistão após a declaração de Bush e, coincidentemente, após as declarações de Sharon em território ocupado militarmente por Israel na Cisjordânia.

Reproduzir acriticamente e várias vezes a expressão "destruir a infra-estrutura terrorista" demonstra um alinhamento dos jornais a um discurso de estigmatização dos palestinos, que mais uma vez os marca com a chancela de responsáveis por atos de "terrorismo". O emprego do sintagma nominal se mostrou um eficiente meio de propaganda oficial, naturalizado pelos jornais. Ao mesmo tempo em que analistas que não eram ligados ao conflito apontaram que a tal infra-estrutura não existia, FSP e OESP ignoraram a informação. Continuaram a publicá-la sem apontar a idiossincrasia.

Ao repetir a retórica governamental incorporada através de palavras – e ceder a ela – os jornais tendem a criar o viés de que a violência parte de apenas um dos lados: o dos palestinos. Isso ficou bastante explícito neste segundo recorte. O governo israelense promoveu um ataque militar ostensivo nos territórios palestinos por eles ocupados a partir de 12 de março de 2002. As ações que se seguiram apoiadas por tanques, aviões, helicópteros e outros armamentos de guerra não foram definidos como parte de uma "estrutura do terror" apesar de ter provocado a morte de mais de duas centenas de civis palestinos em uma semana. O terror é mais uma vez exclusividade palestina, apesar dos relatos de contínuo desrespeito aos direitos humanos perpetrados pelo exército israelense (MARGALIT, 2001):

The dread of a prolonged war of attrition is one of the reasons Israel's military leaders are behaving very harshly toward the Palestinian population; they use extensive measures of collective punishment through a policy of border and road closings and sieges of Arab towns and villages. In applying these repressive measures Israel systematically violates a great many human rights. The reliable Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories, B'Tselem, thoroughly documents human rights violations, including many cases of mistreatment of civilians, both in and out of prison.

Outra forma de atribuir uma inferioridade moral aos palestinos no conflito foi a utilização dos verbos “responder” e “retaliar”. Um sintagma muito encontrado foi o “em resposta”, quase como sinônimo de “em consequência”. Assim como no recorte anterior, descrito no Capítulo III, o exército israelense continuou a “responder” e a “retaliar” os ataques palestinos. Esses elementos podem ser encontrados nos textos: “Árabes aprovam proposta de paz saudita”, publicado na primeira página da FSP do dia 29 de março de 2002 (exemplo 39); “Arafat se diz 'pronto' para trégua”, de 29 de março de 2002, na página A-9 (exemplo 40); “Israel prepara resposta maciça a ataques”, publicado em 29 de março de 2002, na página A-10 (exemplo 41); “Israel ataca e invade QG de Arafat”, publicado na primeira página em 30 de março de 2002 (exemplo 42); “Exército de Israel invade e ocupa o QG de Arafat”, de 30 de março de 2002, na página A-10 (exemplos 43 e 44); “Israel amplia ofensiva na Cisjordânia”, publicado em 31 de março de 2002, na página A-15 (exemplo 45); “Israel entra em mais cidades e prende 700”, de 2 de abril de 2002, na página A-7 (exemplo 46); e “Em Belém, israelenses e palestinos lutam perto da Igreja da Natividade”, de 3 de abril de 2002, na página A-13 (exemplo 47). Todos os textos foram publicados na editoria Mundo, com crédito “da Redação com agências internacionais”, exceto o primeiro texto mencionado.

39) Terceiro parágrafo do texto de capa: *Tropas israelenses entraram ontem em Ramallah (Cisjordânia), cidade onde está o líder palestino Iasser Arafat, em resposta a atentados que mataram 24 pessoas em dois dias.*

40) Segundo parágrafo: *Israel, em resposta aos atentados dos últimos dias, preparava uma retaliação e 150 tanques cercaram Ramallah, onde está Arafat. Não se sabia qual seria dimensão da resposta.*

41) Lead: *Israel, em resposta aos atentados que deixaram 24 mortos nos últimos dois dias, preparava uma maciça retaliação hoje de madrugada, com vários tanques entrando em Ramallah (Cisjordânia), onde está o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Iasser Arafat, no que pode ser uma ampla operação.*

42) Terceiro parágrafo do texto de capa: *Na ação, uma resposta à recente onda de atentados suicidas, morreram cinco palestinos, entre eles um guarda-costas de Arafat, e dois israelenses.*

43) Lead: *O Exército de Israel invadiu ontem o quartel-general do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Iasser Arafat, em Ramallah, na Cisjordânia. A operação foi uma resposta do governo do premiê Ariel Sharon à recente onda de atentados suicidas palestinos.*

44) Décimo sétimo parágrafo: *Em resposta a atentados anteriores nos últimos meses, Israel já havia reocupado a maior parte dos territórios antes administrados pela ANP. A cidade de Ramallah, de 210 mil habitantes, não era exceção: entre dezembro e março tanques israelenses mantiveram um cerco ao complexo presidencial, obrigando Arafat a permanecer em prisão domiciliar.*

45) Quarto parágrafo: *A ação veio em resposta a um atentado suicida do Hamas em um hotel em Netania, que deixou 22 mortos no início da Páscoa judaica (Pessach). O Exército invadiu o QG de Arafat, matando, na troca de tiros, ao menos dez palestinos – dois soldados israelenses também morreram. As autoridades não revelam quando pretendem deixar o local.*

46) Décimo segundo parágrafo: *A ação veio em resposta a atentado em hotel de Netania, que deixou 22 mortos no início da Páscoa judaica. O Exército invadiu o QG de Arafat e, desde então, o mantém confinado sem luz nem água em apenas um andar de um dos prédios do complexo.*

47) Quarto parágrafo: *Os combates mais intensos aconteceram próximos à Igreja da Natividade. Israel acusou os palestinos de disparar de dentro do santuário e de um convento católico próximo, explorando a possibilidade de a resposta do Exército causar um possível dano não intencional aos sítios religiosos.*

Desta vez, contudo, também foram encontradas algumas “respostas” palestinas. Elas estão nos textos “Arafat é liberado; ofensiva de Israel mata 18”, do dia 12 de março de 2002, na página A-10 (exemplo 48), e “Israel entra em mais cidades e prende 700”, de 2 de abril de 2002, página A-7 (exemplo 49). Ambos foram publicados na editoria Mundo, com crédito “da Redação, com agências internacionais”.

48) Antepenúltimo parágrafo: *O grupo extremista Brigadas dos Mártires de Al Aqsa, ligado ao Fatah (grupo político de Arafat), anunciou que atacará Israel em resposta à ofensiva israelense.*

49) Segundo parágrafo: *Extremistas palestinos continuaram a responder com ações terroristas.*

Se todos os lados respondem a um ataque, prevalece a idéia de que há apenas um ciclo de violência sem começo nem fim e não uma luta entre dois povos que se encaixa em um contexto histórico mais complexo. No texto abaixo reproduzido, “Foguetes vindos do Líbano atingem Israel”, de 9 de abril de 2002, da página A-10 de Mundo, com crédito “da Redação com agências internacionais”, isso fica ainda mais evidente. Mesmo que não contemple o embate com os palestinos, considero o texto um exemplo do uso excessivo e acrítico da idéia de “responder”. Reproduzi integralmente os três primeiros parágrafos para melhor entendimento.

50) Lead: *Pelo décimo dia seguido, o grupo extremista islâmico libanês Hizbollah atacou posições israelenses nas fazendas de Chebaa, aos pés das colinas do Golã. Houve disparos de foguetes também*

contra a Galiléia (norte de Israel), a partir de áreas sob controle do Hizbollah. O grupo não assumiu esse ataque, que não deixou feridos mas elevou o temor de uma escalada da violência na fronteira.

Sublead: A resposta israelense veio por meio do disparo de três mísseis contra as cercanias da vila de Kfar Chouba, no sul do Líbano. Um número limitado de reservistas foi convocado para reforçar as tropas israelenses no norte do país, que faz fronteira com o Líbano. Para os israelenses, o Hizbollah, que recebe apoio da Síria e do Irã, busca abrir uma nova frente no conflito árabe-israelense.

Terceiro parágrafo: O grupo afirma que ataca Israel em resposta à ofensiva israelense nos territórios palestinos e também por considerar as fazendas de Chebaa território libanês. A região, no entanto, é uma área síria sob ocupação israelense, segundo a ONU. Ela diz que Israel se retirou integralmente do Líbano em maio de 2000, cumprindo as resoluções da entidade, e pede que o Exército libanês garanta a segurança da fronteira.

No exemplo 50, que se refere ao conflito entre Israel e o grupo libanês Hizbollah, todos respondem: o Hizbollah ataca, Israel responde e o Hizbollah também diz que está respondendo ao ataque israelense aos palestinos. A violência é circular e a motivação do desentendimento não fica explícita. Um texto como este dá vazão a idéias de que não há solução para os conflitos no Oriente Médio. E, em todo o recorte, como foram encontradas muito mais “respostas” israelenses, há a idéia de que quem inicia a violência quase sempre são os palestinos (ou outros árabes). Os palestinos, portanto, seriam contrários à busca da coexistência pacífica e segura. Eles deteriam o monopólio da barbárie, selvageria e irracionalidade.

Em OESP, a resposta também é uma prerrogativa israelense na maior parte dos casos. Isso pode ser conferido nos textos: “EUA praticamente endossam ofensiva israelense”, de 30 de março de 2002, página A-14 de Internacional, do correspondente em Washington (exemplo 51); “Presidente palestino vive confinado há quatro meses”, de 20 de março de 2002, página A-13 de Internacional, não menciona a autoria (exemplo 52); “Sharon diz que cumprirá mandato até o fim”, de 5 de abril de 2002, página A-16 de Internacional, de William Safire, do NYT (exemplo 53); “Israel intensifica ataques, antes da chegada de Powell”, de 7 de abril de 2002, página A-22 de Internacional, com autoria da AP, FP e Reuters (exemplo 54):

51) Lead: *Num gesto certamente mal recebido pelos países árabes e pelos aliados dos EUA na Europa, o secretário de Estado, Colin Powell, em lugar de exortar israelenses e palestinos a cessar as hostilidades, praticamente endossou a decisão do primeiro-ministro Ariel Sharon de isolar o presidente*

da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, e de investir militarmente contra seu QG em Ramallah, em represália aos recentes atentados suicidas contra a população civil de Israel

52) Lead: Em resposta aos atentados de 1 de dezembro em Jerusalém (12 mortos) e 2 de dezembro em Haifa (16 mortos), mísseis disparados de helicópteros israelenses atacam em Gaza três helicópteros usados pelo presidente palestino, e também atingem a pista do aeroporto.

53) Terceiro parágrafo: Antes da violenta resposta de Sharon à onda de carnificina suicida na Páscoa, grande parte da cobertura da imprensa abordou tensões dentro da coalizão de Israel.

54) Quinto parágrafo: Israel alega que responde a tiros e as forças da AP dizem ter disparado quando soldados tentaram entrar no local [prédio em que o líder da Autoridade Palestina estava confinado].

No exemplo 51, OESP explica que o governo de Israel estava realizando uma “represália” contra atentados suicidas. No exemplo 52, OESP usa “em resposta” da mesma forma que a FSP, o que não se repetiria mais vezes como ocorreu no concorrente. Esse sintagma naturalizado faz com que se justifique um ataque israelense, pois houve uma agressão anterior palestina. No exemplo 53, o texto do NYT também naturaliza a “resposta”, sem ao menos explicar qual foi. De qualquer forma, só pode ter sido a invasão dos territórios palestinos, única atitude tomada pelo primeiro-ministro na época, e que foi chamado no parágrafo de cima pelo redator de “contra-ataque”. No exemplo 54, o jornal modaliza a ocorrência de “respondeu” ao atribuir em discurso indireto o item lexical a Israel.

Se os palestinos partilharam o direito de “responder” (pouco, mas partilharam), o mesmo não ocorreu com o direito à defesa. Mais uma vez, declarações dos governos americano e israelense colaboraram para lançar a concepção de que somente um dos lados é vítima. Desta vez, foi o direito de “se defender” ou de “autodefesa”. Em 31 de março de 2002⁷¹, o então primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, afirmou que o ataque aos territórios palestinos ocupados era, na verdade, uma “guerra pela sobrevivência”. O político defendeu que a soberania do país dependia da eliminação de palestinos que lutam contra a ocupação israelense. Sharon havia sido recém-eleito com o discurso de que daria mais segurança aos seus eleitores e utilizou a repressão aos palestinos como demonstração de estar cumprindo sua promessa. Entre os críticos dessa concepção, estava o Vaticano, que censurou, por meio de seu jornal

⁷¹ Em OESP, a afirmação está no texto “Novo atentado mata 14 e Sharon amplia ofensiva”, de 1 de abril, página A-8, de Internacional, com crédito para a AP, Reuters e DPA.

Osservatore Romano, a “irritante tranquilidade” dos que afirmam que “os ataques de Israel são uma defesa contra o terrorismo”⁷².

Os exemplos a seguir de textos da FSP demonstram como a idéia de “defesa” foi disseminada. Os exemplos se referem a “ONU pede que Israel recue, mas ofensiva cresce”, manchete do dia 31 de março de 2002, sem crédito, (exemplo 55); “Conselho da ONU pede retirada de Israel”, de 31 de março de 2002, página A-16 de Mundo (exemplo 56 e 57); “Ação de Israel 'não ajuda', afirma Bush”, de 14 de março de 2002, na página A-17 de Mundo (exemplo 58); e “Guerra aberta”, de 9 de abril de 2002, página A-2 de Opinião, seção Editoriais, que não revela a autoria, mas é a opinião do próprio jornal (exemplo 59). Todos com crédito da redação, com agências internacionais, exceto o último citado.

55) Sexto parágrafo: O presidente dos EUA, George W. Bush, disse que Israel tem o direito de se defender e que Arafat ainda pode fazer "muito mais" para deter a onda de atentados. Líderes europeus pediram a Israel que cumpra imediatamente a resolução da ONU e suspenda o cerco a Arafat.

56) Terceiro parágrafo: *O embaixador israelense na ONU, Yehuda Lancry, disse que o texto aprovado "é um prêmio aos terroristas palestinos", porque, segundo ele, questiona o direito de Israel de se defender.*

57) Décimo parágrafo: *"Compreendo perfeitamente a necessidade de Israel de se defender", disse Bush, que pediu ao país manter a opção pela paz.*

58) Segundo parágrafo: *"Francamente, o que os israelenses têm feito ultimamente não contribui para criar as condições para atingirmos a paz. Eu entendo que os israelenses queiram se defender e lutem contra o terror, mas essas ações não ajudam", disse o presidente norte-americano, que, desde o início de seu governo, tem evitado críticas a Israel.*

59) Quarto parágrafo: *A repressão israelense contra os palestinos é desmedida e injustificável. Israel tem, é certo, o direito de defender-se dos ataques terroristas, mas não pode fazê-lo a qualquer preço.*

Os exemplos 55 a 58 são declarações do presidente americano e do embaixador israelense, que disseminaram em seus discursos a concepção de que invadir a Cisjordânia era uma necessidade para a defesa de Israel e não uma forma de repressão à população civil palestina, um ato de punição coletiva. Um meio, portanto,

⁷² Notícia publicada no texto de OESP “Sharon propõe exílio sem volta para Arafat”, de 3 de abril de 2002, na página A-17 de Internacional, com informações das agências internacionais AP, Reuters, Ansa, EFE e DPA.

de provocar o terror e acuar a população sob ocupação para dissuadi-la de resistir. No exemplo 59, contudo, há uma naturalização dessa concepção no Editorial da FSP. O texto, cuja íntegra está na seção Anexos, defende que a ocupação das principais cidades da Cisjordânia é uma medida de “defesa”, mas “desmedida”. Ou seja, invadir e destruir casas, matar pessoas e arrasar a infra-estrutura básica palestina é justificável se feita de uma forma mais branda. É flagrante que isso não pode ser identificado como simples defesa contra atos terroristas. A repressão militar é o que os provoca, o que dá combustível para que pessoas se candidatem a cometer suicídio e levar junto outras pessoas.

O item lexical “autodefesa” dá uma idéia mais clara do conceito de reprimir a população palestina em seu próprio território como ato de defesa legítima israelense. Na FSP, é encontrado nas seguintes reportagens: “Analistas debatem legalidade da ação militar israelense”, de 6 de abril de 2002, página A-22 de Mundo, Da Redação (exemplos 60, 61 e 62); e “Ato pró-palestinos em SP justifica atentados”, de 5 de abril de 2002, página A-22 de Mundo, com autoria da Redação (exemplo 63).

60) Segundo parágrafo: *A questão é bastante complexa, de acordo com especialistas em direito internacional ouvidos pela Folha. Afinal, mesmo sem declarar guerra formalmente, Israel tem direito à autodefesa, já que seu território vem sendo atacado por palestinos suicidas.*

61) Terceiro parágrafo: *Além disso, a maioria dos mortos israelenses é civil, o que fortalece o argumento da autodefesa.*

62) Sexto parágrafo: *“Por outro lado, os atentados palestinos também são totalmente ilegais, visto que visam locais frequentados [sic] pela população civil. Com isso, Israel argumenta que sua resposta militar tem como base o princípio da autodefesa. Afinal, a ameaça terrorista paira sobre os civis israelenses.”*

63) Nono parágrafo: *Para o deputado estadual Jamil Mourad, do PC do B, as mortes de civis são um erro, mas, segundo ele, o que os palestinos fazem são [sic] “uma autodefesa contra os ataques israelenses”.*

Os três primeiros exemplos foram retirados de um mesmo texto. O autor, da redação da FSP, não explica o que entende como autodefesa, mas propaga que esse conceito abrange o ato de invadir outros territórios. Como lembra Edward W. Said em entrevista a David Barsamian (2006: 48), o que está em disputa não é o território israelense, mas o palestino. Após a fundação do Estado de Israel, 78% da Palestina

histórica se tornou israelense. A Cisjordânia e Gaza constituem conjuntamente os 22% restantes, e é sobre esse território que se dá a disputa. Os atentados de suicidas palestinos não buscam a conquista de Israel, nem a própria destruição do país. Buscam o fim da ocupação, o que anula o argumento de autodefesa israelense. O que está em jogo não é, portanto, a existência de Israel, mas a ocupação dos territórios palestinos por Israel e a própria autodeterminação palestina, que não são citadas em nenhum momento neste texto. Essa posição não foi sequer discutida nos textos deste recorte.

No exemplo 63, um deputado brasileiro de origem árabe usa o argumento da autodefesa em favor do lado palestino. Afirma que atacar no território israelense é um ato de autodefesa palestina. O argumento também é erroneamente utilizado, trocando-se apenas quem está se “autodefendendo”. Na verdade os ataques têm o objetivo de provocar negociações que levem ao fim da ocupação. Mas, das duas percepções, nota-se que a FSP aceita a israelense, naturalizando a concepção nos exemplos 60 e 61, e ignora a palestina, apresentada somente em discurso direto, entre aspas.

Em OESP, “autodefesa” foi encontrada em somente três textos do recorte. Coincidentemente, todos são traduções diretas, portanto estavam presentes nos originais e por isso foram reproduzidos. Nos casos em que o texto publicado é resultado de uma colagem de despachos de agências de notícias, o redator do jornal tem o poder de decidir o item lexical e a idéia que vai inserir. Portanto, o fato de encontrar “autodefesa” somente em traduções diretas demonstra que o jornal não compactuou com o termo e a formação ideológica por trás dele. As traduções publicadas em OESP foram: “Sharon lança ofensiva após não conseguir cumprir promessa de trazer segurança”, de 31 de março de 2002, página A-15 de Internacional, da agência Reuters (exemplo 64); “Devemos vencer quem quer aniquilar-nos”, de 3 de abril de 2002, página A-19 de Internacional, texto assinado por Binyamin Netanyahu (ex-primeiro-ministro israelense), especial para o *Los Angeles Times* (exemplo 65); e “Palestinos podem ser os novos argelinos”, de 7 de abril de 2002, página A-27 de Internacional, entrevista do ex-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos no governo Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski, ao *Global Viewpoint* (exemplo 66).

64) Sexto parágrafo: *A estratégia de Sharon parece enquadrar-se cada vez menos na posição adotada pelo governo dos Estados Unidos, que, embora tenha exortado Arafat a reprimir o terror e defendido o direito de Israel à autodefesa, também receia desgastar o apio [sic] árabe de que precisa para um possível ataque contra o Iraque.*

65) Penúltimo parágrafo: *O único modo de obter entendimento internacional sobre nossa posição, especialmente dos EUA, é insistir em nosso direito à autodefesa e a conquistar uma rápida e decisiva vitória militar que pararia com o terrível massacre de nossos cidadãos.*

66) Segundo parágrafo da primeira resposta de Zbigniew Brzezinski: *Ao mesmo tempo, os israelenses começam a parecer os racistas sul-africanos brancos, considerando os palestinos uma forma inferior de vida, não hesitando em matar grande número deles e justificando-o com o argumento da autodefesa. As reações dos dois lados são desproporcionais. O espetáculo é muito triste. Em última análise, um fracasso da estratégia americana.*

No exemplo 64, o texto da Reuters, apesar de reproduzir uma declaração do governo dos EUA, naturaliza a expressão ao não marcar a sua discrepância com um discurso jornalístico que procura isenção. No exemplo 65, a declaração do então primeiro-ministro israelense, filiado ao partido israelense de direita Likud, defende a idéia de autodefesa, como já se poderia esperar. Aqui não se mostra necessária nenhuma marca, é ele mesmo quem afirma o que é dito. No exemplo 66, o ex-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos no governo Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski, discorda da utilização do termo e usa-o para expor seu ponto. Ao contrário do concorrente, OESP se mostrou mais pluralista e menos adepto da visão do governo do Estado de Israel, corroborando em apenas um texto, uma tradução direta, a idéia de autodefesa.

Percebe-se, portanto, uma tendência principalmente da FSP em naturalizar itens lexicais em geral ligados a algum discurso de poder. Isso ocorreu na FSP em grande escala principalmente com “responder”, “retaliar”, “defender” e suas nominalizações, além de utilizar com bastante frequência a idéia naturalizada de “infra-estrutura do terror” e suas demais formas. Neste período pós-11 de setembro de 2001, o jornal se mostrou sensível às acepções disseminadas pelos discursos de governos que claramente tinham interesses na inserção de suas formações ideológicas em textos noticiosos.

Em OESP, houve maior resistência em relação à naturalização de “infra-estrutura do terror”, com apenas uma ocorrência de heterogeneidade constitutiva, sendo que as demais eram marcadas. Poucas ocorrências naturalizadas também foram encontradas em relação a “responder” *et. al.* No caso de “autodefesa”, percebi que a palavra foi usada de diversas formas diferentes, apesar de ter sido detectada somente três vezes no recorte estudado.

Considerações finais

Nos dois últimos capítulos, dei ênfase à primeira dimensão da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001), a do texto. Demonstrei que escolhas lexicais foram feitas nos dois jornais com o objetivo de corroborar linhas de pensamento. Percebi que, através delas, foram disseminados conceitos orientalistas, estereótipos e estigmas além de velhas imagens que remontam ao período medieval. Em cada item abaixo, discutirei melhor cada um desses pontos.

1) O Orientalismo esteve presente nos dois recortes, antes e depois de 11 de setembro de 2001. Enquanto no primeiro a violência de árabes e muçulmanos foi destacada, no segundo, a violência contra eles foi suavizada.

Nos dois recortes pesquisados, FSP e OESP se mostraram canais orientalistas por disseminarem a noção de que árabes e muçulmanos são violentos através da ênfase dada com o grande número de textos publicados sobre o assunto e das escolhas lexicais. Associar tanto palavras como episódios violentos a árabes e muçulmanos se encaixa no terceiro sentido do Orientalismo descrito por Edward W. Said (1996: 15), o do discurso.

Esse discurso orientalista construiu uma fronteira fixa que separa o “nós”, ocidentais, dos “outros”, orientais. Essa fronteira foi erguida com a ajuda da contínua utilização de qualificadores como “terroristas” para palestinos, representados somente como sujeitos que se dedicam a práticas violentas (principalmente explosões suicidas). A luta pela autodeterminação palestina, que passa pela resistência à ocupação israelense que dura quatro décadas, é apagada. O uso da palavra Ocidente em situações que se referiam apenas às posições dos governos norte-americano e europeus cimentaram essa noção de que há um bloco ocidental uno e indivisível, que segue as posturas desses “porta-vozes”.

Foram encontrados exemplos de declarações governamentais naturalizadas em textos de ambos os jornais, principalmente na FSP, o que demonstrou uma

assimilação de discursos hegemônicos, que se sobrepuseram a uma abordagem crítica arrogada pela imprensa. É o que Said chama, apropriando-se de Foucault, de conhecimento para justificar e assegurar o poder. O conhecimento diz respeito à difusão da idéia de que árabes e muçulmanos são violentos, o que vale para justificar posições contrárias de outros governos.

Uma naturalização dessa idéia nos textos de ambos os jornais se deu com mais vigor no primeiro recorte. Nele, palestinos, albaneses e talibans eram apresentados como agentes de práticas violentas. Por isso, o número de textos sobre o assunto em OESP e FSP foi, respectivamente, 47,07% e 60,8% do total. No segundo período, quando palestinos e afegãos eram as vítimas de ataques, respectivamente do exército israelense e do norte-americano, as reportagens que retratavam a violência caíram em ambos os jornais: passou a 39,09% em OESP e 48,17% na FSP. Ou seja, a violência é apresentada em maior proporção quando vem de árabes e/ou muçulmanos. Quando eles são as vítimas, o ato é amenizado. Os ataques de ambos os exércitos foram deixados de lado e o noticiário se dedicou a cobrir somente declarações governamentais e movimentações militares. A violência e o sofrimento das populações árabes e/ou muçulmanas atingidas foram desprezados.

Chomsky e Herman (2002: 34) discernem dois tipos de vítimas, os que merecem piedade e os que merecem o esquecimento. O primeiro tipo é o das vítimas dignas e, portanto, merecedoras do foco da imprensa. As outras são como os palestinos, vítimas não-meritórias, que em contraste “will merit only slight in detail, minimal humanization, and little context that will excite and enrage” (*op. cit.*: 35). Desaparecem como vítimas e são apenas visíveis em um contexto de violência. E, como os ataques israelenses são sempre designados como sendo “repostas” a provocações palestinas anteriores, até mesmo a condição de vítima de ocupação é suprimida do lado palestino.

Foi interessante notar, contudo, que após 11 de setembro de 2001, sintagmas que usam “terror” e correlatos foram agregados com bastante frequência, principalmente na FSP, a textos referentes aos palestinos. O antigo estereótipo do “terrorista” palestino ganhou formulações recicladas, como a “infra-estrutura do terror” já utilizada em 1982. Isso fez com que a violência ganhasse um elemento imaginário

cuja destruição física se mostrava necessária. Esse fato corroborou a idéia orientalista de que os povos orientais merecem ser disciplinados e que a violência é inerente a sua natureza, pois ela sempre parte deles (SAID, 1996: 46).

A naturalização do uso de verbos como “responder” e “retaliar” e suas nominalizações, “resposta” e “retaliação”, além da tese do “direito de defesa”/ “autodefesa” contra um inimigo sem causa, principalmente em FSP, funcionaram como catalisadores de um presente que sempre se sobrepõe a um passado de conflito, característico de discursos coloniais como lembra Marisa Grigoletto (2000; p. 12).

[...] faz parte da estratégia do colonizador negar uma história própria para a colônia, anterior à imposição do jugo colonial. Nessa visão, o passado da colônia é entendido como ausência, resultando na interpretação de que tanto a terra quanto o seu habitante vivenciam um eterno presente.

A descontextualização principalmente da luta pela autodeterminação palestina e da guerra civil afegã fizeram com que não apenas a história desses povos fosse apagada, mas também sua luta atual contra a opressão estrangeira.

2) Estereótipos foram difundidos e estigmas foram criados.

Verifiquei nos jornais FSP e OESP a presença e a difusão de dois estereótipos: o do palestino terrorista e o do muçulmano opressor. O primeiro foi encontrado em ambos os recortes, mas foi especialmente enfatizado no período pós-11 de setembro de 2001. Isso ocorreu por que ambos os jornais, principalmente a FSP, incorporaram a noção de terrorismo e correlatos difundida pelos governos israelense e americano. Os governantes, citados muitas vezes de forma direta, abusaram do uso de itens lexicais ligados a terror e definiram quem eram os terroristas. Os jornais aceitaram a acepção governamental e publicaram repetidas vezes as declarações sem ao menos discutir o uso dos termos.

O segundo estereótipo foi encontrado, para minha surpresa, especificamente no primeiro recorte, antes de 11 de setembro de 2001. O uso de sintagmas como “grupo

extremista islâmico”, com ou sem o submodificador, para o Taleban foi um modo de difundir a idéia de que muçulmanos são opressores. Os jornais, e mais uma vez principalmente a FSP, não explicitaram que o grupo segue uma seita minoritária dentro do Islã, o deobandismo. Isso fez com que as práticas difundidas pela seita fossem confundidas com as da própria religião. Se, por um lado, é sabido que as religiões são cindidas em correntes, movimentos, seitas, ordens e escolas de interpretação, por outro os jornais desta pesquisa apresentaram um Islã monolítico. E essa face mostrada era de uma linha minoritária, o deobandismo, que desrespeita religiões (caso da destruição dos Budas de Bamiyan) e oprime mulheres.

A atenção dada às vestimentas femininas no primeiro recorte deste trabalho também sugere a existência de uma estigmatização da mulher muçulmana, principalmente afegã, que se cobre com peças como a burca. O constante foco nelas, vítimas da tirania religiosa, ajudou a demonizar o Islã. A religião foi mencionada como fator de opressão, apesar de ser apenas uma vertente dentro de um universo tão vasto. A vestimenta é uma imposição do Taleban, apresentado como grupo islâmico e não como um representante de uma etnia que segue uma das várias correntes existentes dentro da religião. Mais uma vez, uma particularidade serviu para representar a totalidade. O deobandismo foi o modelo islâmico predominante apresentado em vários textos do primeiro recorte, principalmente pela FSP, sem que a ressalva se apresentasse nos textos.

Mas, ao mesmo tempo em que os dois jornais discutiam longamente a situação das mulheres afegãs, eles não ofereceram espaço para que elas se expressassem. Quem falou por elas e sobre elas foram os repórteres. A opressão contra as afegãs também se deu, ironicamente, nas páginas da FSP e de OESP. No segundo recorte, o silêncio sobre a situação delas demonstrou que a cobertura jornalística seguiu somente a agenda do governo norte-americano e não uma linha crítica.

3) *Velhas imagens se mantêm vivas no noticiário de ambos os jornais, com maior ênfase na FSP.*

A questão da opressão das mulheres muçulmanas, pelo encobrimento de seus corpos, e da violência inerente a árabes e muçulmanos são imagens ainda ativas no imaginário da modernidade tardia. Ao menos nos recortes dos jornais pesquisados.

Norman Daniel (2003) descreveu as imagens que remontam aos intelectuais do Romantismo, entre elas as das mulheres muçulmanas sem direitos. Como visto, essa imagem continua presente nos dois jornais pesquisados, com maior ênfase na FSP. A idéia de que os árabes e muçulmanos são violentos remonta à Idade Média, mas se associa a um conceito mais moderno, o de que devem ser contidos por meio da dominação “ocidental”, de um “Ocidente civilizado” que deseja conter um “Oriente bárbaro”. A expressão “missão civilizadora” do século XIX foi transfigurada para o eufemismo de “guerra ao terror”, sintagma que permite a aceitação mais fácil de uma intervenção militar em países árabes e/ou muçulmanos.

4) *Ambos os jornais seguiram a linha de “fabricar consensos”.*

A prevalência das escolhas lexicais de discursos hegemônicos e o espaço diminuto para o dissenso confirmaram a existência de uma “fabricação de consenso” nos dois recortes estudados. Segundo Chomsky e Herman (2002), a imprensa defende uma agenda econômica, política e social de grupos privilegiados que dominam a sociedade e o Estado (*op. cit.*: 298). Os veículos midiáticos servem a esse propósito de várias maneiras, entre elas selecionando tópicos de uma forma que aqueles que beneficiam governos e empresas sejam os escolhidos. Ao dar mais ênfase à violência quando os agentes são árabes e muçulmanos e menor quando os agentes são o governo israelense e o norte-americano, essa “fábrica” se mostra em pleno vigor.

A imprensa em países democráticos postula o princípio de que é “independent and committed to discovering and reporting the truth, and that they do not merely reflect the world as powerful groups wish it to be perceived”. Além disso, defende que suas escolhas não possuem vieses e obedecem a um critério objetivo (*op. cit.*: lix). Mas, na verdade, estão muito propensos a repetir e assimilar discursos hegemônicos.

A terceira dimensão faircloughtiana, a prática social, tem várias orientações. O autor dá ênfase à política e ideológica. O discurso como prática política “estabelece,

mantém e transforma as relações de poder”, assim como a prática ideológica “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001: 94). Ambas são interdependentes. A prática política é um local de luta de poder, assim como delimitador na luta de poder.

As escolhas lexicais apontadas neste trabalho agiram ideologicamente, com o “significado a serviço do poder” (FAIRCLOUGH, 1995: 14), se prestando em favor de relações de dominação em um cenário de embate político. Elas serviram, especificamente, para: 1) justificar a intervenção que coincidentemente ocorreria no Afeganistão seis meses depois do primeiro recorte; 2) manter uma zona de influência européia na Macedônia sob observação da Otan; 3) garantir a continuidade da ocupação israelense, país aliado do governo americano, nos territórios palestinos; 4) e, futuramente, justificar a invasão no Iraque através da difusão de uma mentira, a existência de laços entre o governo daquele país e a Al Qaeda.

Dessa forma, acredito que ao corroborar práticas orientalistas, como a criação de estereótipos e de estigmas, ambos os jornais, especialmente a FSP, interferem e obscurecem a representação de árabes e muçulmanos. A adoção de escolhas lexicais independentes de discursos hegemônicos e, principalmente, de uma percepção crítica em relação às declarações de governos envolvidos em questões da geopolítica internacional fariam com que a cobertura de questões que envolvem árabes e muçulmanos se tornasse mais acurada.

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila (2002) *Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others*. In: *American Anthropologist* 104, n° 3, pp. 783–790, 2002.
- ACHERSON, Neal (2003) *Iraq and ruin*. In: *The Guardian*, 2nd May, 2003, <http://arts.guardian.co.uk/features/story/0,,947799,00.html>.
- ACKERMAN, Seth (2001) *Al-Aqsa Intifada and the U.S. Media*. In: *Journal of Palestine Studies*, Vol. 30, n° 2, Winter, pp. 61-74, 2001.
- ALCORÃO. Tradução de Mansur Challita. Associação Cultural Internacional Gibran, Rio de Janeiro.
- ANTUNES, Irandé C. (1994) *O papel da repetição na construção textual*. In: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, n° 15, pp. 131 a 138, 1994.
- ANSARY, Tamim (2002) *A War Won't End Terrorism*. In: *San Francisco Chronicle*, October 19, A-9; <http://sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?f=/c/a/2002/10/19/MN78451DTL&hw=tamim+ansary&sn=006&sc=370>.
- ANWAR, Raja (1988) *The Tragedy of Afghanistan. A First Hand Account*. Londres: Verso.
- AUTHIER, Jacqueline (1981). *Paroles tenues à distance*. In: CONEIN, B, et al. *Matérialités discursives*, Actes du Colloque des 24-26, avril 1980, Paris X, Nanterre, Presses Universitaires de Lille, 1981.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1990). *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Vol. 19, julho/dezembro, pp. 25 a 42, Campinas: Unicamp/IEL, 1990.
- AYOTTE, Kevin e HUSAIN, Mary E. (2005) *Securing Afghan Women: Neocolonialism, Epistemic Violence, and the Rhetoric of the Veil*. In: *National Women's Study Association Journal*, Indiana University Press, vol. 17, n° 3, Fall, pp. 112-33, 2005.
- BERABA, Marcelo (2004) *Terrorismo e equivalentes* In: *Folha de S. Paulo*, Ombudsman, Editoria Brasil, pp. A-6, 28 de novembro de 2004.
- BARDOS, Gordon (2002) *Balkan Blowback? Osama bin Laden and Southeastern Europe*. In: *Mediterranean Quaterly*, vol. 13, n°2, Winter, pp. 44 a 53, 2002.
- BEININ, Joel (2003) *Is Terrorism a Useful Term in Understanding the Middle East and the Palestinian-Israeli Conflict?* In: *Radical History Review*, Issue 85, Winter, pp. 12-23, 2003. <http://www.why-war.com/files/85.1beinin.pdf>
- BETTO, Frei (2000). *O Corão e as mulheres*. In: SADER, E. e BETTO, F. *Contraversões: Civilização e barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 220 a 223, 2000.
- BHABHA, Homi K. (2001) *O local da cultura*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

- BLOMMAERT, Jan e BULCAEN, Chris (2000) *Critical Discourse Analysis*. In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 29, pp. 447-466, 2000.
- BLANKS, David R. (1999) *Western views of Islam in the Premodern Period: A Brief History of Past Approaches*. In: BLANKS, D. e FRASSETTO, M. (ed.) *Western Views of Islam in Medieval and Early Modern Europe*, New York: St. Martin's Press, pp. 11-54, 1999.
- BOEHLERT, Eric (2006) *Politics, the Media and 9/11*. In: *Salon*, September 25, 2006 issue.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (2000) *La nouvelle vulgate planétaire*. In: *Le Monde Diplomatique*, Mai, pp. 6 e 7, 2000.
- CARPENTER, Ted G. (2002) *Kosovo and Macedonia: The West Enhances the Threat* In: *Mediterranean Quaterly*, Winter, pp. 21 a 37, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique (2005) *Dicionário de Análise do Discurso*. Contexto, São Paulo.
- CHENEY, Dick (2006) Vice President's Remarks at the World Affairs Council of Philadelphia Luncheon Honoring Professor Bernard Lewis. In: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/05/20060501-3.html>.
- CHOMSKY, Noam (2002) *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- CHOULIARAKI, Lilie e FAIRCLOUGH, Norman (1999) *Discourse in Late Modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- CLIFFORD, James (1980) *Review: Orientalism. History and Theory*, vol. 19, nº 2, February, pp. 204-223.
- COURBAGE, Youssef (2003) *Censuses, Elections and Population: The Case of Macedonia* In: *Population* (English Edition), Vol. 58, no 4/5, Jul-Oct, pp.429 a 450, 2003.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- DANIEL, Norman (2003) *Islam and the West*. Oxford, Oneworld Publications.
- DORNELES, Carlos (2003) *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo, Globo.
- ERNST, Carl W. (2003) *Following Muhammad: rethinking Islam in the contemporary world*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- ESPOSITO, John L. (2002) *What everyone needs to know about Islam*. New York, Oxford University Press.
- FARAH, Paulo Daniel (2001) *O Islã*. São Paulo, Publifolha.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995) *Media Discourse*. London, Arnold.
- _____. (1997) *Critical Discourse Analysis: the study of the critical language*. Longman, England.
- _____. (1999) *Language and Power*. New York, Longman.

- _____. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UnB.
- _____. (2004) *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Routledge, England.
- FONTENELLE, Paula (2004) *Iraque, a guerra pelas mentes*. São Paulo: Sapienza Editora.
- FOUCAULT, Michel (1986) *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- FOWLER, Roger (1994a) *Crítica Lingüística*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian.
- _____. (1994b) *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London, Routledge.
- GHAREEB, Edmund (ed.) (1983). *Split Vision: the portrayal of Arabs in the American media*. Washington, American Arab Affairs Council.
- GOFFMAN, Erving (1980) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOMES, Mayra R. (2003) *Poder no Jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo, Hacker/Edusp.
- GREGORY, Derek (2004) *Palestine and the "War on Terror"*. In: *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East* 24.1, pp. 183-195, 2004.
- GRIGOLETTO, Marisa (2000) *Funcionamento metafórico e construção de identidades no discurso colonial britânico*. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Vol. 4, Brasília: Theasurus.
- HAJJAR, Claude (1985) *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo, Cone.
- HALL, Stuart (1997) *Representation: Cultural Representations and signifying Practices*. London, Sage Publications.
- _____. (2002) *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença*. Vozes, São Paulo, 2002.
- HALLIDAY, M.A.K. (2002) *On Grammar*. London: Continuum.
- HALLIDAY, M.A.K. e MATTHIESSEN, Christian (1999) *Construing Experience through Meaning: A Language-based Approach to Cognition*. London: Cassell (Open linguistics series, edited by Robin Fawcett)
- HAMADA, Basyouni (1997) *The Arab image in the minds of western image-makers*. In: *The Journal of International Communication*, v. 4, nº 1, Sydney, Macquarie University, 1997.
- HERMAN, Edward S. e CHOMSKY, Noam (2002) *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.
- HERNANDEZ, Angela (2006) *The discursive construction of the Gibraltarian in the printed press: A critical discourse analysis of editorial articles on the Gibraltar issue*, Tese de Doutorado, Departamento de Filologías Inglesa y Alemana, Universidade de Granada, <http://hera.ugr.es/tesisugr/16077507.pdf>.

- HIRO, Dilip (1996) *Dictionary of the Middle East*. London: Macmillan Press.
- HOBSBAWM, Eric (1994) *Barbárie: Manual do Usuário*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 268-280, 2005.
- HODGSON, Marshall (1974) *The Venture of Islam. Conscience and History in a World Civilization: The Classical Age of Islam*, Chicago, The University of Chicago Press, Vol. 1.
- HOFFMAN, Bruce (1998) *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.
- HOURANI, Albert (1994) *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2004) 'Killing you is a very easy thing for us': Human Rights abuses in Southeast Afghanistan. In: *Afghanistan 15* (5), pp. 1-104, www.hrw.org/reports/2003/afghanistan0703/afghanistan0703.pdf
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (2006) *The Geneva Conventions: the core of international humanitarian law* In: www.icrc.org/web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/genevaconventions?opendocument
- KALIMANPOUR, Yahya (1997) *Introduction*. In: KALIMANPOUR, Yahya R. (ed.) *The US Media and the Middle East*. Westport: Praeger, pp. xix-xxi.
- LAGE, Nilson (1985) *A estrutura da notícia*. São Paulo, Editora Ática.
- LANNA, Marcos (2002) *A antropologia e os atentados aos Estados Unidos*. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 63, julho de 2002, pp. 71 a 84.
- LEWIS, Bernard (1982) *The question of Orientalism*. In: *The New York Review of Books*, Vol. 29, Number 11, June 24, 1982.
- LIPPMANN, Walter (1946) *Public Opinion*. Nova York, Penguin Books.
- MARGALIT, Avishai (2001) *The Middle East: Snakes & Ladders*. In: *The New York Review of Books*, Vol. 48, no 8, May 17, <http://www.nybooks.com/articles/14224>.
- MARROUCHI, Mustafa (2003) *Introduction: Colonialism, Islamism, Terrorism*. In: *College Literature*, Vol. 30, nº 1, Winter, Pennsylvania: West Chester University, pp. 6-53
- MARTINS, Eduardo (1997) *Manual de Redação e Estilo*, 3ª edição revista e ampliada, São Paulo: O Estado de S. Paulo.
- MAZZARA, Bruno (1998) *Estereótipos y Prejuicios*. Madri: Acento Editoria.
- MILLER, J.A. (1987). *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo e FABRÍCIO, Branca F. (2005) *Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade*. *DELTA*, Vol.21, nº Especial, pp.239-283.
- MONTENEGRO, Sílvia (2002) *Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil*. In: *Mana: Estudo de Antropologia Social*, Vol. 8, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOTTAHEDEH, Roy T. (2003) *The Clash of Civilizations: An Islamist's Critique*. In: QURESHI, Emran e SELLS, Michael (edit). *The New New Crusades: Constructing the Muslim Enemy*. New York: Columbia University Press, pp. 131 a 151, 2003.

MOWLANA, Hamid (1997) *Images and the Crisis of Political Legitimacy* In: KALIMANPOUR, Yahya R. (ed.) *The US Media and the Middle East*. Westport, Praeger, 1997.

NATALI, João Batista (2004). *Europa enfrenta "surto" de islamofobia*. In: Folha de S.Paulo, 4 de maio de 2004.

NORA, Pierre. (1977) *O regresso do acontecimento*. In: AA.VV. – *Fazer História*. Venda Nova: Bertrand, 1977.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO, São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

ORLANDI, Eni P. (2002) *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

____ (2003) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

ORWELL, George (1946) *Politics and the English Language*. In: ORWELL, G. *Collected Essays*. London, Secker & Warburg, pp. 353-367, 1975.

PÊCHEUX, Michel (1997) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.

PHILO, Greg (2002) *Missing in action*. In: *The Guardian*, April, 16th.

PHILO, Greg e BERRY, Mike (2004) *Bad News from Israel*. Glasgow: Pluto Press.

RABAÇA, C. A. e BARBOSA, G.G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

RASHID, Ahmed. (2003) *Jihad A ascensão do islamismo militante na Ásia Central*. São Paulo, Cosac & Naify.

RAWI, Mariam (2004) *Betrayal*. In: *New Internationalist*, Issue 364, February, 2004.

RESENDE, Viviane e RAMALHO, Viviane (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.

RODINSON, Maxime (1989) *La Fascinación del Islam*. Madri, Ediciones Júcar.

SAID, Edward W. (1985) *Orientalism Reconsidered*, In: SAID, Edward W. (2003) *Reflections on Exile and Other Essays*, Cambridge: Harvard University Press, pp.198 a 215.

____. (1992) *The Question of Palestine*. Vintage: London, New Edition.

____. (1995a) *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras.

____. (1995b) *Afterword to the 1995 Printing*. In: SAID, Edward. *Orientalism*. London, Penguin Books.

____. (1996) *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1997) *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York: Vintage Books, 1997.

_____. (2003a) *O preço de Camp David*. In: SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 120-123.

_____. (2003b) *Mais um aperto no parafuso*. In: SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 145-149.

_____. (2003c) *Preface 2003*. In: SAID, Edward. *Orientalism*. London, Penguin Books.

SAID, Edward W. and BARSAMIAN, David (2006) *Cultura e Resistência: Entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian*. São Paulo: Ediouro.

SAID, Edward W. and PAUL, James (1988) *Orientalism Revisited: An interview with Edward W. Said*. In: *MERIP Middle East Report*, nº 150, Human Rights and the Palestine Conflict, Jan.-Feb., 1988: 32-36.

SCHWEDLER, Jillian (2001) *Islamic Identity: Myth, Menace, or Mobilizer?* IN: *SAIS Review of International Affairs*, Johns Hopkins University, vol. XXI, nº 2, Summer-Fall, pp. 1-17.

SEMATI, Mehdi M. (1997) *Terrorists, Moslems, Fundamentalists and other bad objects in the midst of 'us'*. In: *The Journal of International Communication*, v. 4, nº 1, Sydney, Macquarie University.

SHAHEEN, Jack (1983) *The Arab image in American mass media*. In: GHAREEB, Edmund (ed.). *Split Vision: the portrayal of Arabs in the american media*. Washington, American Arab Affairs Council.

SHLAIM, Avi (2002) *America must see that Sharon is the problem*. In: *Observer*, Sunday April 14, <http://observer.guardian.co.uk/print/0,,4393748-110490,00.html>.

SILVA, Ligia O. (2005) *Edward Said e o Imperialismo Cultural*. In: CLEMESHA, Arlene (org.) *Edward Said: Trabalho Intelectual e Crítica Social*. Editora Casa Amarela, São Paulo.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.) (2002) *Identidade e Diferença*. São Paulo: Vozes.

SOMMA, Isabelle (2003) *Qual a diferença entre árabe, curdo, turco, persa, sunita e xiita?* In: *Superinteressante*, Editora Abril, nº 189, pp. 24-25.

_____. (2006) *A obra humanista de Edward Said*. In: *Biblioteca EntreLivros, Para entender o mundo árabe*, São Paulo: Duetto Editorial, Ano 1, nº 3, pp. 80-81.

SOMMA, Isabelle e MIRANDA, Celso (2004a) *Terrorismo, a ameaça final*. In: *Aventuras na História*, São Paulo: Editora Abril, nº 13, setembro, pp. 50-56.

_____. (2004b) *O que não é terrorismo*. In: *Aventuras na História*, São Paulo: Editora Abril, nº 13, setembro, pp. 53.

STEET, Linda. (2000) *Veils and daggers: a century of National Geographic's Representation of the Arab World*. Philadelphia, Temple University Press.

- SULEIMAN, Michael W. (1984) *Development of Public Opinion on the Palestine Question*. In: *Journal of Palestine Studies*, University of California Press, Vol. 13, nº 3, Spring, pp. 87-116.
- SUZUKI JR., Matinas (2007) *Orwell, o homem incômodo*. In: *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 13 de janeiro de 2007, E-1.
- TANNEN, Deborah (1989) *Talking Voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOYNBEE, Arnold. (1978) *A Humanidade e a Mãe-Terra: Uma História Narrativa do Mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- THE NEW YORK TIMES (2004) *The Times and Iraq*, From the Editors, May 26, http://www.nytimes.com/2004/05/26/international/middleeast/26FTE_NOTE.html?ex=1400990400&en=94c17fcffad92ca9&ei=5007&partner=USERLAND
- VITKUS, Daniel J. (1999) *Early Modern Orientalism: Representations of Islam in Sixteenth and Seventeenth Century Europe*. In: BLANKS, D. e FRASSETTO, M. (ed.) *Western Views of Islam in Medieval and Early Modern Europe*, New York: St. Martin's Press, pp. 207-230, 1999.
- WAINES, David (1996) *An introduction to Islam*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WESTON, Mary Ann (2003) *Post 9/11 Arab American coverage avoids stereotypes*. In: *Newspaper Research Journal*, Vol. 24, nº1, Chicago, AEJMC, Winter.
- WIEDEMAN, John Edgar (2002) *Whose war: the color of terror*. In: *Harper's Magazine*, New York: Harper's, March, pp. 33-39.
- ZAHARNA, R. S. (1997) *Palestinian Leadership and the American Media*. In: KALIMANPOUR, Yahya R. (ed.) *The US Media and the Middle East*. Westport, Praeger, pp. 37-49, 1997.
- ZELIZER, Barbie et al. (2002) *How bias shapes the news: challenging The New York Times' status of a newspaper of record on the Middle East*. In: *Journalism*, Vol. 3 (3), pp. 283-307, 2002.

Apêndice

Tabela 1.1	
Lista de títulos sobre o Afeganistão publicados entre 11/03 a 9/04/2001	
Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
DIA 1 – Domingo, 11 de março de 2001	
1A) Taleban diz que se reunirá com Kofi Annan	1A) Desencontros da CIA com o terror 2A) Eua não conseguem conter rede de Bin Laden
DIA 2 – Segunda-feira, 12 de março de 2001	
2A) Taleban ignora pedido da ONU sobre estátuas	3A) Demolição dos Budas gigantes quase concluída
DIA 3 – Terça-feira, 13 de março de 2001	
3A) ONU confirma destruição de Budas gigantes	4A) Unesco confirma destruição de Budas
4A) Saiba mais sobre grupo extremista Taleban	5A) Intolerância pode minar o poder do Taleban
DIA 4 – Quarta-feira, 14 de março de 2001	
5A) Sem Buda	6A) Annan não vai adotar sanções contra Taleban
DIA 5 – Quinta-feira, 15 de março de 2001	
6A) Taleban expulsa BBC do Afeganistão por críticas	
DIA 6 – Sexta-feira, 16 de março de 2001	
7A) Taleban festeja destruição de Budas com sacrifícios	
DIA 8 – Domingo, 18 de março de 2001	
8A) Sem ajuda, afegãos fogem para o Paquistão	
DIA 10 – Terça-feira, 20 de março de 2001	
9A) Representante do Taleban diz que destruição de budas foi vingança	7A) 'Monstros' apoiados pelos EUA fogem do controle
DIA 13 – Sexta-feira, 23 de março de 2001	
10A) Taleban reabre museu para exibir as estátuas antigas que destruiu	8A) Orgulho pela barbárie
DIA 16 – Segunda-feira, 26 de março de 2001	
11A) Direitos dilapidados	
12A) Os resíduos do mal	
DIA 17 – Terça-feira, 27 de março de 2001	
13A) Orgulho	9A) Exilados desafiam Taleban e educam meninas
	10A) Grupo exhibe ruínas das estátuas
DIA 19 – Quinta-feira, 29 de março de 2001	
14A) Crimes contra a cultura	11A) Taleban ordena que até crianças usem turbante
DIA 25 – Quarta-feira, 4 de abril de 2001	
	12A) Líder afegão visita pela primeira vez o Ocidente
DIA 28 – Sábado, 7 de abril de 2001	
15A) Taleban tupiniquim	

Tabela 1.2	
Títulos de reportagens da FSP sobre o Afeganistão publicados entre 11/03/2001 e 09/04/2001	Itens lexicais em destaque e número de vezes em que aparecem na reportagem
DIA 1 – Domingo, 11 de março de 2001	
1) Taleban diz que se reunirá com Kofi Annan	Grupo extremista islâmico (1) Destruição (1)
DIA 2 – Segunda-feira, 12 de março de 2001	
2) Taleban ignora pedido da ONU sobre estátuas	Grupo extremista islâmico (1) Destruição (1)
DIA 3 – Terça-feira, 13 de março de 2001	
3) ONU confirma <u>destruição</u> de Budas gigantes	Líder supremo (2), Destruição (9), Destruir (3), Destruídas (1), Destruído (1), Mulheres (2), Grupo extremista islâmico (1), Grupo extremista (1), Grupo islâmico (1)
4) Saiba mais sobre grupo extremista Taleban	Grupo extremista (3), Líder supremo (2), Destruam (1)
DIA 4 – Quarta-feira, 14 de março de 2001	
5) Sem Buda	Grupo islâmico (1), Destruição (1)
DIA 5 – Quinta-feira, 15 de março de 2001	
6) Taleban expulsa BBC do Afeganistão por críticas	Milícia islâmica (1), Destruição (1)
DIA 6 – Sexta-feira, 16 de março de 2001	
7) Taleban festeja <u>destruição</u> de Budas com sacrifícios	Líder supremo (1), Destruição (2)
DIA 8 – Domingo, 18 de março de 2001	
8) Sem ajuda, afegãos fogem para o Paquistão	Mulheres (5), Grupo extremista islâmico (1)
DIA 10 – Terça-feira, 20 de março de 2001	
9) Representante do taleban diz que <u>destruição</u> de budas foi vingança	Destruição (8), Destruídas (1), Grupo extremista islâmico (1)
DIA 13 – Sexta-feira, 23 de março de 2001	
10) Taleban reabre museu para exibir as estátuas antigas que <u>destruiu</u>	Destruiu (2), Destruição (2), Destruímos (1) Destruídas (1), Destruída (1), Milícia islâmica (1)
DIA 16 – Segunda-feira, 26 de março de 2001	
11) Direitos dilapidados	Grupo fundamentalista islâmico (1), Destruir (1), Destroços (1), Mulheres (3) Mulher (3)
12) Os resíduos do mal	Destruição (3), Destruí-lo (1)
DIA 17 – Terça-feira, 27 de março de 2001	
13) Orgulho	Destruição (1)
DIA 19 – Quinta-feira, 29 de março de 2001	
14) Crimes contra a cultura	Destruir (2), Destruíram (1), Destroçadas (1), Destruição (5), Destruições (1), Destruidores (1), Destruídas (1)
DIA 28 – Sábado, 7 de abril de 2001	
15) Taleban tupiniquim	

Tabela 2.1	
Lista de títulos sobre a Macedônia publicados entre 11/03 a 9/04/2001	
<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
DIA 4 – Quarta-feira, 14 de março de 2001	
	1) Urânio empobrecido não traz risco
	2) Guerrilheiros e sérvios mantêm trégua em Kosovo
DIA 5 – Quinta-feira, 15 de março de 2001	
1) Forças sérvias entram em zona de segurança	3) Tropas iugoslavas reocupam área em Kosovo
DIA 6 – Sexta-feira, 16 de março de 2001	
2) Conflito atinge segunda cidade macedônia	4) Macedônia ameaça impor estado de emergência
DIA 7 – Sábado, 17 de março de 2001	
3) Guerrilha ataca centro de cidade Macedônia	5) Exército macedônio usa tanques contra rebeldes
DIA 8 – Domingo, 18 de março de 2001	
4) Macedônia ataca rebeldes albaneses	6) Tanques alemães são deslocados para a Macedônia
DIA 9 – Segunda-feira, 19 de março de 2001	
5) Governo da Macedônia intensifica ataque contra rebeldes	7) <i>Combates na Macedônia</i>
DIA 10 – Terça-feira, 20 de março de 2001	
6) Governo macedônio inicia ataques a Kosovo	8) Macedônia prepara-se para a 'operação final'
7) Ocidente deve agir antes que seja tarde	9) Otan não pretende se deixar arrastar para outro conflito
	10) 'Monstros' apoiados pelos EUA fogem do controle
DIA 11 – Quarta-feira, 21 de março de 2001	
8) Governo macedônio dá ultimato de 24 horas a rebeldes albaneses	11) Macedônia lança ultimato a rebeldes albaneses
DIA 12 – Quinta-feira, 22 de março de 2001	
9) Rebeldes propõem cessar fogo à Macedônia	12) Macedônia promete 'eliminar' rebeldes albaneses
10) EUA auxiliam Macedônia, diz jornal	13) Guerrilha combate sorrindo, numa guerra de um só morto
DIA 13 – Sexta-feira, 23 de março de 2001	
11) Forças macedônias ignoram cessar fogo	14) Macedônia ataca rebeldes e mata dois diante das câmeras
12) Ocidente põe lenha na fogueira	
DIA 14 – Sábado, 24 de março de 2001	
13) Para explodir (Balcãs)	15) Líderes albaneses exigem fim do conflito
<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
14) Macedônia recebe aeronaves de combate	16) Explosão faz três feridos em área civil na Macedônia

DIA 15 – Domingo, 25 de março de 2001	
15) Macedônia ameaça equilíbrio nos Balcãs	
16) Mosaico étnico desestabiliza a Macedônia	
17) Albaneses devem se opor a rebeldes, diz Kadaré	
18) Movimento insurrecional albanês é fragmentado	
DIA 16 – Segunda-feira, 26 de março de 2001	
	17) Exército macedônio expulsa guerrilha albanesa (chamada de capa)
19) Macedônia toma bases de guerrilheiros	18) Macedônia retoma posições chave dos rebeldes
DIA 17 – Terça-feira, 27 de março de 2001	
20) Otan pede ao governo macedônio que busque diálogo com albaneses	19) Macedônia mantém ofensiva contra rebeldes
DIA 18 – Quarta-feira, 28 de março de 2001	
	20) Exílio (chamada de capa)
21) Macedônia diz que combate não acabou perto da divisa com Kosovo	21) UE pede à Macedônia diálogo com albaneses
DIA 19 – Quinta-feira, 29 de março de 2001	
22) Macedônia lança novo ataque contra rebeldes	22) Macedônia lança nova ofensiva contra guerrilheiros albaneses
DIA 20 – Sexta-feira, 30 de março de 2001	
23) Bomba mata duas pessoas em Kosovo	23) Granada mata jornalista inglês em Kosovo
DIA 21 – Sábado, 31 de março de 2001	
	24) Macedônia nega ter atacado aldeia kosovar
Dia 22 – Domingo, 1 de abril de 2001	
	25) Albaneses étnicos desconfiam de intenções sérvias

Tabela 3.1	
Lista de títulos sobre os Territórios Ocupados da Palestina publicados entre 11/03/2001 a 9/04/2001	
Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
DIA 1 – Domingo, 11 de março de 2001	
1A) Arafat poderá se encontrar com Sharon	1A) “Não dá para sentar à mesa de negociação enquanto há violência” (diz Daniel Gazit)
	2A) “Últimos meses mostraram que povo israelense não está pronto para paz” (Odeh)
DIA 2 – Segunda-feira, 12 de março de 2001	
NADA SOBRE O ASSUNTO	3A) Sharon descarta opção de reocupar territórios
DIA 3 – Terça-feira, 13 de março de 2001	
2A) Israel faz cerco a Ramallah com trincheiras	4A) Sharon adota nova estratégia contra Intifada
	5A) Cerco impede acesso a universidade palestina e deixa aldeões isolados
DIA 4 – Quarta-feira, 14 de março de 2001	
3A) Preparação de conferência sobre racismo gera disputas	6A) Sharon suaviza bloqueio após pressão externa
4A) Economia palestina cai 50% com a Intifada	
DIA 5 – Quinta-feira, 15 de março de 2001	
5A) Oriente mais do que próximo	7A) Palestina doente morre por causa de bloqueio
6A) Unidos com Sharon	
7A) Bloqueio contra palestinos deve ser atenuado	
DIA 6 – Sexta-feira, 16 de março de 2001	
8A) Israel fere 6 crianças ao lançar granada atordoante em escola	8A) Ataque israelense fere 6 crianças em escola palestina
DIA 7 – Sábado, 17 de março de 2001	
9A) Protesto (Palestina)	9A) Palestino é morto em protesto contra Israel
DIA 8 – Domingo, 18 de março de 2001	
NADA SOBRE O ASSUNTO	10A) Judeus brasileiros lançam manifesto
DIA 9 – Segunda-feira, 19 de março de 2001	
10A) Tortura e terrorismo (fala de Arafat)	11A) Conflitos árabe-judaicos (leitor)
11A) Sharon vai aos EUA buscar apoio de Bush	12A) Sharon proporá a Bush revisão do processo de paz
12A) Assassinato de israelense orgulha jovem palestina	
DIA 10 – Terça-feira, 20 de março de 2001	
13A) Sharon visita EUA e Casa Branca pede atenuação das pressões econômicas	13A) Morte de colono leva Israel a cercar Belém

	14A) Sharon deve ser pragmático com Bush
DIA 11 – Quarta-feira, 21 de março de 2001	
14A) Bush diz que EUA não forçarão paz entre palestinos e israelenses	15A) Bush afirma que não tentará ‘forçar a paz’
15A) Sauditas decidem financiar palestinos	16A) Músico cede direitos a pacifistas israelenses
DIA 12 – Quinta-feira, 22 de março de 2001	
16A) Israel ataca base de seguranças de Arafat	17A) Exército de Israel mata guarda-costas de Arafat
17A) Ataques racistas cresceram em 2000 na França	
DIA 13 – Sexta-feira, 23 de março de 2001	
NADA SOBRE O ASSUNTO	18A) Sharon volta para Israel satisfeito com aval de Bush
DIA 14 – Sábado, 24 de março de 2001	
18A) Sharon desmente declaração divulgada por rádio após atrito com o Egito	19A) Conflitos árabe-judaicos
19A) Terra estrangeira (Resenha sobre Edward Said)	20A) Israel planeja nova colônia na Cisjordânia com 6 mil casas
DIA 15 – Domingo, 25 de março de 2001	
NADA SOBRE O ASSUNTO	NADA SOBRE O ASSUNTO
DIA 16 – Segunda-feira, 26 de março de 2001	
20A) Ação de Israel	21A) Sharon recebe com críticas grupo que investiga violência
21A) Judeu é seqüestrado e libertado na Cisjordânia	
DIA 17 – Terça-feira, 27 de março de 2001	
22A) Israelense de 10 meses é morta em Hebron	22A) Bebê é morto por ativistas palestinos em Hebron
23A) Cúpula árabe tira jornalistas de Israel	23A) Iraque rouba a cena na cúpula árabe
DIA 18 – Quarta-feira, 28 de março de 2001	
24A) Atentados em Jerusalém pressionam Sharon	24A) Atentados palestinos ferem 33 em Jerusalém
25A) Ataque a Israel domina início da cúpula árabe	25A) Ônibus são alvo freqüente de ataques no país
26A) Palestinos estão desapontados com Intifada	26A) Arafat cobra as promessas de apoio financeiro
DIA 19 – Quinta-feira, 29 de março de 2001	
27A) Israel ataca palestinos após novo atentado	27A) Israel responde a atentados com bombardeios
28A) Retaliação de Israel parece ser só o começo	28A) Liga árabe aprova ajuda financeira mensal para a AP
29A) Influência dos EUA impossibilita consenso árabe, afirma analista	29A) Promessa de segurança de Sharon é cobrada
DIA 20 – Sexta-feira, 30 de março de 2001	
	30A) Bush exige que Arafat pare com a violência
30A) Bush pressiona Arafat pelo fim da	31A) Bush pressiona Arafat a parar com a

violência	violência
31A) Grupo palestino ligado a Arafat ameaça Israel	32A) Observadores da ONU poderiam melhorar quadro
	33A) Tropas de Israel matam 2 jovens em Gaza
DIA 21 – Sábado, 31 de março de 2001	
	34A) Israel mata 6 e fere mais de 130 palestinos
32A) Israel mata 6 palestinos durante protestos	35A) Luta em territórios tem dia dos mais violentos
	36A) Oriente Médio (carta de leitor)
	37A) Diplomata da AP no Brasil verá líder judaico
DIA 22 – Domingo, 1 de abril de 2001	
33A) Palestinos pedem vingança em funeral	38A) Aliados criticam “apoio cego” dos EUA a Israel
34A) Prisioneiro de consciência vive sob isolamento	
DIA 23 – Segunda-feira, 2 de abril de 2001	
35A) Colonos israelenses pedem vingança durante o enterro de bebê em Hebron	39A) Clima de revolta marca enterro de bebê de 10 meses
DIA 24 – Terça-feira, 3 de abril de 2001	
36A) Israelenses matam extremista palestino com mísseis	40A) Israel bombardeia Belém e volta a “liquidar” ativistas
	41A) Bebê israelense é ferido durante ataque a Gaza
DIA 25 – Quarta-feira, 4 de abril de 2001	
37A) Israel volta a atacar guarda de Arafat	
DIA 26 – Quinta-feira, 5 de abril de 2001	
38A) Peres se reúne com palestinos na Grécia	42A) Israelenses atiram contra oficiais da AP após retomada de diálogo
DIA 27 – Sexta-feira, 6 de abril de 2001	
39A) Israel anuncia ampliação de colônias	43A) Bush e a Palestina
40A) Explosão de telefone mata extremista	44A) Ativista do Jihad é morto com telefone-bomba
DIA 28 – Sábado, 7 de abril de 2001	
41A) Israel reage a ataques com tanques	45A) Egito qualifica de “provocação” decisão de construir mais casas
	46A) Tragédia no mar
DIA 29 – Domingo, 8 de abril de 2001	
NADA SOBRE O ASSUNTO	47A) Arafat felicita Sharon pela Páscoa judaica
DIA 30 – Segunda-feira, 9 de abril de 2001	
42A) Violência entre israelenses e palestinos marca feriado da Páscoa judaica	48A) Tropas de Israel atacam base da Fatah em Gaza
43A) Dia Santo	

Anexos